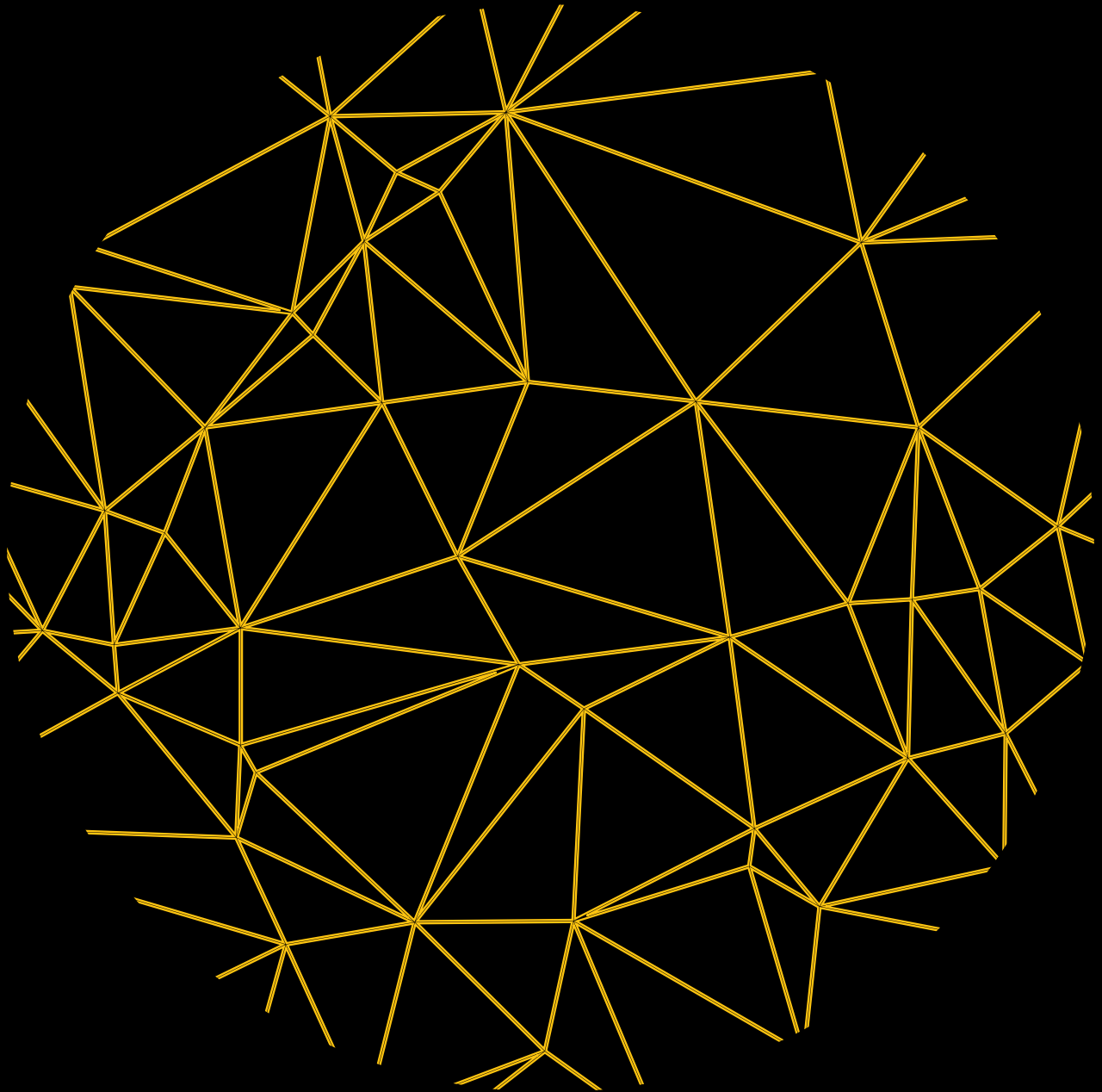


2018

Relatório & Contas
Annual Report



BANCO SOL
O banco de todos nós

APRESENTAÇÃO

O Banco Sol S.A. (adiante igualmente designado por “Banco Sol” ou “Banco”) foi constituído por Escritura Pública de 1 de Outubro de 2000, e encontra-se sediado na Rua Lourenço Mendes da Conceição nº 7 em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Adicionalmente, presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para o efeito, em 31 de Dezembro de 2018, dispunha de uma rede nacional de 164 agências, 18 centros de empresas, 15 caixa avançados e 10 centros automáticos (163 agências, 17 centros de empresas, 15 caixa avançados e 10 centros automáticos em 31 de Dezembro de 2017).

SUMÁRIO GERAL

1. Visão Geral da Empresa

1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	08
1.2. Direcção.....	10
1.3. Administradores Executivos e Directores.....	12
1.4. Organograma.....	14
1.5. Missão, Estratégia e Valores.....	16
1.6. Comunicação.....	18

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação.....	22
2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira.....	24
2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32, IAS 39, IFRS 7, IFRS 9 e IFRS 13).....	24
2.4. Activos tangíveis (IAS 16).....	32
2.5. Activos intangíveis (IAS 38).....	32
2.6. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19).....	32
2.7. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37).....	33
2.8. Impostos sobre os lucros (IAS 12).....	33
2.9. Reserva de actualização monetária do capital social.....	34
2.10. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas.....	34

3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

3.1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais.....	38
3.2. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito.....	39
3.3. Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito.....	40
3.4. Investimentos ao Custo Amortizado.....	42
3.5. Crédito a Clientes.....	44

4. Envolve Económica e Financeira

4.1. Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis.....	56
4.2. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	58
4.3. Activos por Impostos Diferidos.....	60
4.4. Outros Activos.....	61
4.5. Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito.....	62
4.6. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos.....	64
4.7. Responsabilidades Representadas por Títulos.....	66
4.8. Provisões.....	67
4.9. Passivos Subordinados.....	69
4.10. Outros Passivos.....	70

4.11. Fundos Próprios	71
4.12. Margem Financeira	72
4.13. Rendimentos de Serviços e Comissões.....	73
4.14. Encargos com Serviços e Comissões.....	73
4.15. Resultados Cambiais	73
4.16. Outros Resultados de Exploração	74
4.17. Custos com o Pessoal.....	74
4.18. Fornecimentos e Serviços Externos.....	75
4.19. Encargos Sobre o Resultado.....	76

5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio

5.1. Divulgações Relativas aos Instrumentos Financeiros.....	80
5.2. Relato por Segmentos	96
5.3. Saldos e Transacções com Entidades Relacionadas.....	99
5.4. Balanço por Moeda.....	101
5.5. Rubricas Extrapatrimoniais.....	103
5.6. Resultado de Operações Descontinuadas e/ou em Descontinuação.....	103
5.7. Eventos Subsequentes	104
5.8. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.....	104



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Accionistas,

As Demonstrações Financeiras de 2018 mostram que, apesar de se ter mantido uma conjuntura económica recessiva ao longo do ano de 2018, de se ter verificado um forte agravamento da desvalorização cambial e de se manter um clima bastante generalizado de dificuldades por parte de muitas empresas para cumprirem com os planos de reembolsos estabelecidos com os Bancos. O Banco Sol conseguiu manter a linha de crescimento e consolidação que tem vindo a seguir, inclusive apresentando um índice de crédito malparado que não ultrapassa os 3% do total de crédito concedido, tendo conseguido atingir as metas que tinham sido previstas.

Assim, apesar da conjuntura vigente, o Banco aumentou os seus níveis de “performance” e de “eficiência operacional” e continuou a reduzir o peso dos custos de funcionamento, o que conduziu a que os indicadores mais relevantes apresentassem valores que importa destacar (valores em moeda nacional e em dólares americanos convertidos ao câmbio oficial de 31-12-2018):

- O Activo Total atingiu os 532 mil milhões de Kwanzas, tendo aumentado 12% relativamente ao ano anterior em que atingiu os 475 mil milhões de Kwanzas;
- Os Depósitos de clientes atingiram cerca de 406 mil milhões de Kwanzas, tendo aumentado 13,1% relativamente ao ano anterior em que atingiram os 359 mil milhões de Kwanzas;

- O Crédito concedido a clientes elevou-se a 210 mil milhões de Kwanzas, um aumento de 10,5% relativamente ao ano anterior, quando atingiu 190 mil milhões de Kwanzas sendo a rubrica mais importante no Activo do Banco Sol;
- As Provisões para crédito atingiram em 2018 os 43 mil milhões de Kwanzas, o que constitui um aumento significativo face aos anos anteriores fruto, em parte, do reforço do modelo de cálculo de perdas por imparidade no âmbito da aplicação da IFRS 9. As provisões para crédito cobrem em 825% o crédito vencido por mais de 90 dias e não pago que representa 3% do total do crédito concedido em resultado da continuidade de uma política cuidadosa e selectiva de crédito à economia que o Banco Sol tem mantido para salvaguarda da sua solidez e das medidas que foram sendo tomadas em diálogo com as empresas clientes para assegurar a recuperação dos créditos concedidos;
- Os Títulos e Valores Mobiliários, que tinham sido a rubrica do activo com o mais acentuado acréscimo nos últimos anos, aumentaram em 2018 19%, tendo atingido 132 mil milhões de Kwanzas, o que permitiu manter estabilizado o seu peso de 24% na estrutura do activo total e contribuído para a melhoria do valor da Margem Financeira;

É nossa intenção apoiar o crescimento de Angola de forma sustentável e abrangendo todos os cidadãos, pois sempre defendemos uma economia inclusiva que promova a igualdade, justiça e desenvolvimento.

- Os Capitais próprios cresceram cerca de 9% face ao último ano, situando-se nos 39 mil milhões de Kwanzas;
- O Produto da actividade bancária cresceu cerca de 61% em 2018 para os 66 mil milhões de Kwanzas em grande parte derivado do resultado obtido na margem financeira que ascendeu a 61 mil milhões, cujo crescimento foi de 370%;

Embora o Banco Sol tenha alcançado resultados positivos e a solidez do seu balanço, importa olhar com redobrada atenção para a conjuntura e o enquadramento geral que afectam o sistema bancário angolano que nos obriga a adoptar medidas preventivas que impeçam maiores dificuldades e nos posicionem devidamente na fase de desenvolvimento em que Angola está a entrar neste momento.

De facto, Angola entrou numa nova fase de reactivação da economia graças à nova política económica que dá prioridade à diversificação da produção nacional e à criação de empregos, o que já é assinalado pelo FMI que aponta para um crescimento esperado do PIB de 2,9% em 2020, substancialmente superior ao crescimento previsto no ano corrente.

O sistema bancário Angolano tem sofrido, nos últimos anos, fortes pressões que afectam os Bancos com maiores fragilidades em termos de solvabilidade e insuficiência de Fundos Próprios. Reflexo desta situação são as recentes decisões do BNA de intervir ou mesmo encerrar alguns Bancos que entendeu estarem em situação mais vulnerável.

Em conclusão do acima referido, entrámos numa fase de indispensável consolidação do sistema bancário angolano face à gradual melhoria do quadro macroeconómico, sendo imperioso analisar o posicionamento actual e futuro do Banco Sol perante este processo irreversível que já decorre com a supervisão do FMI, garantindo uma solidez dos Fundos Próprios e uma rentabilidade adequada ao presente cenário, tendo em conta o plano de modernização e desenvolvimento do Banco aprovado na recente Assembleia Geral de Accionistas.

Apesar desta conjuntura negativa que os Bancos angolanos enfrentam e que diminuem a sua solvabilidade, o Banco Sol tem conseguido que o seu nível de rentabilidade se mantenha em patamar bastante aceitável e que o seu nível de solvabilidade se situe acima do limite prudencial, embora seja necessário manter a estratégia de reforço dos Fundos Próprios para dispor de maior capacidade financeira de expandir a sua actividade.

Os resultados alcançados pelo Banco reflectem uma gestão prudente, criteriosa e robusta num ano de consolidação de balanço que levou a um reforço de provisões para crédito que permitem ao Banco um arranque do exercício de 2019 com uma posição sólida no sector financeiro nacional. De realçar o esforço dos colaboradores do Banco, que trabalham nas estruturas centrais e na rede de agências e postos de atendimento, cuja dedicação e motivação merecem ficar registadas e permitiram a continuidade do sucesso e sustentabilidade do Banco Sol.

O Banco Sol mantém a aposta na formação e capacitação dos seus colaboradores tendo sido realizadas diversas iniciativas tanto em território nacional como no estrangeiro, permitindo, em diversas ocasiões, a partilha de conhecimento entre profissionais do sector presentes em outras geografias e os nossos colaboradores.

Ao nível da responsabilidade social, o Banco Sol tem mantido o seu apoio e dedicação para com o povo com as mais variadas iniciativas. É nossa intenção apoiar o crescimento de Angola de forma sustentável e abrangendo todos os cidadãos, pois sempre defendemos uma economia inclusiva que promova a igualdade, justiça e desenvolvimento.

O Banco Sol tem vindo a preparar-se para os desafios que o nosso país enfrenta e acreditamos que a estratégia seguida de garantir a solidez e robustez do Banco irá permitir alcançar novos horizontes nos próximos anos com um crescimento sustentado com o apoio dos Accionistas, membros dos órgãos de administração, e principalmente, com os nossos colaboradores e os nossos clientes.

O nosso grande desafio que mobilizará toda a nossa atenção e esforço consubstancia – se, em elevar os níveis de crescimento do Banco, a contínua melhoria dos indicadores, portanto, a eficiência, a rentabilidade, a solvabilidade e a liquidez.

O meu profundo reconhecimento e gratidão aos Senhores Accionistas, colaboradores e respeitados clientes, pelo apoio sempre prestados.





1. Visão Geral da Empresa

- 2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contábilísticas
- 3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

4. Envolvente Económica e Financeira

- 5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio





Dr. Coutinho Nobre Miguel

Presidente do Conselho de Administração
Pelouro Comercial e Fiscal

DPB – Direcção de Private Banking, DOP - Direcção de Operações, DGE - Direcção de Grandes Empresas e Particulares, DPM – Direcção de Pequenas, Médias Empresas e Particulares, DNI - Direcção de Desenvolvimento de Negócios Internacionais.



Dra. Ana Edite Teles Carreira

Administradora do Conselho de Administração
Pelouro Administrativo

DPE - Direcção de Pessoal, DCP - Direcção de Compliance
DPS - Direcção de Património e Serviços, DMK - Direcção de Marketing e Comunicação, GAR – Gabinete de Arquivo e Documentação, GCC – Gabinete de Controlo Cambial.



Dr. António Manuel Graça

Administrador do Conselho de Administração
Pelouro Organizacional, Legal e Fiscal

DAI - Direcção de Auditoria Interna, DRC - Direcção de Risco, DSG - Direcção de Segurança, DJU - Direcção Jurídica
DDI - Direcção de Desenvolvimento Institucional.



Dra. Carla Marina Campos Van-Dúnem

Administradora do Conselho de Administração
Pelouro Operacional

DCE - Direcção de Risco de Crédito, DMC - Direcção de Microcrédito, DBI - Direcção da Banca de Investimentos, DPC - Direcção de Processamento e Controlo de Crédito, DGR - Direcção de Gestão e Recuperação de Crédito, GAD – Gabinete de Apoio e Dinamização Comercial.



Dr. Gil Alves Benchimol

Administrador do Conselho de Administração
Pelouro Financeiro

DFI - Direcção Financeira, DTS – Direcção de Tesouraria, DCO - Direcção de Contabilidade, DBE - Direcção de Banca Electrónica, DTI - Direcção de Tecnologia e Sistemas de Informação.

1. Visão Geral da Empresa

- 2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas
- 3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

4. Envolvente Económica e Financeira

- 5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio

Direcções

Direcção de Grandes
Empresas e Particulares
Sr.ª Teresa Pitra

Direcção de Pequenas,
Médias Empresas
e Particulares
Sr. Dário Airosa

Direcção de Crédito
Sr.ª Eliana Matondo

Direcção de Contabilidade
Sr. Edson Costa

Direcção Financeira
Sra. Ana Silva

Direcção de Operações
Sr.ª Irene Cussola

Direcção de Património
e Serviços
Sr.ª Idatina Briffel

Direcção de Pessoal
Sr. Teófilo Caxeiro

Direcção de Microcrédito
Sr. Esmeraldo Cerca

Direcção de Tecnologia
e Sistemas de Informação
Sr. João Ribeiro

Direcção de Marketing
e Comunicação
Sr.ª Alice Ebo

Direcção de Gestão
e Recuperação de Crédito
Sr.ª Maria Celeste Teixeira

Direcção de Banca
Electrónica
Sr.ª Letícia Alfredo

Direcção de Processamento de Crédito
Sr.ª Tatiana Gouveia Neves

Direcção de *Private Banking*
Sr.ª Albertina Cerca

Direcção de Banca
de Investimentos
Sr. João Gonçalves

Direcção Jurídica
Sr.ª Paula Tavares

Direcção de Desenvolvimento
de Negócios Internacionais
Sr.ª Mariana Fernandes

Direcção de Auditoria
Interna
Sr. Gerson Diniz

Direcção de *Compliance*
Sr.ª Glicínia de Castro Lélis

Direcção de Risco
Sr. Yuri Dias

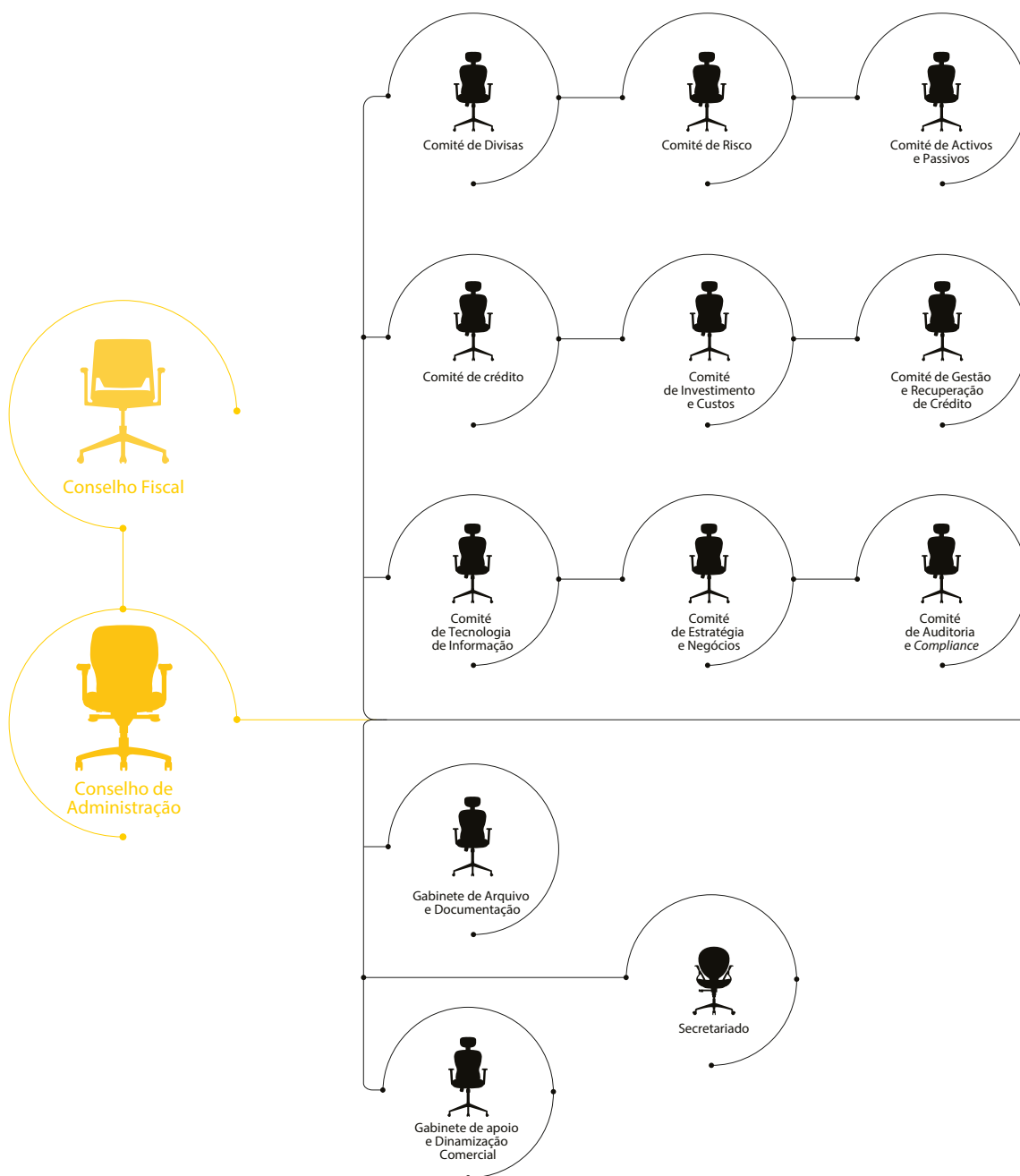
Gabinete de Arquivo
e Documentação
Sr.ª Graziela de Almeida

Gabinete de Apoio
e Dinamização Comercial
**Sr.ª Núria Almeida
Nascimento**

Direcção de Tesouraria
Sr. João Romulo

Direcção de Segurança
Sr. António de Sousa

Organograma



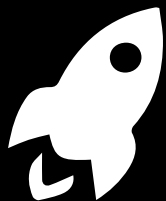
1. Visão Geral da Empresa

- 2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas
- 3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

4. Envolvente Económica e Financeira

- 5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio





Missão

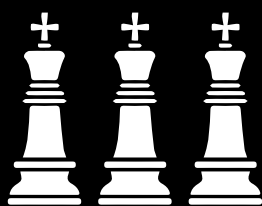
A missão do Banco Sol consiste em contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento económico nacional, num quadro de evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, acompanhado por uma prudente gestão dos riscos.

Essa missão passa também pela criação de valor para os seus clientes, através da comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado. Aqui, são, contudo, observados rigorosos padrões de conduta e responsabilidade e, ao mesmo tempo, crescimento com rentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atractivo aos accionistas.

Embora o objecto social do Banco Sol contemple uma gama universal de serviços financeiros clássi-

cos e a retalho, desde o início da sua actividade, em Outubro de 2001, o microcrédito tem sido um dos pilares estratégicos que tem norteado a actividade do Banco Sol, tendo sempre em vista o seu contributo para o desenvolvimento económico e social de Angola. Este, continua e continuará a ser um dos aspectos da nossa missão.

- Exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira do Banco;
- Equacionar a nossa presença em mercados internacionais e procura de novos nichos de actividade;
- Preparação antecipada de respostas adequadas e oportunas a desafios e obstáculos futuros.

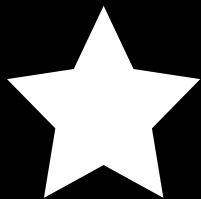


Estratégia

Atendendo à sua missão, as principais linhas estratégicas do Banco passam pelos seguintes processos:

- Contribuição empenhada para o relançamento da bancarização da economia angolana;
- Aprofundamento do enfoque nos negócios core (microcrédito e retalho), através da crescente implantação geográfica no país;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os clientes;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;

- Valorização, motivação e compensação dos nossos colaboradores, criando-lhes perspectivas de desenvolvimento de carreira atraentes;
- Exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira do Banco;
- Equacionar a nossa presença em mercados internacionais e procura de novos nichos de actividade;
- Preparação antecipada de respostas adequadas e oportunas a desafios e obstáculos futuros.



Valor

Neste quadro, a relação do Banco Sol com os seus clientes é sustentada numa base de confiança, isto é, qualquer negócio ou operação bancária pauta-se por padrões éticos, eficazes e de responsabilidade, tendo sempre presente as expectativas e necessidades dos clientes.

O Banco Sol é um banco universal, decidido a criar valor em todos os segmentos de mercado, procurando desta forma marcar a sua presença pela qualidade, excelência e inovação na distribuição dos seus produtos e serviços financeiros.

Para além disso, a transparência e comunicação junto dos clientes, por forma a que estes tomem as suas decisões de uma forma clara e simples, sustentam a relação entre aqueles e o nosso banco.

Reconhecendo a importância dos colaboradores para a sustentabilidade do Banco, o investimento

na formação e em programas de desenvolvimento, como forma de se obterem novas valências e desempenhos de excelência, constituirá sempre um dever e um compromisso do Banco, no sentido de mantê-los motivados e focados numa visão comum em torno da nossa instituição.

Os traços gerais da cultura do nosso Banco são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a rigorosa administração de riscos e a segura criação de valor.



REVISTA SOL 01

Edição nº1, da Revista Sol 2017, que marcou o início de um novo processo de comunicação do Grupo Sol. A revista SOL surge com um papel pedagógico de divulgação, congregação e articulação de todas as áreas de actividade do Banco e apresenta como na sua edição nº1 a entrevista ao PCA, Coutinho Nobre Miguel.



REVISTA SOL 02

Nesta edição, nº2 da Revista Sol 2017, trazemos como tema de capa a Importância do microcrédito para o desenvolvimento da economia nacional. O destaque recai também para a distinção em Londres do Banco Sol, com o prémio “Global Banking Finance Awards”.



REVISTA SOL 03

Nesta edição nº3, da Revista Sol 2017, apresentamos uma abordagem alargada sobre o crescimento e o reforço de posição do Banco Sol no mercado, o financiamento que tem facilitado à habitação e outros temas que marcam a banca angolana.



REVISTA SOL 04

Nesta edição, nº4 da Revista Sol 2017, trazemos como tema de capa a Fundação Sol, que tem transformado a realidade angolana dando sentido à solidariedade. É destaque também a estratégia de internacionalização do Banco Sol, pautada por parcerias com a China.



REVISTA SOL 05

Nesta edição especial da Revista Sol 2018, apresentamos como tema de capa a presença do Banco Sol e associadas na cimeira de Washington D.C, e outros temas não menos importante do sector bancário, que merecem a nossa reflexão.

1. Visão Geral da Empresa

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contábilísticas
3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

4. Envolvente Económica e Financeira

5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio

Estrutura Accionista e Organização

Estrutura Accionista

Em 31 de Dezembro de 2017, o Capital Social do Banco Sol, no valor de 5.000.033 mil kwanzas, era detido por 10 accionistas, sendo repartido entre as seguintes empresas e particulares:

Posições accionistas no Capital Social do Banco Sol

Accionistas	N.º de acções detidas	% do capital detido
Sansul, SA	1 810 500	51,00%
Fundação Lwini	355 000	10,00%
José Noé Baltazar	192 410	5,42%
Ana Paula dos Santos	192 410	5,42%
Sociedade Comercial Martal, Lda	192 410	5,42%
Azury, SA	192 410	5,42%
Júlio Marcelino Bessa	148 035	4,17%
Coutinho Nobre Miguel	138 805	3,91%
António Mosquito	224 715	6,33%
Outros accionistas	103 305	2,91%
Total	3 550 000	100,00%

Modelo de Governação

O modelo de governação do Banco Sol está estabelecido nos seus Estatutos e está em conformidade com os Avisos n.º1/2012, de 16 de Janeiro (entrada e saída de moeda nacional e estrangeira), Aviso n.º 02/2013, de 19 de Abril (controlo interno) e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho).

Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2017, a composição dos Órgãos Sociais do Banco Sol era a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente	Coutinho Nobre Miguel
	António Manuel Graça
Administradores (executivos)	Carla Marina Van-Dúnem
	Gil Alves Benchimol
	Ana Edite Teles Carreira

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Mário Sequeira de Carvalho
Vice-Presidente	Manuel Pinheiro Fernandes
Secretário	Francisco Domingos Furtunato

Conselho Fiscal

Presidente	Júlio Marcelino Bessa
1.º Vogal	Noé José Baltazar
2.º Vogal	Eduardo Jorge Santana

Criada em Abril de 2015, a Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração tinha em 31 de Dezembro de 2017, a seguinte composição:

Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração

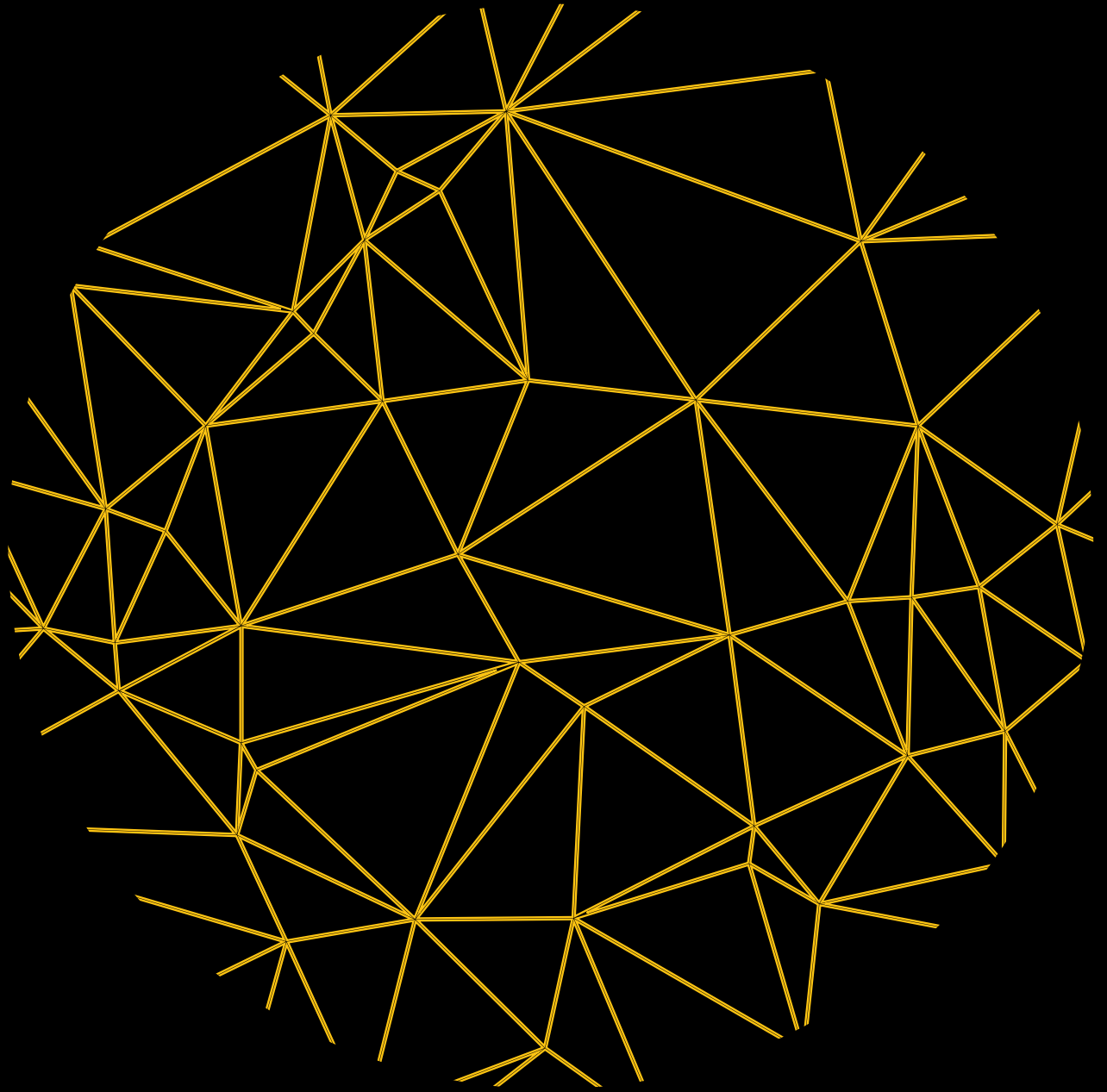
Presidente	Manuela de Ceita Carneiro
Membros	Mariano Bernardino Machado
	Manuel João Neto

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Conselho de Administração é o órgão de governo do Banco, competindo-lhe nos termos da lei e dos estatutos os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade. O Conselho de Administração dispõe de uma Comissão de Supervisão e Acompanhamento (informação, assessoria e proposta), não tendo esta Comissão poder de decisão.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais efectivos, reúne-se trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu presidente ou requerido pelos seus membros.

O Banco conta com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria às contas anuais do Banco e cuja nomeação é feita de quatro em quatro anos pelo Conselho de Administração.



2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

- 2.1. Bases de apresentação
- 2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
- 2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32, IAS 39, IFRS 7, IFRS 9 e IFRS 13)
- 2.4. Activos tangíveis (IAS 16)
- 2.5. Activos intangíveis (IAS 38)
- 2.6. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)
- 2.7. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
- 2.8. Impostos sobre os lucros (IAS 12)
- 2.9. Reserva de actualização monetária do capital social
- 2.10. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo, contudo, sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2018. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

Accionistas	31.12.2018	31.12.2017
1 USD =	308,607	165,924
1 EUR =	353,015	185,400

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco Sol foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade/ International Financial Reporting Standards (NIC/ IFRS), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, nos termos do Aviso n.º 6/2016 do Banco Nacional de Angola, de 16 de Maio de 2016.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas em 31 de Dezembro de 2017, com a excepção da primeira adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, conforme referido na Nota 35.

A IFRS 9 “instrumentos financeiros” vem substituir a IAS 39 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, tendo entrado em vigor a 1 de Janeiro de 2018. Esta norma estabelece novas regras de classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros, nomeadamente através de novos requisitos de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, nova metodologia de reconhecimento das perdas por imparidade de activos financeiros com base em perdas esperadas (“expected loss model”) e, novas possibilidades de aplicação das regras contabilísticas de cobertura.

O Banco adoptou as IFRS e as interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015 e que, para a sua estrutura e actividade, são as seguintes:

IFRS 1	Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro
IFRS 3	Concentrações de actividades empresariais
IFRS 5	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.
IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Divulgações
IFRS 8	Segmentos Operacionais
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 11	Contabilização das aquisições de interesses nas operações conjuntas
IFRS 12	Divulgação de Interesses Noutras Entidades
IFRS 13	Mensurações de Justo Valor
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras
IAS 2	Inventários
IAS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IAS 8	Políticas Contabilísticas, mudanças nas estimativas contabilísticas e erros
IAS 10	Acontecimentos após o período de relativo
IAS 12	Impostos sobre os rendimentos
IAS 16	Activos fixos tangíveis
IAS 19	Benefícios dos empregados
IAS 21	Os efeitos das alterações em taxas de câmbio
IAS 23	Custos de empréstimos obtidos
IAS 24	Divulgações de partes relacionadas
IAS 26	Contabilizações e relato dos planos de benefícios de reforma
IAS 28	Investimentos em Associados
IAS 29	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação
IAS 33	Resultados por acção
IAS 36	Imparidade de activos

IAS 37	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
IAS 38	Activos intangíveis
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IFRIC 14	IAS 19 - O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

As normas, interpretações, emendas e revisões que a seguir se indicam têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, salientando-se a seguir as que têm relevância para o Banco:

– IFRS 16 – “Locações”: esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

– Alguns melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017), aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019:

- IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais: com remensuração de interesses anteriormente a partir da obtenção de controlo sobre uma participada na qual se tinha controlo conjunto;

- IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver mensuração de interesses já detidos numa entidade abster-se do controlo conjunto sobre uma operação conjunta;

- IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todos os efeitos fiscais de dividendos devem afetar resultados, independentemente de como surge o imposto;

- IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo directamente relacionado com a aquisição/construção de um activo, em dívida após o correspondente activo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade. Esta clarificação é actualmente irrelevante para o Banco.

– Emenda à IAS 28 – “Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos”: esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

– IFRIC 23 – “Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento”: esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

– Emenda à IFRS 9 – “Características de pagamentos antecipados com compensação negativa”: esta emenda vem permitir que activos financeiros com condições contratuais que prevêem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do activo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja a única razão para o activo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2021.

– Emenda a referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS: Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em Março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um activo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2020.

– Emenda à IAS 1 e IAS 8 – “Definição de material”: Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja, razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2020.

O Banco não antecipa que sejam produzidos efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras com a adopção destas novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a moeda utilizada no ambiente económico em que o Banco opera (denominada “moeda funcional”), que corresponde ao Kwana (AKZ).

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do período, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor.

2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32, IAS 39, IFRS 7, IFRS 9 e IFRS 13)

Em 1 de Janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.1 “Bases de apresentação”, O Banco adoptou a IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a qual substituiu a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, que esteve em vigor até 31 de Dezembro de 2017. O Banco optou por não adoptar antecipadamente nenhuma das disposições da IFRS 9 em períodos anteriores.

No âmbito das disposições transitórias da norma IFRS 9, o Banco tomou a decisão de não proceder à reexpressão dos saldos comparativos de períodos anteriores. As diferenças entre as quantias anteriormente escrituradas e as quantias escrituradas no início do ano de 2018 dos activos e passivos

financeiros foram reconhecidas em capitais próprios (resultados transitados) com referência a 1 de Janeiro de 2018. Os impactos da transição para a IFRS 9 com referência a 1 de Janeiro de 2018 encontram-se descritos na Nota 35.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Nos termos do IFRS 13, entende-se por justo valor o montante que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data da contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:
 - Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas;
 - Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

No momento da aquisição ou originação, cecorrente da aplicação da IFRS9 a partir de 1 de Janeiro de 2018, o Banco classifica os seus activos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação e valorização subsequente dos activos financeiros nas categorias anteriores é efectuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócio do Banco para a gestão de activos financeiros.
- As características dos fluxos de caixa contratuais de activos financeiros.

Com base nestes elementos, o Banco classifica os seus activos financeiros, para efeitos da sua valorização, em uma das três categorias seguintes:

- Activos financeiros ao custo amortizado, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
 - É gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
 - As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

Adicionalmente aos instrumentos de dívida geridos com base num modelo de negócio cujo objectivo é o de recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, os quais se encontram registados na rubrica "Investimentos ao custo amortizado", a categoria de activos financeiros ao custo amortizado inclui ainda aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito e crédito a clientes.

- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
 - É gerida como um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda,
 - As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

Adicionalmente, o Banco pode optar por, de forma irrevogável no momento do reconhecimento inicial, classificar um instrumento de capital na categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", desde que o mesmo não seja detido para negociação, nem apresente uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Esta alternativa é exercida investimento a investimento e são apenas elegíveis os instrumentos financeiros que se enquadram no âmbito da definição de instrumentos de capital prevista nas disposições da IFRS 9 e IAS 32.

- Activos financeiros ao justo valor através de resultados, sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os activos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar activos financeiros nesta categoria, o Banco também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do activo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta carteira todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- Sejam originados ou adquiridos com o objectivo de os transaccionar no curto prazo.
- Sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo.
- Sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira e nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco gere os seus activos numa óptica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objectivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos activos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos activos. Se nenhuma destas situações é aplicável, então os activos financeiros são classificados como parte de "outro" modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os factores considerados pelo Banco, na identificação do modelo de negócio para um conjunto de activos, incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos activos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos, como é que os administradores são remunerados e a frequência e o volume das vendas de activos financeiros nos períodos anteriores e a respectiva previsão de vendas futuras.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem apenas ao reembolso de capital e juros (SPPI – Solely Payments of Principal and Interest)

A avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem apenas ao reembolso de capital e juros é efectuada sempre que os activos financeiros são originados tendo por base os seus termos contratuais originais.

Quando o modelo de negócio passa por deter activos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes activos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste solely payments of principal and interest “SPPI”).

Para o âmbito desta avaliação, considera-se capital como o justo valor do activo financeiro no momento do reconhecimento inicial. O montante de capital pode sofrer alterações ao longo da vida útil do activo financeiro (por exemplo, se existirem reembolsos de capital). O juro corresponde à remuneração pelo efeito do valor temporal do dinheiro, do risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período, de outros riscos e custos relativos a contratos de empréstimo assim como pode incluir uma margem de lucro. A análise SPPI é efectuada na moeda em que o activo financeiro está denominado.

Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o instrumento financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os juros dos activos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na margem financeira na rubrica “Juros e rendimentos similares” (Nota 21), tendo por base o método da taxa de juro efectiva.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL), para activos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o activo é originado.

Os activos financeiros ao custo amortizado incluem ainda Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito e crédito a clientes encontrando-se sujeitos a testes de imparidade.

Sempre que aplicável, os juros, as comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

Os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

Reclassificação de activos e passivos financeiros

Os activos financeiros devem ser reclassificados sempre que ocorrer uma alteração do modelo de negócio do respectivo portfólio. Nesta situação, todos os activos financeiros que compõem o portfólio cujo modelo de negócio alterou, devem ser reclassificados, sendo que os requisitos de classificação e mensuração relativos à nova categoria são aplicados prospectivamente a partir da data da reclassificação, não devendo ser reexpressos quaisquer ganhos, perdas ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de passivos financeiros.

Desreconhecimento e modificação de activos financeiros

O princípio geral, à semelhança da IAS 39 anteriormente em vigor, é o de que os activos financeiros são desreconhecidos

do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco sobre os respectivos fluxos de caixa do respectivo activo financeiro expiraram, ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Uma renegociação ou modificação dos fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro pode conduzir ao seu desreconhecimento e, ao subsequente reconhecimento de um novo activo financeiro. Nestas circunstâncias, o desreconhecimento implica (i) o reconhecimento da perda ou ganho que resulta da diferença entre o custo amortizado do activo original e o valor actual líquido (NPV) do novo activo financeiro em resultados, (ii) a avaliação se as novas características dos fluxos de caixa contratuais correspondem somente a capital e juros sobre o montante de capital em dívida, o que pode implicar a reclassificação do activo para uma categoria de mensuração diferente e, (iii) a avaliação, no momento do reconhecimento inicial, e desde que não seja classificado na categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados", da existência de imparidade no activo originado.

Caso o novo activo financeiro seja originado com imparidade (POCI), é aplicada, até à maturidade do contrato, uma probabilidade de default lifetime para o respectivo apuramento das perdas de crédito esperadas, sendo determinada a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito.

O Banco considera que uma modificação nos termos contratuais do activo financeiro resulta no seu desreconhecimento e no subsequente reconhecimento de um novo activo financeiro quando a modificação se traduz em pelo menos uma das seguintes condições:

- Transferência do risco de crédito do instrumento para outro mutuário acompanhado de uma redução muito significativa do spread;
- Mudança das características qualitativas, designadamente os fluxos de caixa contratuais deixarem de corresponder apenas ao reembolso de capital e juros.

Caso uma renegociação ou modificação dos fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro não resulte em nenhuma das condições acima descritas, considera-se que se está perante um activo financeiro modificado, isto é, o activo financeiro não é desreconhecido, o que implica (i) o reconhecimento da perda ou ganho que resulta da diferença entre o valor bruto contabilístico da operação original e o NPV da nova operação em resultados e, (ii) a aplicação dos critérios para avaliação do aumento significativo do risco de crédito.

Política de abates

O Banco procede ao abate de activos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver

qualquer expectativa razoável de recebimento. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de actividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o activo na totalidade.

Imparidade de activos financeiros

O Banco determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da IFRS 9 têm como objectivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual ou colectiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis, incluindo ainda informação numa perspectiva *forward looking*.

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidade acumulada de balanço, que reduz o valor contabilístico do activo, enquanto que a imparidade dos activos mensurados ao justo valor por outro rendimento integral são reconhecidas em contrapartida de outro rendimento integral.

As perdas por imparidade do exercício de crédito a clientes é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações" e as dos restantes activos financeiros na rubrica "Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não se tratem de posições registadas no activo são registadas como uma provisão na rubrica "Provisões" no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica "Provisões líquidas de anulações" na demonstração de resultados.

a. Crédito a clientes

A metodologia de apuramento de perdas por imparidade de crédito a clientes actualmente em vigor no Banco, é baseada num modelo de perdas esperadas ("expected credit loss" ou "ECL"), de acordo com o preconizado na IFRS 9 – Instrumentos Financeiro ("IFRS 9").

As perdas por imparidade apuradas são registadas/reconhecidas por contrapartida de resultados, sendo subse-

quentemente revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda esperada num exercício posterior.

As exposições creditícias devem ser classificadas em diferentes estágios, consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial, e não em função do risco de crédito à data de relato, de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

Estágio 1: uma exposição creditícia deve ser classificada neste Estágio de imparidade sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para a mesma, deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada num prazo de 12 meses, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor contabilístico bruto da respectiva exposição creditícia.

Estágio 2: uma exposição creditícia em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial deve ser classificada neste Estágio de imparidade. Para a mesma deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada ao longo da duração do crédito, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor contabilístico bruto da respectiva exposição creditícia.

Estágio 3: uma exposição creditícia que se encontre em incumprimento na data de relato, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos com impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados da respectiva exposição, deve ser classificada neste Estágio de imparidade. Para a mesma deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada ao longo da duração do crédito, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor líquido contabilístico da respectiva exposição creditícia.

Assim, em cada data de relato, o Banco avalia se o risco de crédito associado a uma exposição creditícia aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, desde que estejam disponíveis informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que não impliquem custos ou esforços indevidos, não se devendo basear unicamente em informações relativas a pagamentos vencidos para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

A avaliação do risco de crédito é efectuada numa base individual (análise individual) ou colectiva (análise colectiva),

tendo em consideração todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo abordagens prospectivas, nomeadamente a inclusão de tendências e cenários macroeconómicos futuros. Assim, as estimativas de perdas de crédito esperadas incluem múltiplos cenários macroeconómicos cuja probabilidade de ocorrerem é avaliada considerando a conjuntura macroeconómica actual, bem como tendências macroeconómicas futuras.

Análise Individual

O objectivo da análise individual é assegurar uma análise mais criteriosa sobre a situação de clientes com exposições consideradas individualmente significativas no Banco. A significância das exposições é determinada por referência a critérios qualitativos e quantitativos que reflectem a dimensão, a complexidade e o risco associados à carteira.

De acordo com o Instrutivo n.º 05/2016, de 8 de Agosto, sobre perdas por imparidade para a carteira de crédito ("Instrutivo n.º 05/2016"), devem ser analisados individualmente os clientes/grupos económicos cuja exposição seja igual ou superior a 0,5% dos fundos próprios do Banco. Adicionalmente, devem ainda ser analisados os clientes/grupos económicos cujas exposições creditícias não sejam individualmente significativas, mas para os quais sejam observadas evidências objectivas de imparidade, sempre que as mesmas sejam iguais ou superiores a 0,1% dos fundos próprios do Banco.

A análise de cada cliente/grupo económico, bem como a existência de perdas por imparidade, deve ter em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- Aspectos contratuais, avaliando o potencial incumprimento das condições contratuais, ou a existência de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes;
- Aspectos financeiros, avaliando a potencial redução das receitas brutas, ou do resultado líquido;
- A avaliação das garantias recebidas, incluindo a sua natureza, formalização efectiva, valorização e grau de cobertura;
- Outros aspectos, avaliando a potencial instabilidade na gestão/estrutura accionista, ou a existência de processos de insolvência.

Análise Colectiva

No caso de clientes cujas exposições não são consideradas individualmente significativas de acordo com os critérios de selecção acima descritos, ou para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade em base individual, os

mesmos devem ser analisados numa base colectiva. Assim, estes clientes são agrupados em grupos homogéneos de risco, com o objectivo de determinar as perdas por imparidade esperadas.

b. Outros instrumentos financeiros

O Banco classifica as exposições em estágios de imparidade. Nomeadamente, são classificadas no *stage 1* as exposições relativas a Estados Soberanos notados como *investment grade* por agências reconhecidas e exposições em que a rentabilidade se encontra ajustada ao risco do emissor e o mesmo está dentro dos limites definidos no perfil de risco do Banco. Estas exposições qualificam-se para o apuramento de perdas de imparidade a 12 meses.

Os factores de risco aplicados são os associados a cada nível de *rating* de contraparte definidos pelo provider externo.

Relativamente à dívida soberana Angolana em moeda nacional, o Banco considera que a perda esperada é nula, pelo facto de nunca se terem observado perdas no passado, pela perspectiva de manutenção do controlo de emissão de moeda pelas entidades actuais de supervisão do país e pela remota probabilidade de estas optarem pelo *default* em detrimento da emissão de moeda para cumprimento do serviço da dívida em moeda nacional.

Activos e passivos financeiros (IAS 32, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 13) – Aplicável ao exercício de 2017 e anteriores

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Nos termos do IFRS 13, entende-se por justo valor o montante que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data da contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo ou métodos e técnicas

de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:

- Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas;
- Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

No momento da aquisição ou originação, os activos financeiros são classificados numa das quatro categorias previstas no IAS 39:

- Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros detidos até à maturidade;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Créditos e outros valores a receber.

2.3.1. Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e em que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, podendo estar classificadas em posições detidas para negociação ou ao justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada periodicamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações.

No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.3.2. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período

subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.3.3. Créditos e outros valores a receber

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito e empréstimos sindicados que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros gastos e rendimentos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco, em cada operação de crédito, classifica como integralmente vencido o respectivo montante global logo que ocorra incumprimento de uma das suas prestações de capital ou juros, o que ocorre 30 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso também são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em resultados em operações financeiras na rubrica ganhos e perdas na alienação de créditos a clientes. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais

pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas operações estão sujeitas a testes de imparidade.

Imparidade

Mensalmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidades identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc.), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base individual ou colectiva para as operações que não sejam de montante significativo.

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- **Empresas:**
 - Adiantamento a depositantes
 - Contas correntes caucionadas
 - Empréstimos
- **Particulares**
 - Adiantamento a depositantes
 - Crédito ao consumo
 - Crédito à habitação

- Micro-crédito
- Outros créditos

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado operação a operação, tendo como referência a informação que consta dos modelos de análise de risco de crédito do Banco os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- Exposição global do Cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto do Banco: operações financeiras ou não financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- Notação de risco do Cliente, determinada através de um sistema de cálculo implementado no Banco.

Esta notação de risco incorpora, entre outras, as seguintes características:

- Situação económico-financeira do Cliente;
- Risco do sector de actividade em que opera;
- Qualidade de gestão do Cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Banco e pela existência de incidentes;
- Qualidade da informação contabilística apresentada;
- Natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Banco;
- Crédito em situação de incumprimento superior a 30 dias.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas é calculado com base na diferença entre o valor contabilístico e a estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante um período correspondente à diferença entre a data de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não tenham sido apuradas perdas por imparidade são incluídos

num grupo de activos com características de risco de créditos semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente.

A determinação da imparidade para estes grupos de activos é efectuada nos termos descritos no ponto seguinte – Análise colectiva.

Os activos para os quais são apuradas perdas por imparidade na análise individual não são sujeitos ao registo de perdas por imparidade na análise colectiva.

Análise colectiva

Os *cash flows* futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante.

A análise colectiva envolve a estimativa dos seguintes factores de risco:

- Possibilidade de uma operação ou Cliente em situação regular vir a demonstrar indícios de imparidade manifestados através de atrasos ocorridos durante o período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência do evento da perda e a identificação desse mesmo evento por parte do Banco);
- Conforme previsto na IAS 39, estas situações correspondem a perdas incorridas mas ainda não observadas, ou seja, casos em que, para parte da carteira de crédito, o evento de perda já ocorreu mas o Banco ainda não o identificou;
- Possibilidade de uma operação ou Cliente que já registou atrasos entrar em default (situação de contencioso) durante o prazo residual da operação;
- Perda económica das operações no caso de entrarem em situação de default.

Para a determinação da percentagem de perda estimada para as operações ou Clientes em situação de *default* são considerados os pagamentos efectuados pelos Clientes após o default e as recuperações por via da execução de garantias, deduzidos de custos directos do processo de recuperação. Os fluxos considerados são descontados à taxa de juro das operações e comparados com a exposição existente no momento do *default*.

Os inputs para cálculo da imparidade colectiva são determinados com base em modelos estatísticos para grupos de crédito e revistos regularmente para aproximar os valores estimados aos valores reais.

Para as exposições com evidência objectiva de imparidade, o montante da perda resulta da comparação entre o valor de balanço e o valor actual dos *cash flows* futuros estimados. Para efeitos de actualização dos *cash flows* futuros é considerada a taxa de juros das operações na data de cada análise.

2.4. Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os activos tangíveis do banco foram objecto até 2009 de aplicação factores de actualização monetária associada ao

	Anos de vida útil
Edifícios	10 a 50
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	7
Equipamento:	
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Outro equipamento	10

ambiente hiperinflacionário (ver nota 2.9.). Para os activos que ainda têm vida útil assume-se que o custo histórico depreciado, incluindo o efeito da correcção monetária, corresponde ao custo considerado à data da transição para a adopção das IFRS.

2.5. Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do activo o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.6. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

Os trabalhadores do Banco estão inscritos na Segurança Social. Contudo, o Banco assumiu o compromisso voluntário de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma por velhice e subsídio por morte, tendo para tal constituído um Fundo de Pensões de benefício definido, complementar ao Sistema de Segurança Social obrigatório. A pensão de reforma por velhice será atribuída a todos os empregados que tenham prestado, no mínimo, 6 anos de serviço contínuo a partir de 31 de Julho de 2006, momento a partir do qual é calculado o benefício. Desta forma, e tal como se encontra definido no Contrato de Constituição do Fundo, no momento da constituição do mesmo não existiam responsabilidades por serviços passados. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o Banco tinha constituído uma provisão no montante de mAKZ 1.794.134 (Nota 16) para fazer face a tais responsabilidades.

Em 12 de Agosto de 2011, o Banco deu início ao processo para a realização de um novo contrato relativo ao Fundo de Pensões do Banco Sol. As principais alterações contempladas no âmbito do referido contrato foram:

- Alteração do plano de pensões de benefício definido para um plano de pensões de contribuição definida;
- Definição que as contribuições mensais dos participantes serão efectuadas mediante a entrega de uma percentagem sobre o seu salário pensionável mensal, às quais, em conformidade com a “tabela de contribuições” do referido contrato, corresponderá o nível de contribuição a efectuar pelo Banco;
- Definição que o Banco terá de efectuar, na data de início do novo plano de pensões, uma contribuição extraordinária para o Fundo a favor dos participantes activos equivalente ao montante determinado actuarialmente correspondente ao valor das Responsabilidades por Serviços Passados ao abrigo do Plano de Pensões de Benefício Definido, reportado a 31 de Dezembro de 2016; e

d. Que o início do novo plano contributivo iria ocorrer na última das seguintes datas: (i) em 1 de Janeiro de 2012; (ii) na data de publicação em Diário da República da aprovação do novo contrato ou; (iii) na celebração do novo contrato por ambas as partes.

Em 9 de Fevereiro de 2018, pelo Despacho n.º 33/18 do Exmo. Sr. Ministro das Finanças foi aprovada a alteração do plano do Fundo de Pensões do Banco Sol para o plano de contribuição definida, sendo essa a data a considerar para o ponto d) acima.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco tinha constituído uma provisão no montante de mAKZ 1.532.609 mAKZ (Nota 16) para fazer face à diferença entre o valor do Fundo de Pensões do Banco Sol à data de alteração do plano e o saldo inicial a atribuir aos participantes activos nessa data.

Com a entrada em vigor da Lei 7/2015, de 15 de Junho, foi revogado o disposto na Lei nº 2/2000, nomeadamente, o definido nos artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, que definiam a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador, determinada pela multiplicação de 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade. Por outro lado, a Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

2.7. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Banco.

2.8. Impostos sobre os lucros (IAS 12)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezem-

bro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, tendo sido alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e juros de títulos.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou do reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

2.9. Reserva de actualização monetária do capital social

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no po-

der de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população, em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

De acordo com interpretações expressas pela Associação Angolana de Bancos e o Banco Nacional de Angola não se encontram ainda cumpridos os requisitos que levam a qualificar a economia angolana como estando em hiperinflação em 2018 e 2017. O Banco Nacional de Angola salienta ainda que não foram observadas tendências de generalização na indexação dos salários e dos preços.

Deste modo, é entendimento do Conselho de Administração que não estão reunidas as condições para classificar a economia angolana como hiperinflacionária nos termos da Norma IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias e para efeitos da sua eventual aplicação às demonstrações financeiras dos períodos terminados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de "Resultado da actualização monetária" da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica "Capital social", que deve ser classificada numa rubrica específica ("Reserva de actualização

monetária do Capital social") que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2017 e 2018, o Banco não procedeu à actualização monetária dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

Durante o exercício de 2009, o Banco procedeu à actualização monetária do seu activo tangível no montante de mAKZ 73.932, de acordo com a evolução do Índice de Preços do Consumidor, tal como preconizado no anterior Plano de Contas para as Instituições Financeiras (PCIF).

2.10. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

Pensões de reforma e sobrevivência

Em 31 de Dezembro de 2017 as responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Banco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes. Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados pelo Banco, têm impacto nas estimativas efectuadas.

Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e estes possam ser determinados com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Justo valor de activos financeiros não cotados

O justo valor dos activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados. A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização destes instrumentos financeiros em algumas situações específicas, incluindo a alienação antes da respectiva maturidade.

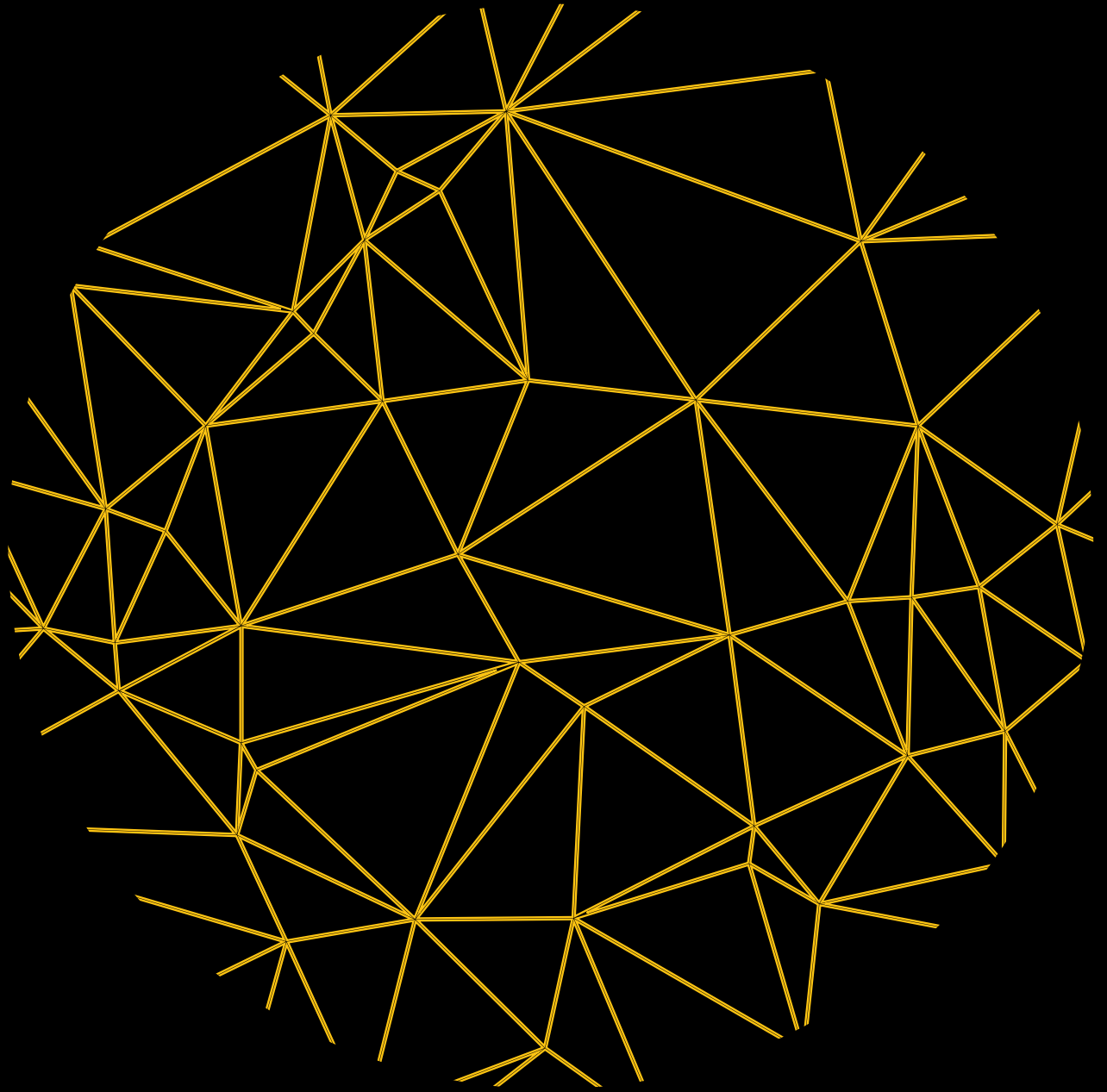
Neste âmbito, incluem-se os Bilhetes do Tesouro que estão registados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido do respectivo prémio ou desconto face ao valor nominal, por se entender que este reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (inferiores a um ano).

Impostos sobre lucros

Os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do Artigo 4º da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30% para os exercícios de 2015 e 2014 (Nota 29).

A legislação fiscal angolana permite que as perdas fiscais possam ser utilizadas por um período até 3 anos.



3. Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

- 3.1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais
- 3.2. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito
- 3.3. Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito
- 3.4. Investimentos ao Custo Amortizado
- 3.5 Crédito a Clientes

3.1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa:		
Notas e moedas nacionais	12.375.779	8.512.225
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos	4.336.033	3.954.672
Em Euros	478.337	453.961
Em outras divisas	43.236	31.546
	17.233.385	12.952.404
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	57.982.369	60.060.042
Em Dólares dos Estados Unidos	4.330.890	3.968.902
	62.313.259	64.028.944
Total	79.546.644	76.981.348

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados. Em 31 de Dezembro de 2018, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto do Instrutivo n.º 10/2018, de 19 de Julho e da Directiva n.º 04/DSP/DRO/2018, de 19 de Julho. Em 31 de Dezembro de 2017, as mesmas foram apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 06/2017, de 1 de Dezembro. As reservas obrigatórias são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2018, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias foi apurada através da aplicação de um coeficiente de 17% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 15% em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2017, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias foi apurada através da aplicação de um coeficiente de 21% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 15% em moeda estrangeira.

3.2. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Byblos Bank Europe, SA	17.695.207	8.045.727
Commerzbank	12.198.071	27.887.242
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	11.763.984	2.430.560
Visa Mastercard	8.556.773	2.596.876
Banco BPI	6.948.242	534.979
Millennium BCP	3.683.250	9.628
Visa Settlement	3.489.366	5.230.493
Banco BIC Português	2.848.057	3.179.639
First National Bank, SA	24.592	11.964
Novo Banco	265	-
	67.207.807	49.927.108
Perdas por imparidade acumuladas	(416.430)	-
	66.791.377	49.927.108

	2018	2017
Créditos no Sistema de Pagamentos		
Compensação VISA e MASTERCARD	1.060.638	633.259
Remessa de Valores	1.050.761	589.859
ATM's	148.203	136.927
Regularização de Cartões Expirados Visa Kumbu	-	-
Compensação MONEYGRAM	184.484	76.331
Cheques a cobrar	12.488	6.714
Outros	22.405	162.025
	2.478.979	1.605.115

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito – Visa Settlement" inclui os montantes de mAKZ mAKZ 997.941 e mAKZ 1.166.067, respectivamente, relativos aos depósitos colaterais efectuados pelo Banco no âmbito do denominado produto "Cartão Visa Kumbu".

A compensação VISA e MASTERCARD em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 refere-se a saldos pendentes de compensação da rede multicaixa, cuja compensação acontecerá no(s) dia(s) úteis seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os depósitos à ordem mantidos junto de outras instituições de crédito não eram remunerados.

3.3. Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito

A rubrica em apreço registou no final de 2018 e 2017, a seguinte quantia:

	2018	2017
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações no estrangeiro	30.396.184	10.699.167
Juros a receber	77.547	666
Perdas por imparidade acumuladas	(28.030)	-
	30.445.701	10.699.833

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações de liquidez, excluindo os juros a receber, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	Taxa Média de juro	2018	
		Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em Dólares dos Estados Unidos	2,00%	49.788.021	15.364.954
Em Euros	0,04%	42.579.520	15.031.230
			30.396.184

	2017		
	Taxa Média de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em kwanzas	0,00%	-	-
Em Dólares dos Estados Unidos	1,50%	4 012	665 743
Em Euros	0,04%	54 118	10 033 424
			10 699 167

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações de liquidez, excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2018	2017
Até três meses	30.396.184	633.259
De três meses a seis meses	-	589.859
De seis meses a um ano	-	136.927
	30.396.184	10.699.167

3.4. Investimentos ao Custo Amortizado

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	País	Moeda	Valor Nominal	Custo de Aquisição
Obrigações do tesouro em moeda nacional:				
- Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	Angola	AKZ	94.662.240	93.760.567
- Não Reajustáveis	Angola	AKZ	19.250.200	18.512.851
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira (USD):	Angola	USD	17.717.128	17.711.017
			131.629.568	129.984.435

	País	Moeda	Valor Nominal	Custo de Aquisição
Obrigações do tesouro em moeda nacional:				
- Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	Angola	AKZ	87.919.866	87.338.700
- Não Reajustáveis	Angola	AKZ	9.272.900	8.531.068
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira (USD):	Angola	USD	9.744.716	9.741.431
			106.937.482	105.611.199

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2018		
	Valor de Balanço		
	Taxa Fixa	Luibor 6M	Total
Obrigações do tesouro em moeda nacional:			
- Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	95.657.144	-	95.657.144
- Não Reajustáveis	19.101.269	-	19.101.269
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira (USD):	17.087.895	397.208	17.485.103
	131.846.308	397.208	132.243.516

2018						
	Prémio/ Desconto corrido	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Valor líquido	Taxa Média
	373.122	1.523.455	95.657.144	-	95.657.144	7,57%
	298.029	290.389	19.101.269	-	19.101.269	12,00%
	2.954	57.971	17.771.942	(286.839)	17.485.103	5,01%
	674.105	1.871.815	132.530.355	(286.839)	132.243.516	

2017						
	Prémio/ Desconto corrido	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Valor líquido	Taxa Média
	205.703	1.302.026	88.846.429	-	88.846.429	7,33%
	103.228	70.311	8.704.607	-	8.704.607	12,00%
	3.076	34.157	9.778.664	-	9.778.664	4,62%
	312.007	1.406.494	107.329.700	-	107.329.700	

2017		
Valor de Balanço		
Taxa Fixa	Luibor 6M	Total
88.846.429	-	88.846.429
8.704.607	-	8.704.607
9.337.436	441.228	9.778.664
106.888.472	441.228	107.329.700

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os investimentos ao custo amortizado apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2018	2017
Até três meses	8.680.263	-
De três a seis meses	1.536.774	-
De seis meses a um ano	-	-
De um a três anos	73.717.234	45 324 442
De três a cinco anos	35.244.553	40 154 143
Superior a cinco anos	13.064.691	21 851 115
	132.243.516	107 329 700

3.5 Crédito a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2018	2017
Descobertos em depósitos à ordem:	Em moeda nacional	6.626.055	2.010.736
	Em moeda estrangeira	145.429	71.634
		6.771.484	2.082.370
Empréstimos	Em moeda nacional	97.963.358	101.121.178
	Em moeda estrangeira	10.648.814	6.174.710
		108.612.172	107.295.888
Outros créditos	Em moeda nacional	71.859.042	63.739.130
	Em moeda estrangeira	229.951	608.220
		72.088.993	64.347.350
Total de crédito vincendo		187.472.649	173.725.608
Crédito e juros vencidos	Capital e juros	5.210.494	1.476.634
Total de crédito concedido		192.683.143	175.202.242
Proveitos a receber de crédito concedido		17.422.645	14.929.424
		210.105.788	190.131.666
Imparidade para crédito		(42.984.415)	(16.672.458)
		167.121.373	173.459.208

Apresenta-se a seguir, a estrutura da carteira de crédito concedido a clientes, em 2018 e 2017:

		2018	2017
Empresas	Moeda Estrangeira		
	Empréstimos	13.433.220	7.931.887
	Adiantamento a depositantes	32.217	14.122
	Moeda Nacional		
	Empréstimos	88.276.489	111.976.334
	Contas correntes caucionadas	67.151.778	37.363.397
	Adiantamento a depositantes	4.466.739	1.099.052
	Microcrédito	69.642	106.931
		159.964.648	150.545.714
	Total de crédito a empresas	173.430.085	158.491.723
Particulares	Moeda Estrangeira		
	Habituação	229.947	167.371
	Adiantamento a depositantes	112.596	57.513
	Outros empréstimos	982.106	537.809
		1.324.649	762.693
	Moeda Nacional		
	Habituação	6.766.676	20.815.668
	Consumo	2.278.995	2.193.923
	Microcrédito	2.488.576	1.336.945
	Adiantamento a depositantes	1.225.517	911.684
	Outros empréstimos	22.591.290	5.619.030
		35.351.054	30.877.250
	Total de crédito a particulares	36.675.703	31.639.943
Total de crédito a clientes	210.105.788	190.131.666	
Imparidade para risco de crédito	(42.984.415)	(16.672.458)	
	167.121.373	173.459.208	

O movimento na imparidade de crédito a clientes, ocorridos em 2018 e 2017, foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	16.672.458	13.662.676
Adopção da IFRS 9 (1 de Janeiro de 2018)	703.165	-
Dotação do exercício	28.621.343	4.349.713
Reposições e Anulações	(2.835.470)	(1.339.931)
Utilização de imparidade	-	-
Diferenças cambiais	(177.081)	-
Saldo em 31 de dezembro	42.984.415	16.672.458

Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o maior cliente de crédito do Banco representava 17,40% e 7,10% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representavam, naquelas datas, aproximadamente, 59,8% e 61,10% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 16,44% e 14,96%, respectivamente, para crédito em moeda nacional e de 10,44% e 8,46%, respectivamente, para o crédito expresso em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a entidades relacionadas do Banco ascendia a mAKZ 23.377.533 e mAKZ 32.727.146, respectivamente (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2018 existem financiamentos garantidos por instrumentos financeiros, designadamente Instrumentos de Dívida emitidos pelo Estado Angolano, cujo valor ascende a cerca de 26.900 milhões de Kwanzas.

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 não foram recebidas por dactação em cumprimento quaisquer activos reais associados a incumprimento de crédito de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 as operações de crédito concedidas objecto de alterações de condições contratuais têm a seguinte composição:

	2018			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	34.456.878	2.247	34.459.125	(8.107.114)
Particulares				
Habituação	26.466	-	26.466	(4.988)
Consumo	133.167	-	133.167	(8.993)
Outros fins	3.096.169	205.003	3.301.172	(143.507)
	3.255.802	205.003	3.460.805	(157.488)
	37.712.680	207.250	37.919.930	(8.264.602)

	2017			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	30.250.047	1.590	30.251.637	(4.158.598)
Particulares				
Habituação	-	136.038	136.038	(304.039)
Consumo	225.715	1.605.287	1.831.002	(10.400)
Outros fins	62.070	1.003.131	1.065.201	(243.627)
	287.785	2.744.456	3.032.241	(558.066)
	30.537.832	2.746.046	33.283.878	(4.716.664)

A decomposição do crédito a clientes e a da imparidade atribuída de acordo com a análise individual e colectiva, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

2018						
Crédito vincendo	Classe de incumprimento				Total	
	Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias	Crédito vencido há mais de 180 dias		
Com imparidade atribuída com base na análise individual						
Crédito a clientes	180.989.544	2.641.164	83.800	54.431	129.748	183.898.687
Imparidade	(41.093.500)	(27.809)	(5.567)	(544)	(6.683)	(41.134.103)
	139.896.044	2.613.355	78.233	53.887	123.065	142.764.584
Com imparidade atribuída com base na análise colectiva						
Crédito a clientes	23.976.602	1.282.250	259.039	213.596	475.614	26.207.101
Imparidade	(1.306.720)	(42.231)	(5.445)	(129.357)	(366.559)	(1.850.312)
	22.669.882	1.240.019	253.594	84.239	109.055	24.356.789
	162.565.926	3.853.374	331.827	138.126	232.120	167.121.373

2017						
Crédito vincendo	Classe de incumprimento				Total	
	Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias	Crédito vencido há mais de 180 dias		
Com imparidade atribuída com base na análise individual						
Crédito a clientes	178.128.493	417.357	41.636	156.628	126.322	178.870.436
Imparidade	(16.095.646)	(126.016)	(26.462)	(43.641)	(70.318)	(16.362.083)
	162.032.847	291.341	15.174	112.987	56.004	162.508.353
Com imparidade atribuída com base na análise colectiva						
Crédito a clientes	10.526.539	348.938	109.413	83.324	193.016	11.261.230
Imparidade	(147.104)	(97.727)	(23.829)	(3.233)	(38.482)	(310.375)
	10.379.435	251.211	85.584	80.091	154.534	10.950.855
	172.412.282	542.552	100.758	193.078	210.538	173.459.208

De salientar que, segundo a política do Banco, um crédito considera-se em incumprimento total, quer na parte vencida quer na parte vincenda, quando ocorra incumprimento do cliente no pagamento de qualquer prestação de capital ou juros, logo que ultrapassados 30 dias de atraso.

Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o crédito concedido a clientes, desagregado por níveis de rating praticados pelo Banco, de acordo com Aviso n.º 11/2014, de 17 de Dezembro, relativo aos requisitos específicos para operações de crédito tem a seguinte composição:

Origem do Rating	Nível de Rating	2018		
		Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes				
Rating Interno	Mínimo	2.384.370	(73.803)	2.310.567
	Muito Baixo	167.329.561	(31.988.589)	135.340.972
	Baixo	9.457.409	(785.182)	8.672.227
	Moderado	9.681.543	(1.352.325)	8.329.218
	Elevado	621.100	(200.763)	420.337
	Muito elevado	3.538.695	(781.336)	2.757.359
	Máximo	17.093.110	(7.802.417)	9.290.693
		210.105.788	(42.984.415)	167.121.373

Origem do Rating	Nível de Rating	2017		
		Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes				
Rating Interno	Mínimo	1.584.175	(64.615)	1.519.560
	Muito Baixo	158.644.449	(5.710.481)	152.933.968
	Baixo	191.466	(58.101)	133.365
	Moderado	3.014.905	(2.094.829)	920.076
	Elevado	5.604.080	(1.854.353)	3.749.727
	Muito elevado	7.527.572	(3.012.173)	4.515.399
	Máximo	13.565.019	(3.877.906)	9.687.113
		190.131.666	(16.672.458)	173.459.208

Em 31 de Dezembro de 2018, o detalhe da carteira de crédito a clientes, incluindo garantias prestadas, de acordo com as categorias de risco de crédito (Stage 1, Stage 2 e Stage 3) é o seguinte:

	2018							
	Exposição				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a clientes	47.778.991	101.235.167	61.091.631	210.105.788	1.833.001	10.786.535	30.364.879	42.984.415
Garantias Prestadas	40.879.416	18.435.925	11.141.462	70.456.803	1.084.297	433.238	434.129	1.951.664
	88.658.407	119.671.092	72.233.092	280.562.591	2.917.298	11.219.773	30.799.008	44.936.079

Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a concentração sectorial dos clientes por crédito, garantias prestadas e imparidade, tinha a seguinte estrutura:

	2018						
	Crédito a Clientes		Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição Total
Empresas							
Serviços	87.458.327	86.362	35.227.874	122.772.563	43,8%	(30.836.957)	25,1%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória	49.976.447	100.699	22.317.265	72.394.411	25,8%	(4.970.591)	6,9%
Comércio por grosso e a retalho	13.366.309	13.185	1.920.553	15.300.047	5,5%	(3.160.056)	20,7%
Educação	7.404.891	2.419.162	362.727	10.186.780	3,6%	(1.590.050)	15,6%
Construção	5.289.345	-	1.295.095	6.584.440	2,3%	(1.190.666)	18,1%
Indústria extractiva e transformação	1.636.897	-	3.552.930	5.189.827	1,8%	(157.211)	3,0%
Transporte e comunicações	2.359.002	845	961.360	3.321.207	1,2%	(163.255)	4,9%
Agricultura, produção animal pescas e silvicultura	1.539.996	-	-	1.539.996	0,5%	(15.403)	1,0%
Saúde e Acção Social	506.724	-	-	506.724	0,2%	(30.081)	5,9%
Actividades Imobiliárias	174.724	1.005	65.224	240.953	0,1%	(19.905)	8,3%
Outros Fins	1.084.324	11.841	4.739.021	5.835.186	2,1%	(264.302)	4,5%
	170.796.986	2.633.099	70.442.049	243.872.134	86,9%	(42.398.477)	17,4%
Particulares							
Habituação	25.992.859	1.399.900	14.754	27.407.513	9,8%	(2.069.567)	7,6%
Consumo	6.449.340	548.068	-	6.997.408	2,5%	(297.993)	4,3%
Outros Fins	1.656.109	629.427	-	2.285.536	0,8%	(170.042)	7,4%
	34.098.308	2.577.395	14.754	36.690.457	13,1%	(2.537.602)	6,9%
	204.895.294	5.210.494	70.456.803	280.562.591	100,0%	(44.936.079)	16,0%

	2017						
	Crédito a Clientes		Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição Total
Empresas							
Serviços	71.497.196	34.921	48.090.027	119.622.144	46,4%	(9.810.316)	8,2%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória	1.768.045	-	-	1.768.045	0,7%	(43.583)	2,5%
Comércio por grosso e a retalho	53.562.047	124.224	15.300.566	68.986.837	26,8%	(3.528.055)	5,1%
Educação	1.150.245	3.486	-	1.153.731	0,4%	(24.929)	2,2%
Construção	17.075.335	1.325	86.836	17.163.496	6,7%	(1.604.809)	9,4%
Indústria extractiva e transformação	7.021.535	12.083	86.269	7.119.887	2,8%	(217.100)	3,0%
Transporte e comunicações	4.443.466	-	1.419.343	5.862.809	2,3%	(533.761)	9,1%
Agricultura, produção animal pescas e silvicultura	1.031.237	211	395.967	1.427.415	0,6%	(41.270)	2,9%
Saúde e Acção Social	18.650	1.388	-	20.038	0,0%	(979)	4,9%
Actividades Imobiliárias	737.934	-	-	737.934	0,3%	(173.070)	23,5%
Outros Fins	8.394	-	2.088.197	2.096.591	0,8%	(21.434)	1,0%
	158.314.084	177.638	67.467.205	225.958.927	87,7%	(15.999.306)	7,1%
Particulares							
Habitação	20.642.150	414.407	-	21.056.557	8,2%	(1.375.599)	6,5%
Consumo	1.034.126	232.477	-	1.266.603	0,5%	(111.749)	8,8%
Outros Fins	8.664.672	652.112	27.377	9.344.161	3,6%	(34.997)	0,4%
	30.340.948	1.298.996	27.377	31.667.321	12,3%	(1.522.345)	4,8%
	188.655.032	1.476.634	67.494.582	257.626.248	100,0%	(17.521.651)	6,8%

Síntese dos Resultados e dos Principais Indicadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as quantias relativas ao crédito e à imparidade relativa as operações objecto de reestruturação por empresas e particulares era o seguinte:

	2018			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	34.456.878	2.247	34.459.125	(8.107.114)
Particulares				
Consumo	26.466	-	26.466	(4.988)
Habitação	133.167	-	133.167	(8.993)
Outros fins	3.096.169	205.003	3.301.172	(143.507)
	3.255.802	205.003	3.460.805	(157.488)
	37.712.680	207.250	37.919.930	(8.264.602)

	2017			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	30.250.047	1.590	30.251.637	(4.158.598)
Particulares				
Consumo	-	136.038	136.038	(304.039)
Habitação	225.715	1.605.287	1.831.002	(10.400)
Outros fins	62.070	1.003.131	1.065.201	(243.627)
	287.785	2.744.456	3.032.241	(558.066)
	30.537.832	2.746.046	33.283.878	(4.716.664)

Os princípios básicos da política de concessão de crédito e de avaliação de imparidade com créditos podem ser resumidos como segue:

– A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e das normas estabelecidas pela Supervisão do Banco Nacional de Angola;

– No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e colateralização);

– Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a apostar na consolidação do ambiente de controlo, em conformidade com o seu perfil de risco prudente.

Ao considerar o Risco de Crédito, os principais aspectos a avaliar são:

- a. Em termos de default / contraparte:
 - i. Nível e tendência do crédito em incumprimento;
 - ii. Incumprimento por parte das contrapartes junto do sistema financeiro;
 - iii. Grau de reconhecimento contabilístico de imparidade acumulada.

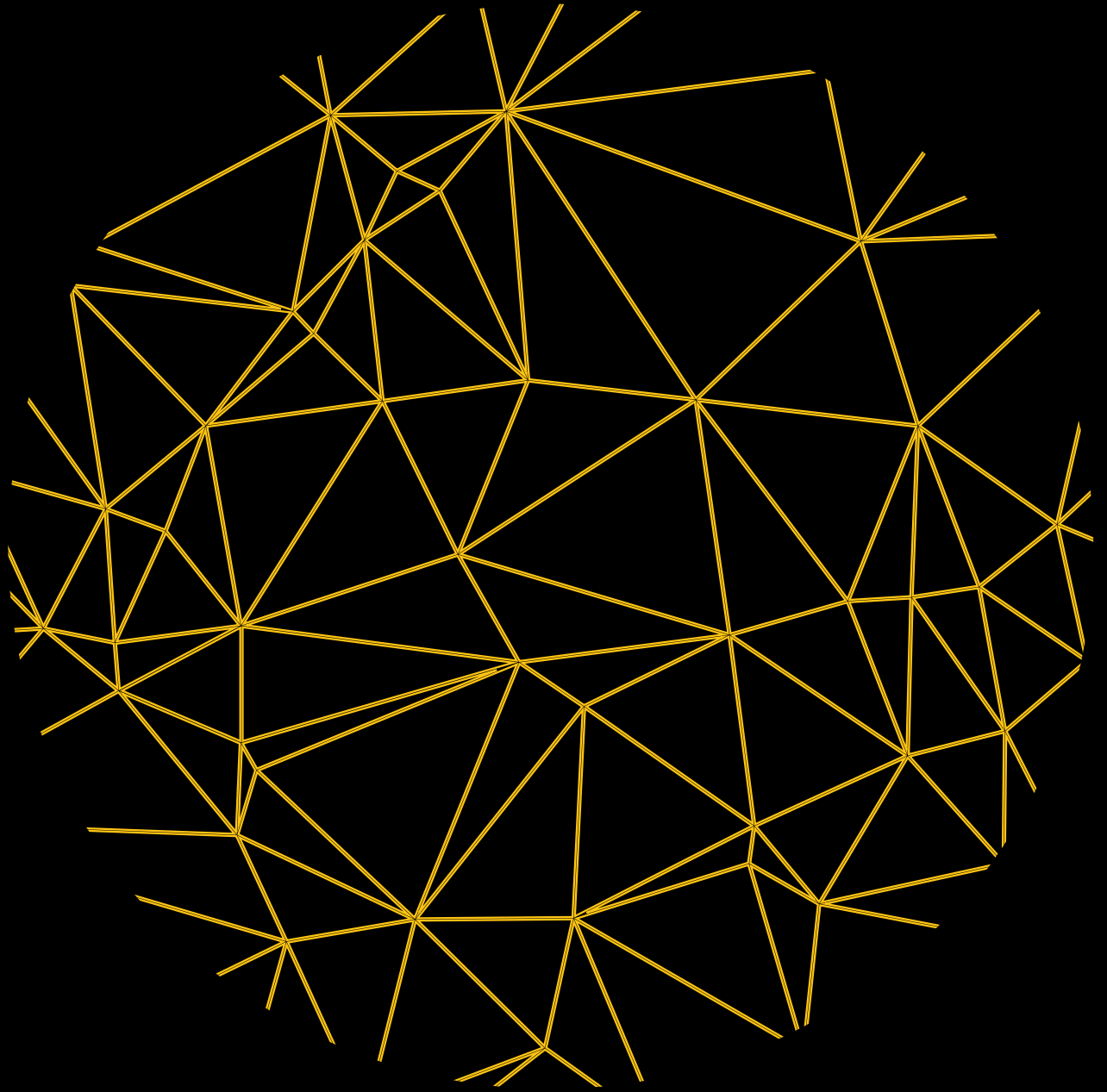
b. Em termos de concentração:

- i. Concentração em número limitado de contrapartes, ou exposição excessiva a sectores de actividade e/ou países;
- ii. Número elevado de mutuários relativamente aos quais o Banco é o maior credor;
- iii. Concentração da exposição em determinadas maturidades.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Desta forma, os níveis de tolerância definidos passam por:

- a. Criar planos de acção extraordinários (acompanhamento/monitorização/recuperação) para crédito vencido que registre um acréscimo superior a 5%, em relação ao ano anterior;
- b. Vedar concessão de crédito para remunerações do risco (por tipo/por montante) inferiores à taxa de juro equivalente à taxa Luibor com maturidade de 90 dias;
- c. Vedar concessão de crédito quando a exposição a uma determinada entidade exceda 25% dos fundos próprios.



4. Envolvente Económica e Financeira

- 4.1. Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis
- 4.2. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos
- 4.3. Activos por Impostos Diferidos
- 4.4. Outros Activos
- 4.5. Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito
- 4.6. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos
- 4.7. Responsabilidades Representadas por Títulos
- 4.8. Provisões
- 4.9. Passivos Subordinados
- 4.10. Outros Passivos
- 4.11. Fundos Próprios
- 4.12. Margem Financeira
- 4.13. Rendimentos de Serviços e Comissões
- 4.14. Encargos com Serviços e Comissões
- 4.13. Resultados Cambiais
- 4.15. Outros Resultados de Exploração
- 4.16. Custos com o Pessoal
- 4.17. Fornecimentos e Serviços Externos
- 4.18. Encargos Sobre o Resultado

4.1. Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica de outros activos tangíveis, activos intangíveis e em curso durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	SalDOS em 31-12-2017			Aumentos
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
Outros activos tangíveis				
Imóveis em uso	25.388.720	(1.900.165)	23.488.555	3.404.255
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	13.939.437	(6.704.441)	7.234.996	1.818.782
Activos em curso	4.832.817	-	4.832.817	1.926.486
	44.160.974	(8.604.606)	35.556.368	7.149.523
Activos intangíveis				
Sistema de tratamento automático de dados	1.242.017	(1.079.318)	162.699	369.841
Trespases	550.358	(550.358)	-	-
	1.792.375	(1.629.676)	162.699	369.841
	45.953.349	(10.234.282)	35.719.067	7.519.364

	SalDOS em 31-12-2016			Aumentos
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
Outros activos tangíveis				
Imóveis em uso	19.304.571	(1.688.859)	17.615.712	3.595.847
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	10.528.951	(4.515.776)	6.013.175	4.156.977
Activos em curso	4.701.542	-	4.701.542	1.873.086
	34.535.064	(6.204.635)	28.330.429	9.625.910
Activos intangíveis				
Sistema de tratamento automático de dados	1.164.990	(832.913)	332.077	77.027
Trespases	550.358	(550.358)	-	-
	1.715.348	(1.383.271)	332.077	77.027
	36.250.412	(7.587.906)	28.662.506	9.702.937

2018						
Transferências	Regularizações e alienações		Depreciações do exercício	Saldos em 31-12-2018		
	Valor bruto	Amortizações		Valor Bruto	Taxa Média	Valor Líquido
1.279.186	-	-	(1.005.198)	30.072.161	(2.905.363)	27.166.798
355.261	-	(23.620)	(1.814.282)	16.113.480	(8.542.343)	7.571.137
(1.634.447)	-	-	-	5.124.856	-	5.124.856
-	-	(23.620)	(2.819.480)	51.310.497	(11.447.706)	39.862.791
-	-	-	(150.467)	1.611.858	(1.229.785)	382.073
-	-	-	-	550.358	(550.358)	-
-	-	-	(150.467)	2.162.216	(1.780.143)	382.073
-	-	(23.620)	(2.969.947)	53.472.713	(13.227.849)	40.244.864

2017						
Transferências	Regularizações e alienações		Depreciações do exercício	Saldos em 31-12-2017		
	Valor bruto	Amortizações		Valor Bruto	Taxa Média	Valor Líquido
2.488.302	-	-	(211.306)	25.388.720	(1.900.165)	23.488.555
(746.491)	-	-	(2.188.665)	13.939.437	(6.704.441)	7.234.996
(1.741.811)	-	-	-	4.832.817	-	4.832.817
-	-	-	(2.399.971)	44.160.974	(8.604.606)	35.556.368
-	-	-	(2.399.971)	1.242.017	(1.079.318)	162.699
-	-	-	-	550.358	(550.358)	-
-	-	-	(246.405)	1.792.375	(1.629.676)	162.699
-	-	-	(2.646.376)	45.953.349	(10.234.282)	35.719.067

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existiam imóveis de uso próprio reavaliados. Existe, em 31 de Dezembro de 2017, nos Fundos Próprios uma reserva de reavaliação, de valor mAKZ 301.233, fruto da actualização monetária efectuada no passado a que aludem as notas 2.4 e 2.9. O custo depreciado dos activos fixos do banco incorpora essa valorização, a qual foi assumida como custo considerado à data de 1 de janeiro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a subrubrica de "Activos em curso", apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Despesas incorridas com balcões a inaugurar	2.806.401	2.331.226
Mobiliário diverso	1.678.136	1.760.480
Equipamento electrónico	364.930	482.224
Equipamento informático	275.389	168.428
Outras imobilizações em curso	-	90.459
	5.124.856	4.832.817

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo das rubricas "Mobiliário diverso" e "Equipamento informático" referem-se à aquisição de mobiliário e equipamento informático, respectivamente, para alocação aos futuros balcões do Banco, cuja inauguração se prevê ocorrer nos próximos exercícios.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os principais investimentos efectuados pelo Banco ao nível dos outros activos tangíveis e activos intangíveis corresponderam essencialmente a obras efectuadas em balcões (propriedade) de terceiros e à aquisição de equipamentos informáticos.

4.2. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Participações em outras sociedades:		
No país	1.863.029	2.135.599
No estrangeiro	167.538	87.989
	2.030.567	2.223.588
Outros investimentos:		
No país	5.100	4.407
	2.035.667	2.227.995
Imparidade	(648.724)	(569.175)
	1.386.943	1.658.820

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco detinha as seguintes participações financeiras registadas ao custo de aquisição:

Participada
Outros activos tangíveis
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.
BVDA - Bolsa de Valores e Derivativos de Angola
SOPRO'S - Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings, S.A.
SOL Seguros
Participações em outras sociedades no estrangeiro
Galilei, SGPS, S.A.
Outros investimentos no país
Sodecom, S.A.
Suninvest, S.A.
SOL Viagens

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco detém uma participação de 3,08%, no capital desta empresa.

A SOPRO'S foi constituída em Angola com a função de gestão e exploração de shoppings. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco detém uma participação de 8%, no capital desta empresa. O movimento ocorrido no período de mAKZ 414.398 decorre na totalidade de suprimentos efectuados pelo Banco.

No exercício de 2007, o Banco adquiriu uma participação correspondente a 1.419 acções no capital da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, S.A. pelo montante de mAKZ 14.255.

A SOL Seguros, constituída em 31 de maio de 2016 em Angola, tem como objecto a prestação de serviços nos ramos dos seguros vida e não vida, co-seguro, resseguro e todos os serviços actividades conexas, com as extensões permitidas por lei e nas modalidades em que esteja autorizada. A SOL Seguros é detida em 100% pelo Banco SOL. A quantia existente no final de 2018, de mAKZ 971.853 resulta na integra da realização do capital social sendo o valor da participação apurado através do método de equivalência patrimonial.

A Galilei, SGPS, S.A. é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública de 11 de Setembro de 1998 sob a denominação "SLN – Sociedade Lusa de Negócios, S.A.", tendo por objectivo a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. A referida alteração da denominação social ocorreu em 20 de Julho de 2010. De acordo com informações obtidas esta participada entrou em processo de liquidação em Agosto de 2016.

Os movimentos ocorridos na imparidade em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 2018 e 2017, foi o seguinte:

	2018	2017
Saldos em 01 de Janeiro	569.175	422.563
Novas participações	-	-
Dotações do exercício	-	146.603
Utilizações de imparidade	-	-
Diferenças cambiais	79.549	9
	648.724	569.175

	Sede	Actividade	Moeda	Capital Social (em milhares)	% de participação	2018	2017
	Luanda	Serviços bancários	AKZ	1.116.812	3,08%	124.631	124.631
	Luanda	Serviços financeiros	AKZ	1.343.000	0,95%	14.255	14.255
	Luanda	Gestão e exploração de shoppings	AKZ	n.d.	8,00%	752.291	337.893
	Luanda	Actividade seguradora	AKZ	1.658.820	100,00%	971.853	1.658.820
						1.863.030	2.135.599
	Lisboa	Financial services	EUR	470.925.000	0,07%	167.537	87.989
						2.030.567	2.223.588
						4.000	4.000
						-	407
						1.100	-
						5.100	4.407
						2.035.667	2.227.995

Envolvente Económica e Financeira

A última informação financeira disponível das participadas é a seguinte:

Participada	Moeda	Activo líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Galilei, SGPS, S.A. (**)	mEUR	434.838	51.416	(947)	-
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (*)	mEUR	5.595.471	1.551.051	32.813	-
SOPROS - Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings, S.A. (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	415.090
BVDA - Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	-
Sodecom, S.A. (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	-
SOL SEGUROS (****)	mEUR	1.482.199	971.853	(1.029.373)	971.853
Participações em outras sociedades no estrangeiro					1.386.943

Galilei, SGPS, S.A.

n.a. - não aplicável/disponível

(*) - valores reportados a Dezembro de 2015

(**) - valores reportados a Dezembro de 2014

(***) - informação não disponível

(****) - valores reportados a Dezembro de 2018

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, relativamente às participadas EMIS – Empresa Interbancária de Serviços S.A., BVDA – Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Galilei SGPS, S.A., não existiam créditos e obrigações entre o Banco e tais participadas.

4.3. Activos por Impostos Diferidos

Os activos por impostos diferidos no final de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, no montante de mAKZ 1.534.026 e mAKZ 918.092, dizem respeito a custos com provisões que não são fiscalmente aceites, constituindo diferenças temporárias dedutíveis.

4.4. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Devedores:		
Outras aplicações – Sector público administrativo		
. Imposto de circulação	1.732	964
. Outros	4.888.483	3.571.456
Outras aplicações – Sector privado		
. Adiantamentos a fornecedores	1.172.929	697.322
	6.063.144	4.269.742
Despesas com custo diferido:		
Comparticipação a colaboradores - Aquisição de imóveis	142.603	254.479
Rendas e alugueres	478.064	350.718
Outros	19.863	103.497
	640.530	708.694
Outras contas de regularização do activo:		
. Falhas de Caixa	124.384	64.927
. Custos em suspenso	3.557.573	11.813.694
. Outros	40.545	37.032
	3.722.502	11.915.653
Outros	41.494	83.652
	41.494	83.652
	10.467.670	16.977.741

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Devedores - Outras aplicações – Sector público administrativo - Imposto de circulação” refere-se a selos de circulação de veículos automóveis emitidos pelo Estado Angolano, os quais são comercializados pelo Banco. Estes selos são adquiridos a desconto, sendo registados pelo seu valor de venda. A diferença entre este e o custo de aquisição é registada como proveito diferido, sendo reconhecida ao longo do período compreendido entre a data de aquisição e a data limite de venda ao público de tais selos, independentemente das vendas que o Banco vier a efectuar.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Devedores - Outras aplicações – Sector público administrativo – Outros” inclui o montante de 2.127 mil mAKZ e 2.607 mil

mAKZ, respectivamente, relativo às comissões cobradas à Alfândega do Porto de Luanda no âmbito dos serviços prestados pelo Banco ao nível de arrecadação de receitas. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a referida rubrica inclui ainda mAKZ 889 mil mAKZ e 964 mil mAKZ, respectivamente referentes a comissões cobradas no âmbito dos serviços prestados ao nível de arrecadação de receitas alfandegárias efectuadas noutras agências do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Despesas com custo diferido – Participação a colaboradores – Aquisição de imóveis” corresponde à participação efectuada pelo Banco a alguns dos seus colaboradores para a aquisição de habitação própria no denominado condomínio Solarium Vereda das Flores. A participação efectuada

da pelo Banco correspondeu a 50% do valor de aquisição dos imóveis, estando a mesma a ser reconhecida de forma linear na rubrica da demonstração de resultados “Custos com pessoal - Outros custos – Comparticipações a empregados” ao longo do período mínimo (10 anos) durante o qual o colaborador terá de estar vinculado contratualmente ao Banco (Nota 26). Adicionalmente, durante o exercício de 2012, o Banco decidiu igualmente participar a 100% os equipamentos de ar condicionado e de cozinha nas habitações acima referidas no montante total de mAKZ 237.402. Estas despesas adicionais encontram-se a ser amortizadas ao longo de um período de 10 anos. Caso o colaborador cesse funções antes do período mínimo acima referido, o mesmo fica devedor perante o Banco da comparticipação atribuída.

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de “Outras contas de regularização do activo – Custos em suspenso”, inclui o montante de mAKZ 1.123.315 respeitantes a movimentos pendentes de regularização junto de correspondentes, os quais se encontram a ser analisados pelos serviços do Banco e cuja regularização deverá ocorrer no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Outras contas de regularização do activo - Custos em suspenso”, inclui o montante de mAKZ 1.403.744, respeitantes a pagamentos efectuados pelo Banco Sol por conta de terceiros, os quais se prevê serem liquidados durante o exercício de 2018. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2017, mAKZ 10.152.038 correspondem a cativos de disponibilidades aqui registados, que serão compensados por regularização de itens em aberto. Resultam de CDI’s cuja liquidação ocorreu na contraparte, mas o movimento de regularização não ocorreu no Banco.

4.5. Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Recursos de Bancos Centrais e de OIC	49.871.721	54.142.994
Obrigações no Sistema de Pagamentos	7.962.575	4.222.043
	57.834.296	58.365.037

As quantias acima indicadas são decompostas da seguinte forma:

	2018	2017
Recursos de instituições de crédito no país:		
Banco de Desenvolvimento de Angola	47.500.000	2.800.000
Banco Prestígio	-	2.300.000
Keve	-	2.000.000
BFA	-	1.000.000
BAI	-	8.500.000
BCA	-	2.000.000
Banco Nacional de Angola	-	35.215.970
	47.500.000	53.815.970
Juros a pagar	2.371.721	327.024
	49.871.721	54.142.994
Relações entre instituições:		
Compensação de cheques e outros papéis		
Cheques visados	360.114	373.451
Cheques a pagar	24.684	24.684
Outras operações pendentes de liquidação		
Compensação Mastercard	2.712.960	1.054.616
Cartões VISA expirados	1.318.425	710.246
Compensação com EMIS e VISA	1.248.800	549.575
Compensação STC	831.996	105.165
Carregamentos de cartões VISA	568.671	306.014
Regularização de liquidação de títulos	301.703	549.575
Cartões VISA anulados	251.156	132.243
Imposto predial urbano	122.944	113.659
Outras operações	221.122	302.815
	7.962.575	4.222.043
	57.834.296	58.365.037

Em 31 de Dezembro de 2018 os "Recursos de instituições de crédito no país" vencem juros à taxa média de 20,09%.

4.6. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à ordem	230.395.193	208.999.364
Depósitos a prazo	169.609.149	145.535.201
Outros depósitos	2.660.563	1.366.919
Juros a pagar	3.359.576	3.365.124
	406.024.481	359.266.608

Que se detalha por moeda e por sector da seguinte forma:

	2018	2017
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional		
Sector público	1.023.728	1.634.691
Empresas	146.956.471	123.760.020
Particulares	48.582.440	44.957.561
	196.562.639	170.352.272
Em moeda estrangeira		
Sector público	182.659	781.767
Empresas	19.248.016	29.731.635
Particulares	14.389.479	8.051.063
	33.820.154	38.564.465
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	982	29.925
Em moeda estrangeira	11.418	52.702
	12.400	82.627
Total de depósitos à ordem	230.395.193	208.999.364
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional		
Sector público	1.020.105	1.269.672
Empresas	92.027.871	81.097.436
Particulares	18.972.690	13.965.722

	112.020.666	96.332.830
Em moeda estrangeira		
Sector público	-	-
Empresas	45.538.471	43.112.085
Particulares	12.050.012	6.090.285
	57.588.483	49.202.370
Depósito a prazo de não residente		
Em moeda nacional	-	-
Em moeda estrangeira	-	-
Total de depósitos a prazo – capital	169.609.149	145.535.200
Juros a pagar	3.359.576	3.365.124
Total de depósitos a prazo	172.968.725	148.900.324
Outros depósitos		
Cartões VISA Kumbu	2.026.544	1.166.067
Protocolo campanha agrícola	167.610	167.610
Protocolo BDA	-	31.707
Outros	466.409	1.535
Outros depósitos	2.660.563	1.366.919
Total de depósitos de clientes	406.024.481	359.266.608

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros depósitos – Cartões Visa Kumbu” inclui os montantes depositados pelos clientes do Banco no âmbito dos carregamentos efectuados ao nível dos cartões VISA “Kumbu”.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de “Outros depósitos – Protocolo BDA” refere-se ao fundo de garantia depositado no Banco no âmbito do protocolo celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Angola (“BDA”) para a realização de operações de micro crédito de apoio a pequenos e médios produtores agro-pecuários.

No âmbito da convenção financeira celebrada entre o Ministério das Finanças e o Banco, data de 28 de Julho de 2005, relativamente à disponibilização de recursos financeiros de forma a garantir a implementação de um programa de concessão de micro crédito, a taxa de juro associada aos financiamentos do referido programa correspondia a 21% (sendo 16% suportada directamente pelo Ministério das Finanças e 5% pelos respectivos clientes). Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros depósitos – Protocolo campanha agrícola” refere-se aos depósitos efectuados pelo Ministério das Finanças para fazer face à subsídio da taxa de juro acima referida.

	2018			2017		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em Kw anzas angolanos	12,55%	-	112.020.666	12,37%	-	96.332.830
Em Dólares dos Estados Unidos	2,20%	175.081.878	54.032.060	2,40%	100.861.813	16.735.395
Em Kw anzas indexados	0,00001%	11.181.628	3.450.765	1,20523%	195.328.848	32.409.744
Em Euros	0,03%	299.299	105.658	0,50%	309.195	57.231
		186.562.805	169.609.149		296.499.856	145.535.200

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo de clientes, excluindo os respectivos juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2018	2017
Até três meses	105.373.720	27.085.580
De três a seis meses	23.350.251	91.514.898
De seis meses a um ano	40.573.840	26.554.201
Mais de um ano	311.338	380.521
	169.609.149	145.535.200

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo de clientes, excluindo os juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

4.7. Responsabilidades Representadas por Títulos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Responsabilidades representadas por títulos:		
Certificados de depósito		
Em Dólares dos Estados Unidos	4.717.410	10.376.884
Juros a pagar	283.908	339.764
	5.001.318	10.716.648

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os certificados de depósito, excluindo os respectivos juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2018			2017		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Responsabilidades representadas por títulos:						
Certificados de depósito						
Em Dólares dos Estados Unidos	4,67%	15.286.138	4.717.409	5,00%	62.539.981	10.376.884
			4.717.409			10.376.884

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os certificados de depósito, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2018	2017
De três a seis meses	941.771	1.605.762
De seis meses a um ano	630.543	7.342.329
Mais de um ano	-	1.006.699
	4.717.410	10.376.884

A remuneração destes títulos é efectuada de acordo com a taxa de juro acordada consoante o montante de subscrição e o prazo de reembolso. A maturidade total destes títulos é de 540 dias, sendo os mesmos amortizados ao par, de uma só vez, não sendo permitido o reembolso antecipado da emissão por iniciativa dos clientes.

4.8. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Provisão para compensação de reforma e fundo de pensões	1.532.609	1.794.134
Provisão para garantias e compromissos assumidos		
. Garantias prestadas	281.597	488.478
. Créditos documentários à importação	1.670.068	360.715
Provisão para contingência fiscal	25.708	25.708
Outras provisões	2.112.065	1.061.556
	5.622.047	3.730.591

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foi o seguinte:

	2018					Saldos em 31/12/2018
	Saldos em 31/12/2017	Reforços	Utilizações	Reavaliação Cambial	Reposições e anulações	
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma	1.794.134	-	-	-	(261.525)	1.532.609
Provisão para garantias e compromissos assumidos						
. Garantias prestadas	488.478	-	-	-	(206.881)	281.597
. Créditos documentários à importação	360.715	1.000.861	-	308.492	-	1.670.068
Provisão para contingências fiscais	25.708	-	-	-	-	25.708
Outras provisões	1.061.556	891.497	-	159.012	-	2.112.065
	3.730.591	1.892.358	-	467.504	(468.406)	5.622.047

	2018					Saldos em 31/12/2018
	Saldos em 31/12/2016	Reforços	Utilizações	Reavaliação Cambial	Reposições e anulações	
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma	1.794.134	-	-	-	-	1.794.134
Provisão para garantias e compromissos assumidos						
. Garantias prestadas	367.033	121.415	-	30	-	488.478
. Créditos documentários à importação	164.724	195.962	-	29	-	360.715
Provisão para contingências fiscais	25.708	-	-	-	-	25.708
Outras provisões	772.598	288.958	-	-	-	1.061.556
	3.124.197	606.335	-	59	-	3.730.591

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Provisões para responsabilidades com pensões de reforma” inclui os montantes de mAKZ 1.532.609 e mAKZ 1.794.134, respectivamente, referente à estimativa de responsabilidades a pagar relativas ao Fundo de Pensões do Banco Sol.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outras provisões” incluía os montantes de mAKZ 896.281 e mAKZ 461.988, respectivamente, para fazer face a um conjunto de itens que se encontravam por regularizar nas contas de depósitos à ordem mantidas pelo Banco junto do Banco Nacional de Angola e junto de outras instituições de crédito. A referida rubrica incluía ainda, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, um montante de mAKZ 1.091.401 e mAKZ 555.517, respectivamente, para fazer face a valores por regularizar presentes na rubrica “Outros activos”. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a acima indicada rubrica incluía ainda uma provisão para falhas de caixa no montante de mAKZ 124.684 e mAKZ 44.051, respectivamente.

Na Demonstração dos Resultados, a rubrica relativa a “Provisões liquidas de anulações”, decorre do reforço efectuado no exercício nas provisões para garantias e compromissos assumidos, nas outras provisões e nas provisões financeiras.

Tal como referido na Nota 2.6, em 31 de Dezembro de 2018, o Banco tinha constituído uma provisão no montante de mAKZ 1.532.609 mAKZ para fazer face à diferença entre o valor do Fundo de Pensões do Banco Sol à data de alteração do plano e o saldo inicial a atribuir aos participantes activos nessa data.

No exercício de 2017, o Banco solicitou à sociedade gestora do Fundo de Pensões do Banco Sol um estudo actuarial sobre o plano de pensões dos trabalhadores do Banco Sol, com referência a 31 de Dezembro de 2017, com o objectivo de quantificar as responsabilidades associadas ao mesmo, bem como para apurar o nível de contribuição a efectuar naquele exercício. Para efeitos de tal avaliação actuarial, na ausência de outra informação disponível, o Actuário responsável utilizou a tábua de mortalidade oficial em Angola (ANGV-2020P). Como resultado daquele estudo, o Banco registou uma provisão no montante de mAKZ 1.794.134 por forma a dar cumprimento à política contabilística. Durante 2017 não ocorreu qualquer reforço da contribuição para o fundo, mantendo-se o nível da provisão proveniente de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2017, as responsabilidades por serviços passados associadas ao Fundo de Pensões do Banco Sol ascendiam a mAKZ 2.580.593, para as quais o

Banco dispunha de um Fundo de Pensões no valor de mAKZ 786.459 e de uma provisão constituída para o efeito de mAKZ 1.794.134.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas na preparação do referido estudo, em 31 de Dezembro de 2017, foram as seguintes:

	2017
Método actuarial	Unit Credit Project
Tábua de mortalidade	ANGV – 2020P
Tábua de invalidez	Não utilizada
Taxa de crescimento salarial	1%
Taxa de juro	4%
Número de empregados	516

A moeda de referência e de cálculo das responsabilidades com o Fundo de Pensões do Banco Sol foi o Kwanza Angolano. Adicionalmente, de acordo com o contrato de constituição do Fundo de Pensões, compete exclusivamente ao Banco a decisão sobre a actualização ou não das pensões. Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco não se encontrava a considerar qualquer actualização de pensões.

4.9. Passivos Subordinados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Fundos de Garantias	1.365.003	733.900
Correspondentes	7.261.002	1.735.511
Outros	8.099	7.833
	8.634.104	2.477.244

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Fundo de garantia" estava associado a uma convenção financeira celebrada em 28 de Julho de 2005 entre o Banco Sol, o Banco de Poupança e Crédito ("BPC") e a respectiva entidade promotora. A referida convenção tinha por objectivo a disponibilização de recursos financeiros de forma a garantir a implementação de um programa de concessão de micro crédito a pequenos produtores agrícolas e equiparados e de crédito ao consumo a professores, enfermeiros e outros profissionais localizados nas zonas rurais e sub-urbanas, por parte dos referidos Bancos. O valor foi disponibilizado pela entidade promotora do programa em cooperação com o BPC e com o Banco Sol, ascendendo a USD 10.000.000, dos quais USD 8.000.000 seriam para concessão de crédito, USD 1.000.000 destinados ao microcrédito e crédito ao consumo e o restante para a constituição de um fundo de garantia para cobertura de crédito incobrável. No âmbito

da convenção, os bancos cobriam a título de juros uma taxa até 8 % com um período de carência nunca inferior a um ano nem superior a dois, consoante a natureza dos projectos. O valor destinado à concessão de crédito deveria ser reembolsado pelos Bancos sem juros. O reembolso seria efectuado em dez prestações semestrais iguais e consecutivas devendo a primeira ter lugar até 24 meses contados a partir dos respectivos desembolsos. Durante o exercício de 2010, face aos elevados níveis de incobrabilidade, o Banco utilizou a maior parte do "Fundo de garantia" (mAKZ 418.193) para liquidação das responsabilidades em atraso dos vários devedores creditícios, o qual foi reposto no decorrer do exercício de 2014. Adicionalmente, o Banco encontra-se a aguardar por parte da entidade promotora do programa a recepção formal do consentimento a tal transacção.

4.10. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Recursos vinculados a operações cambiais		
Recursos em cash	6.244.652	1.002.933
Imposto cobrado sobre operações bancárias:		
Contribuição especial sobre operações bancárias	-	-
Imposto selo	173.686	158.178
Outros	373.481	85.627
Imposto sobre o rendimento trabalho dependente	194.452	80.472
Fornecedores	629.117	960.322
Credores diversos	1.220.569	771.166
Salários e outras remunerações:	603.261	887.169
Contribuição a segurança social:		
Patronal	43.202	41.393
Empregados	16.201	15.522
Quotizações	-	-
Outros custos administrativos:		
Prémio de Garantia	33.499	34.025
Outros	11.358	151.868
	9.543.478	4.188.675

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecedores” correspondia a serviços prestados ao Banco por entidades diversas, cuja liquidação dos montantes em dívida ocorrerá de acordo com as datas contratualmente estabelecidas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Credores diversos” incluía o montante mAKZ 700.224 e mAKZ 482.204, respectivamente, relativos proveitos diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Salários e outras remunerações” corresponde aos valores de férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido pelos colaboradores nos respectivos exercícios, e cuja liquidação ocorreu em 2018 e 2017, respectivamente.

4.11. Fundos Próprios

Capital social

O Banco foi constituído com um capital de mAKZ 49.400 (equivalente ao contravalor de 4.000.000 USD na data de constituição), representado por 4.000.000 de acções nominativas de um Dólar Americano cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante os exercícios de 2005 e 2007, o Banco aumentou o seu capital social em mAKZ 89.204 e mAKZ 80.264, respectivamente (equivalente a USD 1.000.000) integralmente realizado em dinheiro, passando a estar representado por 6.000.000 de acções nominativas de um Dólar Americano cada.

Adicionalmente, em reunião de Assembleia Geral de 27 de Março de 2008, foi deliberado o aumento de capital do Banco de USD 6.000.000 para USD 14.811.070 (equivalente a mAKZ 1.111.171).

Por despacho datado de 24 de Novembro de 2010, do Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizada a regularização à posteriori do aumento de capital social do Banco Sol ocorrido em 2008. Contudo, o valor do referido aumento do capital social inscrito na Certidão do Primeiro Cartório Nacional da Comarca de Luanda, datada de 15 de Março de 2011, não se encontrava concordante com a deliberação lavrada em Acta da Assembleia Geral de Accionistas do Banco, nem com a respectiva ratificação do Senhor Governador do Banco Nacional de Angola. Deste modo, em 13 de Abril de 2011, o Banco Nacional de Angola certificou novamente o valor total do aumento de capital social deliberado na reunião de Assembleia Geral de 27 de Março de 2008, passando o capital social do Banco, após o aumento realizado, para mAKZ 1.377.573 (equivalente a USD 18.362.013).

Em reunião da Assembleia Geral de 12 de Dezembro de 2011, foi definido o valor nominal de cada acção em AKZ 400,6, passando o capital social do Banco a ser representado por 3.438.775 acções. O registo daquela operação foi efectuado em 23 de Março de 2012 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda.

Por forma a dar cumprimento ao novo instrutivo normativo do BNA, o qual obriga os Bancos comerciais a evidenciar um capital social, equivalente em Kwanzas, a USD 25 milhões, o Banco deliberou em reunião da Assembleia Geral de 11 de Abril de 2014 o aumento de capital em mAKZ 3.622.460, encontrando-se o mesmo representado por 3.550.000 acções no valor nominal de AKZ 1.406,46. O registo desta operação foi efectuado em 09 de Dezembro de

2014 no Primeiro Cartório Notarial de Luanda, passando o capital social do Banco, para mAKZ 5.000.033.

Como resultado do Aviso n.º 02/2018, de 21 de Fevereiro, do BNA que estabeleceu o capital social mínimo das Instituições Financeiras Bancárias em mAKZ 7.500.000, em 2018 o Banco procedeu ao aumento do seu capital social para mAKZ 10.000.066 através da incorporação de reservas e resultados transitados, encontrando-se o mesmo representado por 7.100.000 acções no valor nominal de AKZ 1.408,46.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2018 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	Número de acções	Porcentagem
Sansul, S.A.	3.621.000	51
Fundação Lwini	710.000	10
António Mosquito	449.430	6,33
Sociedade de Comércio Martal	384.820	5,42
Azury, S.A.	384.820	5,42
Noé José Baltazar	384.820	5,42
Ana Paula dos Santos	384.820	5,42
Outros com % inferior a 5%	780.290	10,99
	7.100.000	100
Capital social		10.000.066.000
Valor nominal por acção		1.408,46

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existiam acções com direitos diferenciados.

Envolvente Económica e Financeira

Dando cumprimento ao disposto no nº 3, do artigo 446º da Lei nº 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, no qual é exigido que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades anónimas divulguem o número de acções e obrigações de que são titulares, apresentamos de seguida as partes de capital detidas por parte de membros dos órgãos sociais:

Accionistas	Cargo	Valor de aquisição	Número de acções	%
Coutinho Nobre Miguel	Presidente do Conselho de Administração	Valor nominal	277.610	3,91

De acordo com a estrutura accionista existente, o lucro por acção referente aos exercícios de 2018 e 2017 é de AKZ 632,83 e AKZ 1.291,79, respectivamente.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral de 6 de Abril de 2018, foi decidido aplicara totalidade do valor dos resultados do exercício de 2017 nas rubricas de “Resultados transitados” e “Reservas e fundos”.

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um

mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Reservas de Reavaliação de Activos Tangíveis

Correspondem a reservas de reavaliação de imobilizado pendentes de liquidação, mas de realização provável ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 6/96, de 26 de Janeiro, de modo a reflectir o efeito da desvalorização da moeda nacional.

4.12. Margem Financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De títulos e outros valores mobiliários:		
. Mantidos até o vencimento	68.419.370	8.545.035
. Mantidos para negociação	-	854
De operações do mercado monetário interfinanceiro	116.322	145.257
De créditos concedidos	20.555.318	22.468.139
	89.091.010	31.159.285
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos de clientes	17.582.105	12.968.375
De operações do mercado monetário interfinanceiro	10.622.734	5.233.870
	28.204.839	18.202.245
Margem Financeira	60.886.171	12.957.040

Em 2018 e 2017, a rubrica “Custos de instrumentos financeiros passivos – de operações do mercado monetário interfinanceiro” inclui os montantes de mAKZ 617.621 e mAKZ 878.869, respectivamente, relativos a IAC retido na fonte sobre os proveitos provenientes de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro.

4.13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Proveitos por prestações de serviços financeiros		
Comissões recebidas:		
. Por compensação electrónica (cartões VISA e MASTERCARD)	2.675.626	1.213.959
. Comissões de crédito	2.673.564	2.657.688
. Por cobrança de valores	1.236.237	-
. Comissões TPA's	1.186.577	666.610
. Por compromissos com terceiros	842.063	1.916.599
. Despesas de manutenção	336.019	1.396.909
. Processamento de salários	154.353	143.428
. Por garantias e avales	124.801	22.514
. Por operações cambiais	79.113	1.192.302
. Outras despesas	674.583	920.574
	9.982.936	10.130.583

4.14. Encargos com Serviços e Comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Encargos com Serviços e Comissões		
Comissões pagas:		
. Por compensação electrónica	995.722	629.248
. Por operações cambiais	39.300	48.569
. Outros serviços	376.423	110.811
	1.411.445	788.628

4.15. Resultados Cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Resultado de reavaliação	11.117.927	(6.891.205)
Resultado de operações cambiais	(13.835.951)	25.907.039
	(2.718.024)	19.015.834

4.16. Outros Resultados de Exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Impostos		
Contribuição especial sobre operações bancárias	-	(2)
Imposto de selo	(132.453)	(14.521)
Imposto predial urbano	(25.699)	(22.050)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(158.253)	(20.903)
Outros rendimentos e gastos	1.263	(29.261)
	(315.142)	(86.737)

4.17. Custos com o Pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos empregados	9.851.682	7.975.568
. Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	492.362	354.786
	10.344.044	8.330.354
Encargos sociais obrigatórios:		
. Empregados	509.589	417.521
Encargos sociais facultativos:		
. Empregados	586.619	338.401
	1.096.208	755.922
Outros custos		
. Comparticipações - Empregados	111.876	75.377
	111.876	75.377
	11.552.128	9.161.653

No período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros custos – Comparticipações a empregados" refere-se à comparticipação efectuada pelo Banco aos seus colaboradores na aquisição de habitação própria no denominado condomínio Solarium Vereda das Flores (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número de trabalhadores do Banco ascendia a 1.704 e 1.649, respectivamente.

4.18. Fornecimentos e Serviços Externos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Serviços especializados		
.Auditorias e consultorias	3.157.990	3.812.229
.Serviços de informática	2.236.086	1.306.009
.Segurança e vigilância	1.471.152	1.417.120
.Serviços de manutenção de ATM's	626.507	552.875
.Serviços de comunicação	373.987	221.261
.Serviços com cartões Visa	289.347	83.280
.Outros serviços técnicos especializados	2.357.677	1.416.676
Materiais diversos	3.267.130	2.429.108
Alugueres	1.786.041	1.645.231
Transportes, deslocações e estadia	909.772	901.352
Publicações, publicidade e propaganda	667.868	374.256
Comunicações	449.058	249.780
Seguros	267.709	27.104
Fundo de maneo	155.896	136.276
Água e energia	78.423	63.140
Outros fornecimentos de terceiros	847.240	785.392
	18.941.883	15.421.089

Em 2018 e 2017 a rubrica "Serviços especializados - Auditorias e consultorias" inclui, os montantes de mAKZ 3.002.685 e mAKZ 3.812.229 relativos a serviços de consultoria e de parceria estabelecidos com fornecedores no âmbito da estratégia comercial do Banco.

Em 2018 e 2017 a rubrica "Serviços especializados – Serviços de informática" corresponde essencialmente a custos com o aluguer de equipamento informático e respectiva manutenção.

Em 2018 e 2017 a rubrica "Alugueres" inclui o montante de mAKZ 829.620 e mAKZ 829.420 relativo ao contrato de arrendamento de 7 pisos do edifício "Luanda Inn", sito em Luanda, no Bairro Maculusso (Sede do Banco) iniciado em 1 de Janeiro de 2011.

Em 2018 e 2017, a rubrica "Fundo de maneo" corresponde a custos correntes incorridos pelas agências do Banco através da utilização de um plafond atribuído para o efeito.

4.19. Encargos Sobre o Resultado

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial nos termos da lei fiscal vigente em Angola, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A taxa de imposto aplicável é de 30%, nos termos das alterações introduzidas pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

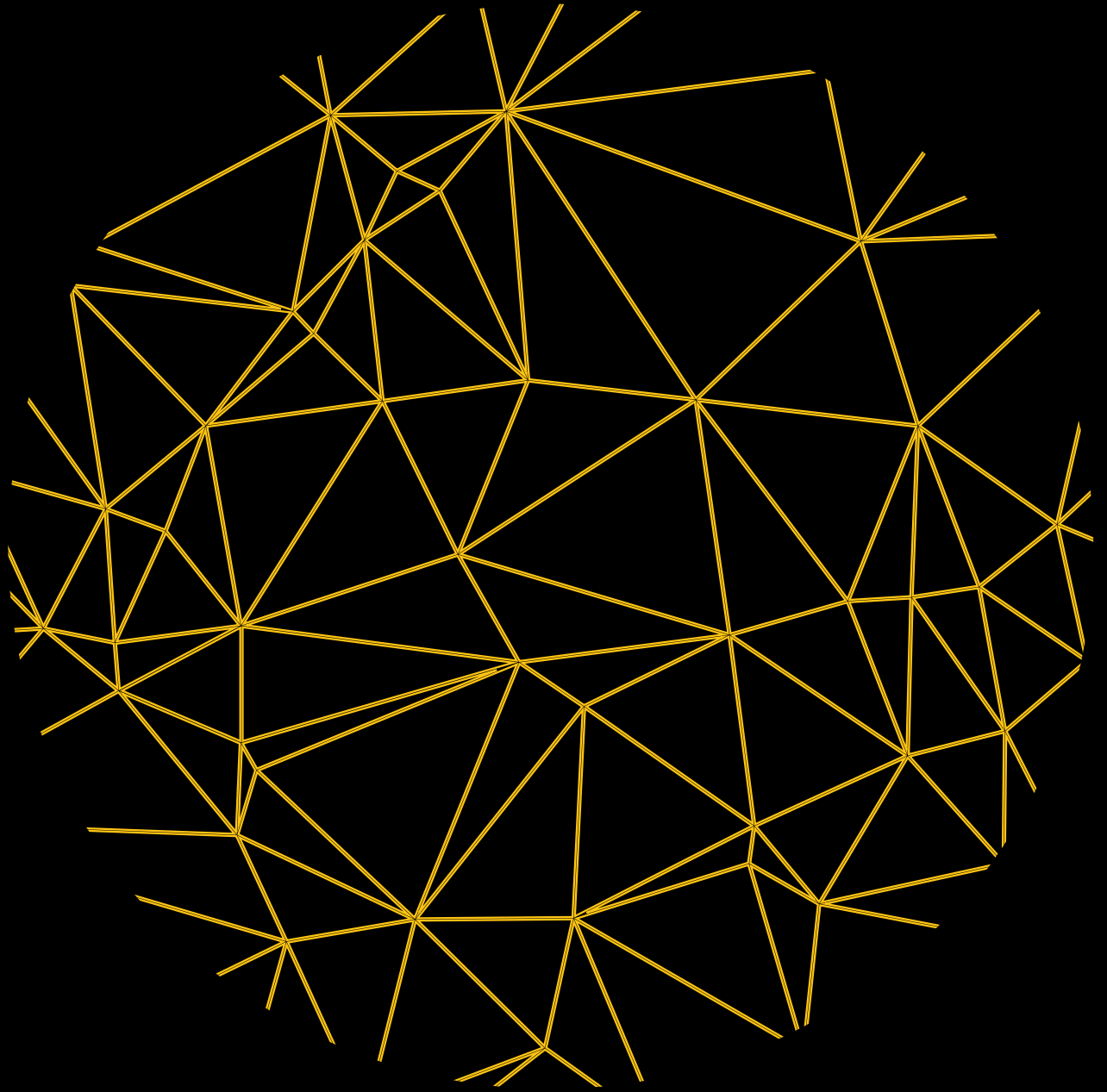
	2018	2017
Resultados antes dos impostos e outros encargos	4.548.719	9.059.922
Multas fiscais (artigo 40º)	158.253	20.903
Outros acréscimos	1.155.744	1.448.694
Ajustamentos:		
Rendimentos sujeitos a IAC (Nota 21)	9.890.855	8.064.155
Lucro/(Prejuízo) Fiscal 2018	(4.028.139)	2.465.364
Prejuízo fiscal a compensar		
Taxa nominal de imposto	30%	30%
Imposto à taxa normal	-	1.509.636
Liquidações provisórias	-	-
Imposto a pagar	-	-
Impostos diferidos activos	338.875	(111.798)
Total de impostos em resultados	338.875	(111.798)

Adicionalmente, nos termos da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, não se consideram como proveitos, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar, os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco registou impostos diferidos activos no montante de mAKZ 338.875 e mAKZ 111.798, respectivamente, referentes aos reforços efectuados em provisões temporariamente não aceites como custo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos impostos apurados. Face ao regime de amnistia fiscal, no que respeita

ao Imposto Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto de Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades fiscais apenas podem rever a situação fiscal do Banco para os exercícios de 2015 a 2017. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.



5. Síntese de Actividade das Principais Áreas de Negócio

- 5.1. Divulgações Relativas aos Instrumentos Financeiros
- 5.2. Relato por Segmentos
- 5.3. Saldos e Transacções com Entidades Relacionadas
- 5.4. Balanço por Moeda
- 5.5. Rubricas Extrapatrimoniais
- 5.6. Resultado de Operações Descontinuadas e/ou em Descontinuação
- 5.7. Eventos Subsequentes
- 5.8. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

5.1. Divulgações Relativas aos Instrumentos Financeiros

Ao nível dos instrumentos financeiros, o valor contabilístico dos activos e dos passivos encontra-se valorizado da seguinte maneira:

	Valorizados ao Justo Valor
Activos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.686.786
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-
Investimentos ao custo amortizado	-
Crédito a clientes	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-
	149.233.430
Passivos	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	233.055.756
Responsabilidades representadas por títulos	-
Passivos subordinados	8.634.104
	299.524.156
	Valorizados ao Justo Valor
Activos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76 981 348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 532 223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-
Investimentos ao custo amortizado	-
Crédito a clientes	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-
	128 513 571
Passivos	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58 365 037
Recursos de clientes e outros empréstimos	210 366 283
Responsabilidades representadas por títulos	-
Passivos subordinados	2 477 244
	271 208 564

2018			
Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
-	-	-	79.546.644
-	-	(416.430)	69.270.356
30.473.731	-	(28.030)	30.445.701
132.530.355	-	(286.839)	132.243.516
210.105.788	-	(42.984.415)	167.121.373
-	2.035.667	(648.724)	1.386.943
373.109.874	2.035.667	(44.364.438)	480.014.533
-	-	-	57.834.296
172.968.725	-	-	406.024.481
5.001.318	-	-	5.001.318
-	-	-	8.634.104
177.970.043	-	-	477.494.199
2017			
Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
-	-	-	76.981.348
-	-	-	51.532.223
10.699.833	-	-	10.699.833
107.329.700	-	-	107.329.700
190.131.666	-	(16.672.458)	173.459.208
-	2.227.995	(569.175)	1.658.820
308.161.199	2.227.995	(17.241.633)	421.661.132
-	-	-	58.365.037
148.900.325	-	-	359.266.608
10.716.648	-	-	10.716.648
-	-	-	2.477.244
159.616.973	-	-	430.825.537

Envolvente Económica e Financeira

Descrimina-se nos mapas seguintes uma outra decomposição analítica das mensurações a justo valor dos instrumentos financeiros, activos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31 de dezembro de 2018	
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor
Activos		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.270.356	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30.445.701	-
Investimentos ao custo amortizado	132.243.516	-
Crédito a clientes	167.121.373	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.386.943	-
	480.014.533	128.513.571

Passivos		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.024.481	233.055.756
Responsabilidades representadas por títulos	5.001.318	-
Passivos subordinados	8.634.104	8.634.104
	477.494.199	299.524.156

	31 de dezembro de 2017	
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor
Activos		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76 981 348	76 981 348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 532 223	51 532 223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10 699 833	-
Investimentos ao custo amortizado	107 329 700	-
Crédito a clientes	190 131 666	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 658 820	-
	438 333 590	128 513 571

Passivos		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58 365 037	58 365 037
Recursos de clientes e outros empréstimos	359 266 608	210 366 283
Responsabilidades representadas por títulos	10 716 648	-
Passivos subordinados	2 477 244	2 477 244
	430 825 537	271 208 564

2018					
Justo valor de instrumentos financeiros		Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total	
Registados no balanço ao custo amortizado	Total				
-	76.981.348	-	-	76.981.348	
-	51.532.223	-	-	51.532.223	
10.699.833	10.699.833	-	-	10.699.833	
107.329.700	107.329.700	-	-	107.329.700	
167.121.373	167.121.373	-	-	173.459.208	
-	-	-	2.035.667	1.658.820	
285.150.906	413.664.477	-	2.035.667	421.661.132	
-	57.834.296	-	-	58.365.037	
172.968.725	406.024.481	-	-	359.266.608	
5.001.318	5.001.318	-	-	10.716.648	
-	8.634.104	-	-	2.477.244	
177.970.043	477.494.199	-	-	430.825.537	
2017					
Justo valor de instrumentos financeiros		Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total	
Registados no balanço ao custo amortizado	Total				
-	76 981 348	-	-	76 981 348	
-	51 532 223	-	-	51 532 223	
10 699 833	10 699 833	-	-	10 699 833	
107 329 700	107 329 700	-	-	107 329 700	
173 459 208	173 459 208	16 672 458	-	173 459 208	
-	-	-	2 227 995	1 658 820	
291 488 741	420 002 312	16 672 458	2 227 995	421 661 132	
-	58 365 037	-	-	58 365 037	
148 900 325	359 266 608	-	-	359 266 608	
10 716 648	10 716 648	-	-	10 716 648	
-	2 477 244	-	-	2 477 244	
159 616 973	430 825 537	-	-	430 825 537	

Envolvente Económica e Financeira

Os instrumentos financeiros registados em Balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 ao justo valor, foram classificados por níveis, de acordo com a hierarquia prevista na IFRS 13 e que se divulga no quadro abaixo:

	2018			
	Nível 1 - Cotações em mercado Ativo	Nível 2 - Dados observáveis de mercado	Nível 3 - Outras Técnicas de Valorização	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	79.546.644	-	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	69.270.356	-	69.270.356
Total de Activos mensurados ao justo valor	-	148.817.000	-	148.817.000
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	57.834.296	-	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	233.055.756	-	233.055.756
Passivos subordinados	-	8.634.104	-	8.634.104
Total de Passivos mensurados ao justo valor	-	299.524.156	-	299.524.156

	2017			
	Nível 1 - Cotações em mercado Ativo	Nível 2 - Dados observáveis de mercado	Nível 3 - Outras Técnicas de Valorização	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	76.981.348	-	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51.532.223	-	51.532.223
Total de Activos mensurados ao justo valor	-	128.513.571	-	128.513.571
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	58.365.037	-	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	210.366.283	-	210.366.283
Passivos subordinados	-	2.477.244	-	2.477.244
Total de Passivos mensurados ao justo valor	-	271.208.564	-	271.208.564

Políticas de gestão de riscos e limites de competência definidos

A política de gestão de riscos do Banco Sol, baseia-se nos objectivos estratégicos e nas expectativas do Conselho de Administração sobre a adequabilidade do seu sistema de gestão de riscos. Neste âmbito, o Conselho de Administração considera-se responsável por:

- Definir os pressupostos e processos de análise quantitativa e/ou qualitativa para identificação/acompanhamento/monitorização e controlo da exposição aos riscos considerados relevantes para o Banco;
- Implementar um processo de monitorização dos riscos, com suporte quantitativo adequado, com o objec-

tivo de encadear a exposição aos riscos com os respectivos impactos em capital; e

- Definir níveis de tolerância para os vários riscos/factores de risco, bem como o seu encadeamento com a implementação de mecanismos e iniciativas de mitigação e/ou transferência do risco, de acordo com níveis de alerta definidos.

A gestão de riscos do Banco é formalizada e comunicada na figura do “Comité de Risco”, de modo a assegurar que as directrizes são comunicadas transversalmente, utilizando o poder institucional, sendo reflectidas de forma completa na concessão e aceitação de riscos, bem como na mensuração, monitorização e controlo das diversas exposições. O controlo de alto nível dos processos e funções de gestão do risco está assegurado por tal órgão consulti-

vo, estabelecido pelo Conselho de Administração, para o apoio na tomada de decisões sobre o risco.

Risco cambial

O Banco incorre neste risco resultante da manutenção de uma determinada posição em aberto em moeda estrangeira, pelo facto de quaisquer variações adversas nas taxas de câmbio do mercado poderem originar prejuízos reais ou potenciais. Neste caso, o Banco considera posição em aberto qualquer situação em que as responsabilidades globais do Banco por liquidar, numa determinada moeda, não são iguais ao respectivo montante global que o Banco tem a receber nessa moeda.

De seguida apresenta-se a análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio, em 2018 e 2017:

	2018					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Moeda						
Dólar dos Estados Unidos da América	(12.438.113)	(6.219.056)	(3.109.528)	3.109.528	6.219.056	12.438.113
Euros	(10.954.592)	(5.477.219)	(2.738.532)	2.738.532	5.477.219	10.954.592
Outras moedas	(167.776)	(109.096)	(79.756)	79.756	109.096	167.776
	(23.560.481)	(11.805.371)	(5.927.816)	5.927.816	11.805.371	23.560.481

	2017					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Moeda						
Dólar dos Estados Unidos da América	(4.200.038)	(2.100.019)	(1.050.009)	1.050.009	2.100.019	4.200.038
Euros	(11.936.293)	(5.968.146)	(2.984.073)	2.984.073	5.968.146	11.936.293
Outras moedas	(49.337)	(24.681)	(12.353)	12.353	24.681	49.337
	(16.185.668)	(8.092.846)	(4.046.435)	4.046.435	8.092.846	16.185.668

Risco de taxa de juro

O Banco incorre neste risco resultante das variações adversas nas taxas de juro e, concomitantemente, nos prémios ou descontos dos câmbios a prazo das moedas em causa. Este risco resulta da não coincidência dos prazos de vencimento dos recebimentos e pagamentos numa determinada moeda, aumentando o crescimento do “gap” – diferença entre o total de recebimentos e o total de pagamentos, com vencimentos no período respectivo.

Envolvente Económica e Financeira

Nos quadros abaixo detalha-se os instrumentos financeiros, em 2018 e 2017, com exposição ao risco da taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação:

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.686.786	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	18.160.476	12.313.255	-
Investimentos ao custo amortizado	1.466.528	7.710.404	1.124.981
Crédito a clientes	79.716.706	12.180.136	10.037.276
	248.577.140	32.203.795	11.162.257
Passivos			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	26.311.775	18.000.000
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.024.481	79.956.208	23.640.062
Responsabilidades representadas por títulos	5.001.318	2.903.758	996.144
Passivos subordinados	8.634.104	-	-
	477.494.199	109.171.741	42.636.206
	(35.261.133)	(76.967.946)	(31.473.949)
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.981.348	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.532.223	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	9.818.627	881.206	-
Investimentos ao custo amortizado	223.367	28.827.669	78.278.664
Crédito a clientes	63.790.446	3.781.082	6.476.353
	202.346.011	33.489.957	84.755.017
Passivos			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58.365.037	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	248.706.561	52.066.306	41.124.123
Responsabilidades representadas por títulos	357.536	711.533	95.748
Passivos subordinados	2.477.244	-	-
	309.906.378	52.777.839	41.219.871
	(107.560.367)	(19.287.882)	43.535.146

2018					
Data de refixação/Data de Maturidade					
Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	-	79.546.644
-	-	-	-	-	69.686.786
-	-	-	-	-	30.473.731
-	74.001.802	35.143.768	13.082.872	-	132.530.355
14.447.305	14.646.091	17.093.032	61.985.242	-	210.105.788
14.447.305	88.647.893	52.236.800	75.068.114	-	522.343.304
-	-	-	-	-	57.834.296
40.889.670	273.790	38.703	-	-	406.024.481
645.816	-	-	-	-	5.001.318
-	-	-	-	-	8.634.104
41.535.486	273.790	38.703	-	-	477.494.199
(27.088.181)	88.374.103	52.198.097	75.068.114	-	44.849.105
2017					
Data de refixação/Data de Maturidade					
Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	-	76.981.348
-	-	-	-	-	51.532.223
-	-	-	-	-	10.699.833
-	-	-	-	-	107.329.700
18.214.510	15.746.877	25.605.457	56.516.941	-	190.131.666
18.214.510	15.746.877	25.605.457	56.516.941	-	436.674.770
-	-	-	-	-	58.365.037
17.140.996	212.187	16.386	50	-	359.266.608
7.321.043	2.230.788	-	-	-	10.716.648
-	-	-	-	-	2.477.244
24.462.039	2.442.975	16.386	50	-	430.825.537
(6.247.529)	13.303.902	25.589.071	56.516.891	-	5.849.233

Envolvente Económica e Financeira

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2018					
	Variação das taxas de juro					
	-200bp	-100bp	-50bp	+50bp	+100bp	+200bp
Activos						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	79.546.644	-	-	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado	69.686.786	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	18.160.476	12.313.255	-	-	-	-
	248.577.140	32.203.795	11.162.257	14.447.305	88.647.893	52.236.800
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	26.311.775	18.000.000	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.024.481	79.956.208	23.640.062	40.889.670	273.790	38.703
Responsabilidades representadas por títulos	5.001.318	2.903.758	996.144	645.816	-	-
	477.494.199	109.171.741	42.636.206	41.535.486	273.790	38.703
	(35.261.133)	(76.967.946)	(31.473.949)	(27.088.181)	88.374.103	52.198.097
	2017					
	Variação das taxas de juro					
	-200bp	-100bp	-50bp	+50bp	+100bp	+200bp
Activos						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	78.012	39.006	19.503	(19.503)	(39.006)	(78.012)
Investimentos ao custo amortizado	353.846	176.923	88.462	(88.462)	(176.923)	(353.846)
Crédito a clientes	1.790.956	895.478	447.739	(447.739)	(895.478)	(1.790.956)
	2.222.814	1.111.407	555.704	(555.704)	(1.111.407)	(2.222.814)
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(34.405)	(17.202)	(8.601)	8.601	17.202	34.405
Recursos de clientes e outros empréstimos	(784.493)	(392.246)	(196.123)	196.123	392.246	784.493
Responsabilidades representadas por títulos	(135.905)	(67.953)	(33.976)	33.976	67.953	135.905
	(954.803)	(477.401)	(238.700)	238.700	477.401	954.803
	1.268.011	634.006	317.004	(317.004)	(634.006)	(1.268.011)

Risco de liquidez

Em termos de gestão do risco de liquidez (incluindo gestão de activos e passivos, taxa de juro e cambial), o objectivo é de assegurar que o Banco Sol dispõe de fundos próprios líquidos suficientes para cumprir as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, e que tal é efectuado de acordo com os objectivos de negócio.

Sistematizando, o processo de gestão do risco de liquidez integra os domínios fulcrais da gestão do negócio, com risco implícito, como sejam a gestão de activos e passivos, gestão da liquidez e gestão da tesouraria. Estes domínios tratam todo o risco de liquidez do Banco, ao considerar respectivamente a gestão global da estrutura de balanço, a gestão dos fundos próprios líquidos e a gestão operacional dos “cash-flows” implícitos do negócio.

Sob o ponto de vista funcional, o objectivo da gestão do risco de liquidez passa pela produção de informação de gestão, a qual possibilite uma análise mais abrangente do comportamento esperado dos activos e passivos financeiros do balanço do Banco Sol.

Risco operacional

Os fundamentos assumidos para fins de risco operacional estão estritamente ligados ao controlo interno numa abordagem conjunta encontrando-se o Banco a desenvolver procedimentos e controlos que permitam avaliar:

- Práticas com clientes, produtos e de negócio (incluindo falhas no cumprimento com imposições internas e externas);
- Execução, entrega e gestão dos processos;
- Danos em activos físicos;
- Interrupção de negócios e falhas nos sistemas;
- Práticas de emprego e segurança no trabalho;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

Risco de crédito

Corresponde ao risco em que o Banco incorre devido ao incumprimento das obrigações da contraparte, sendo um dos riscos mais relevantes na actividade do Banco. Deste modo, a concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que assegurem o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola.

Por forma a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas provenientes de risco de crédito, o Conselho de Administração tem vindo a apostar na consolidação do ambiente e das actividades de controlo.

Envolvente Económica e Financeira

A exposição máxima do Banco Sol a este risco é a seguinte:

	2018		
	Valor Contabilístico Bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	-	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.686.786	(416.430)	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30.473.731	(28.030)	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	132.530.355	(286.839)	132.243.516
Crédito a clientes	210.105.788	(42.984.415)	167.121.373
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.035.667	(648.724)	1.386.943
	524.378.971	(44.364.438)	480.014.533
Extrapatrimoniais			
Garantias Prestadas	70.456.803	(1.951.664)	68.505.139
	594.835.774	(46.316.102)	548.519.672
	2017		
	Valor Contabilístico Bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.981.348	-	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.532.223	-	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	10.699.833
Investimentos ao custo amortizado	107.329.700	-	107.329.700
Crédito a clientes	190.131.666	(16.672.458)	173.459.208
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.227.995	(569.175)	1.658.820
	438.902.765	(17.241.633)	421.661.132
Extrapatrimoniais			
Garantias Prestadas	67.494.582	849.193	68.343.775
	506.397.347	(16.392.440)	490.004.907

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o risco de crédito concedido a clientes de acordo com a sua concentração geográfica, era o seguinte:

	2018			
	Área geográfica			
	Angola	Outros países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	-	-	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.418.341	17.368.773	50.483.242	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	30.445.701	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	132.243.516	-	-	132.243.516
Crédito a clientes	167.121.373	-	-	167.121.373
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.386.943	-	-	1.386.943
	381.716.817	17.368.773	80.928.943	480.014.533
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	-	-	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.024.481	-	-	406.024.481
Responsabilidades representadas por títulos	5.001.318	-	-	5.001.318
Passivos subordinados	8.634.104	-	-	8.634.104
	477.494.199	-	-	477.494.199
	2017			
	Área geográfica			
	Angola	Outros países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.981.348	-	-	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.528.784	11.964	49.991.475	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	-	10.699.833
Investimentos ao custo amortizado	107.329.700	-	-	107.329.700
Crédito a clientes	173.459.208	-	-	173.459.208
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.658.820	-	-	1.658.820
	371.657.693	11.964	49.991.475	421.661.132
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58.365.037	-	-	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	359.266.608	-	-	359.266.608
Responsabilidades representadas por títulos	10.716.648	-	-	10.716.648
Passivos subordinados	2.477.244	-	-	2.477.244
	430.825.537	-	-	430.825.537

Envolvente Económica e Financeira

Nos exercícios de 2018 e 2017, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros foram os seguintes:

	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	(187.540)	(187.540)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	144.272	-	144.272
Investimentos ao custo amortizado	68.419.370	(129.012)	68.290.358
Crédito a clientes	20.555.318	(25.785.873)	(5.230.555)
	89.118.960	(26.102.425)	63.016.535
Passivos			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(10.622.734)	(10.622.734)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(17.582.105)	(17.582.105)
	-	(28.204.839)	(28.204.839)
	89.118.960	(54.307.264)	34.811.696
Extrapatrimonial			
Garantias prestadas	279.967	-	279.967
Créditos documentários	124.801	(1.309.353)	(1.184.552)
	404.768	(1.309.353)	(904.585)
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	145.257	-	145.257
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	854	-	854
Investimentos ao custo amortizado	8.545.035	-	8.545.035
Crédito a clientes	22.468.139	(4.349.713)	18.118.426
	31.159.285	(4.349.713)	26.809.572
Passivos			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(5.233.870)	(5.233.870)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(12.968.375)	(12.968.375)
	-	(18.202.245)	(18.202.245)
	31.159.285	(22.551.958)	8.607.327
Extrapatrimonial			
Garantias prestadas	98.522	-	98.522
Créditos documentários	22.514	-	22.514
	121.036	-	121.036

2018			
Por contrapartida de capitais próprios			
	Ganhos	Perdas	Líquido
	-	(228.890)	(228.890)
	-	(55.980)	(55.980)
	-	(157.828)	(157.828)
	-	(703.165)	(703.165)
	-	(1.145.863)	(1.145.863)
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	(1.145.863)	(1.145.863)
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-

2017			
Por contrapartida de capitais próprios			
	Ganhos	Perdas	Líquido
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-

Envolvente Económica e Financeira

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2018			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variável		
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	79.546.644	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	69.270.356	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30.445.701	-	-	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	131.846.308	397.208	-	132.243.516
Crédito a clientes	100.729.537	66.391.836	-	167.121.373
Outros activos	-	-	53.633.503	53.633.503
	263.021.546	66.789.044	202.450.503	532.261.093
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	49.871.721	-	7.962.575	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	172.968.725	-	233.055.756	406.024.481
Responsabilidades representadas por títulos	5.001.318	-	-	5.001.318
Outros passivos	-	-	24.180.814	24.180.814
	227.841.764	-	265.199.145	493.040.909
	35.179.782	66.789.044	(62.748.642)	39.220.184

	2017			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variável		
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	76.981.348	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	51.532.223	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	-	10.699.833
Investimentos ao custo amortizado	106.888.472	441.228	-	107.329.700
Crédito a clientes	108.889.729	64.569.479	-	173.459.208
Outros activos	-	-	55.273.720	55.273.720
	226.478.034	65.010.707	183.787.291	475.276.032
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	54.142.994	-	4.222.043	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	148.900.324	-	210.366.283	359.266.608
Responsabilidades representadas por títulos	10.716.648	-	-	10.716.648
Outros passivos	-	-	11.054.755	11.054.755
	213.759.966	-	225.643.081	439.403.048
	12.718.068	65.010.707	(41.855.790)	35.872.984

5.2. Relato por Segmentos

Para efeitos das divulgações previstas na IFRS 8, o Banco SOL adoptou os segmentos de negócios que a seguir se descrevem:

- **Negociação e vendas:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão de carteira própria de títulos, operações de mercador monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto de particulares e empresários em nome individual. Inclui também o montante total devido ao Banco pelos clientes ou grupo de clientes ligados entre si;

- **Banca comercial:** actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas;

- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos e passivos pelos segmentos de negócios acima indicados e pelos mercados geográficos, em 2018 e 2017 é a seguinte:

Segmentos de negócios

	2018				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca Comercial	Outros	
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	-	-	-	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.270.356	-	-	-	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30.445.701	-	-	-	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	132.243.516	-	-	-	132.243.516
Crédito a clientes	-	34.138.274	132.983.099	-	167.121.373
Outros activos	-	-	-	53.633.503	53.633.503
Total do Activo Líquido	311.506.217	34.138.274	132.983.099	53.633.503	532.261.093
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	-	-	-	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	94.510.004	311.514.477	-	406.024.481
Outros passivos	-	-	-	29.182.132	29.182.132
Total do Passivo	57.834.296	94.510.004	311.514.477	29.182.132	493.040.909

	2017				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.981.348	-	-	-	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.532.223	-	-	-	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	-	-	10.699.833
Investimentos ao custo amortizado	107.329.700	-	-	-	107.329.700
Crédito a clientes	-	28.865.468	144.593.740	-	173.459.208
Outros activos	-	-	-	55.273.720	55.273.720
Total do Activo Líquido	246.543.104	28.865.468	144.593.740	55.273.720	475.276.032
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58.365.037	-	-	-	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	73.755.473	285.511.135	-	359.266.608
Outros passivos	-	-	-	21.771.403	21.771.403
Total do Passivo	58.365.037	73.755.473	285.511.135	21.771.403	439.403.048

Mercados geográficos

	2018			
	Angola	Outros Países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.546.644	-	-	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.418.341	17.368.773	50.483.242	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	30.445.701	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	132.243.516	-	-	132.243.516
Crédito a clientes	167.121.373	-	-	167.121.373
Outros activos	53.633.503	-	-	53.633.503
Total do Activo Líquido	433.963.377	17.368.773	80.928.943	532.261.093
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	57.834.296	-	-	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.024.481	-	-	406.024.481
Outros passivos	29.182.132	-	-	29.182.132
Total do Passivo	493.040.909	-	-	493.040.909

	2017			
	Angola	Outros Países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.981.348	-	-	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.528.784	11.964	49.991.475	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	-	10.699.833
Investimentos ao custo amortizado	107.329.700	-	-	107.329.700
Crédito a clientes	173.459.208	-	-	173.459.208
Outros activos	55.273.720	-	-	55.273.720
Total do Activo Líquido	425.272.593	11.964	49.991.475	475.276.032
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	58.365.037	-	-	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	359.266.608	-	-	359.266.608
Outros passivos	21.771.403	-	-	21.771.403
Total do Passivo	439.403.048	-	-	439.403.048

5.3. Saldos e Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas, são os seguintes:

	2018				
	Accionistas ou com accionistas comuns	Membros dos órgãos sociais	Participadas	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Crédito a clientes	15.748.951	2.099.762	5.528.820	-	23.377.533
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.386.943	-	1.386.943
	15.748.951	2.099.762	6.915.763	-	24.764.476
Passivos					
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.810.197	497.705	39.294	-	3.347.196
Outros passivos	1.838	528	-	-	2.366
	2.812.035	498.233	39.294	-	3.349.562

	2017				
	Accionistas ou com accionistas comuns	Membros dos órgãos sociais	Participadas	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Crédito a clientes	25.381.666	1.985.302	4.089.156	1.271.022	32.727.146
Outros activos	-	-	-	-	-
	25.381.666	1.985.302	4.089.156	1.271.022	32.727.146
Passivos					
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.184.636	429.323	129.682	24.632	2.768.273
Outros passivos	10.399	20	-	686	11.105
	2.195.035	429.343	129.682	25.318	2.779.378

Envolvente Económica e Financeira

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as principais entidades relacionadas são as seguintes:

Accionistas ou com accionistas comuns:

Consultoria e Participações, S.A.
Falcon Oil Holding Angola, S.A.
Imosol Comércio Geral, Prestação de Serviços e Imobiliária, S.A.
N-Gestão e Participações Financeiras, Lda.
On Shore – Serviços, Lda.
Sansul, S.A.
Fundação Lwini
Noé José Baltazar
Ana Paula dos Santos
Sociedade de Comércio Martal
Júlio Marcelino Bessa
António Mosquito

Membros dos órgãos sociais:

António Graça
Coutinho Nobre Miguel
Carla Marina Van-Dúnem
Gil Alves Benchimol
Ana Edite Teles Carreira

Participadas:

Bolsa de Valores e Derivados de Angola
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L.
Galilei, SGPS, S.A.
Sodecom, S.A.
Suninvest, S.A.
SOPROS, S.A.
Sol Seguros, S.A.
Sol Viagens, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a entidades relacionadas, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 12,42% e 24,57%, respectivamente, para operações expressas em moeda nacional e à taxa de 11,52% e 11,43%, respectivamente, para operações expressas em moeda estrangeira (USD).

Durante o exercício de 2018, cerca de mAKZ 618.610 de operações de crédito concedidas a entidades relacionadas foram objecto de alterações de condições contratuais.

Por outro lado, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco suportou uma renda de aproximadamente mAKZ 829.620 e mAKZ 829.420, respectivamente, com o seu edifício sede, debitada por uma entidade relacionada (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as operações de crédito concedidas a entidades relacionadas apresentavam as seguintes garantias associadas:

	2018	2017
Penhor de Instrumentos Financeiros	7.108.038	4.801.614
Hipoteca sobre imóvel	1.413.963	2.342.344
Livranças	3.690.824	3.963.107
Livranças e procuração irrevogável para a constituição de hipotecas	10.212.884	20.658.334
Penhor de acções do Banco	951.824	677.320
Outras	-	284.427
	23.377.533	32.727.146

5.4. Balanço por Moeda

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o balanço por moeda do Banco apresentava a seguinte estrutura:

	2018		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	70.358.148	9.188.496	79.546.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	69.270.356	69.270.356
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	30.445.701	30.445.701
Investimentos ao custo amortizado	114.758.413	17.485.103	132.243.516
Crédito a clientes	157.869.995	9.251.378	167.121.373
Outros activos tangíveis	39.862.791	-	39.862.791
Activos intangíveis	382.073	-	382.073
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.386.943	-	1.386.943
Activos por impostos diferidos	1.534.026	-	1.534.026
Outros activos	8.838.974	1.628.696	10.467.670
Total do Activo	394.991.363	137.269.730	532.261.093
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	54.849.628	2.984.668	57.834.296
Recursos de clientes e outros empréstimos	312.262.955	93.761.526	406.024.481
Responsabilidades representadas por títulos	-	5.001.318	5.001.318
Provisões	3.615.470	2.006.577	5.622.047
Passivos por impostos correntes	381.185	-	381.185
Passivos subordinados	1.373.102	7.261.002	8.634.104
Outros passivos	3.273.465	6.270.013	9.543.478
Total do Passivo	375.755.805	117.285.104	493.040.909
(Activos - Passivos)			39.220.184

Envolvente Económica e Financeira

	2017		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	68.572.267	8.409.081	76.981.348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.491.320	50.040.903	51.532.223
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	10.699.833	10.699.833
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado	8.704.607	98.625.093	107.329.700
Crédito a clientes	165.230.762	8.228.446	173.459.208
Outros activos tangíveis	35.556.368	-	35.556.368
Activos intangíveis	162.699	-	162.699
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.658.820	-	1.658.820
Activos por impostos diferidos	918.092	-	918.092
Outros activos	6.338.600	10.639.141	16.977.741
Total do Activo	288.633.535	186.642.497	475.276.032
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	56.637.693	1.727.344	58.365.037
Recursos de clientes e outros empréstimos	270.026.784	89.239.824	359.266.608
Responsabilidades representadas por títulos	-	10.716.648	10.716.648
Provisões	3.184.963	545.628	3.730.591
Passivos por impostos correntes	658.245	-	658.245
Passivos subordinados	7.833	2.469.411	2.477.244
Outros passivos	3.173.224	1.015.451	4.188.675
Total do Passivo	333.688.742	105.714.306	439.403.048
(Activos - Passivos)			35.872.984

5.5. Rubricas Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
. Créditos documentários abertos	68.855.885	65.601.495
. Garantias e avals prestados	1.600.918	1.893.087
	70.456.803	67.494.582
Limites de contas correntes caucionadas por utilizar	12.507.019	63.353.302
Créditos transferidos para prejuízo	6.975.549	4.772.098
Garantias recebidas	195.749.726	121.744.127
Responsabilidades por prestação de serviços:		
. Custódia de títulos	68.026.681	29.793.074
. Cobrança de valores	20.865	11.841
	68.047.546	29.804.915

As garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas e os compromissos assumidos representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável con-

siste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

5.6. Resultado de Operações Descontinuadas e/ou em Descontinuação

O aqui registado resume-se a saldos de crédito, sejam recuperações de capital mais juros anteriormente alvos de abate ao activo ou correcção de juros cobrados em excesso e então devolvidos a clientes.

5.7. Eventos Subsequentes

Nenhum evento subsequente relevante foi identificado que possa alterar a apresentação ou a análise destas demonstrações financeiras.

5.8. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Conforme descrito na Nota 2.1 “Bases de apresentação”, o Banco adoptou pela primeira vez a IFRS 9 – Instrumentos financeiros em 1 de Janeiro de 2018, em substituição da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, que vigorou até 31 de Dezembro de 2017.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos relacionados, essencialmente, com a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e determinação de perdas por imparidade de activos financeiros.

A IFRS 9 introduziu alterações ao nível das categorias de classificação dos activos financeiros, face ao disposto na IAS 39. Com a entrada em vigor da IFRS 9, o Banco decidiu adoptar uma estrutura das demonstrações financeiras convergente com as orientações do Banco Nacional de Angola, que tem as seguintes alterações, face à apresentada a 31 de Dezembro de 2018:

Designação 31 de Dezembro de 2017 (IAS 39)	Designação 31 de Dezembro de 2018 (IFRS 9)
Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos ao custo amortizado
Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
Resultados de investimentos detidos até à maturidade	Resultados de investimentos ao custo amortizado
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A norma não teve impacto ao nível de classificação e mensuração dos passivos financeiros do Banco.

O Banco decidiu não reexpressar os montantes comparativos, tal como previsto na norma transitória da IFRS 9. Todos os ajustamentos, efectuados aos montantes contabilísticos de activos e passivos financeiros, na data de transição, foram reconhecidos em resultados transitados e em outras reservas do período actual. Consequentemente, na divulgação das notas, as consequentes modificações às divulgações da IFRS 7 foram consideradas apenas no período actual. As notas divulgadas sobre o exercício comparativo reproduzem as divulgações feitas em 31 de Dezembro de 2017.

A adopção da IFRS 9 resultou em alterações nas políticas contabilísticas para o reconhecimento, classificação e mensuração de activos e financeiros e imparidade de activos financeiros. A IFRS 9 provocou também alterações significativas noutras normas, relacionadas com instrumentos financeiros, tal como a IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações”.

Decorrente da primeira adopção da IFRS 9, o Banco não procedeu à reclassificação de nenhum activo financeiro mensurado ao custo amortizado para as categorias de activos financeiros ao justo valor através de resultados ou activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, da mesma forma que não procedeu à reclassificação de activos financeiros destas duas últimas categorias de mensuração ao justo valor para o custo amortizado.

A IFRS 9 substituiu o modelo de imparidade de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo forward-looking de “perdas de crédito esperadas (ECL)”, que considera as perdas expectáveis ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Desta forma, na determinação da ECL são tidos em consideração factores macroeconómicos bem como outra informação forward-looking, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

O impacto da adopção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Banco encontra-se detalhado abaixo.

- a. Impacto da adopção da IFRS 9 ao nível do capital próprio do Banco

A adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018 foi realizada,

	1 de Janeiro de 2018		
	Perdas por Imparidade (IAS 39)	Perdas por Imparidade (IFRS 9)	Impacto em Resultados transitados
Activos			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	(228.890)	(228.890)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(55.980)	(55.980)
Investimentos ao custo amortizado	-	(157.828)	(157.828)
Crédito a clientes	(16.672.458)	(17.375.623)	(703.165)
	(16.672.458)	(17.818.321)	(1.145.863)

integralmente, por via de resultados transitados sendo o impacto o seguinte:

O Crédito a clientes mantém-se registado na rubrica de "Crédito a clientes", tendo o Banco considerado que todos os contratos passaram no teste SPPI e consequentemente não procedeu a nenhuma reclassificação.

O Banco considerou que as Obrigações do Tesouro Angolano, indexadas ao USD, anteriormente classificadas como "Investimentos detidos até à maturidade" passaram nos testes SPPI pelo que se mantêm classificadas na categoria de "Investimento ao custo amortizado" da IFRS 9.

O impacto no total dos capitais próprios da primeira adopção do IFRS 9, em 1 de Janeiro de 2018, decorre exclusivamente da alteração da metodologia de determinação de perdas por imparidade, com base no conceito de perda esperada, definido no IFRS 9, que implicou um aumento das imparidades para disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes, activos ao custo amortizado e compromissos e garantias concedidas no valor de mAKZ 1.145.863, face ao método previsto no IAS 39, baseado na contabilização de perdas incorridas por risco de crédito.

- b. Reconciliação dos valores contabilísticos de balanço em IAS 39 e IFRS 9

Envolvente Económica e Financeira

Apresentamos em baixo o impacto ao nível dos activos e passivos financeiros do Banco decorrentes da adopção a 1 de Janeiro de 2018 da IFRS 9:

c. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Descrição (IAS 39)	Descrição (IFRS 9)	31 de Dezembro de 2017	Reclassificação	Remensuração	1 de Janeiro de 2018
		IAS 39			IFRS 9
Activos	Activos				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.532.223	-	(228.890)	51.303.333
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.699.833	-	(55.980)	10.643.853
Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos ao custo amortizado	107.329.700	-	(157.828)	107.171.872
Crédito a clientes	Crédito a clientes	173.459.208	-	(703.165)	172.756.043
		343.020.964	-	(1.145.863)	341.875.101

O quadro abaixo apresenta a categoria de mensuração e o valor contabilístico dos activos financeiros, de acordo com a IAS 39 e a IFRS 9, em 1 de Janeiro de 2018:

IAS 39			IFRS 9		
Categoria	Mensuração	Valor Contabilístico	Descrição (IFRS 9)	Mensuração	Valor Contabilístico
Disponibilidades em outras instituições de crédito	FVTPL	51.532.223	Disponibilidades em outras instituições de crédito	FVTPL	51.303.333
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Custo amortizado	10.699.833	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Custo amortizado	10.643.853
Investimentos detidos até à maturidade	Custo amortizado	107.329.700	Investimentos ao custo amortizado	Custo amortizado	107.171.872
Crédito a clientes	Custo amortizado	173.459.208	Crédito a clientes	Custo amortizado	172.756.043
		343.020.964			341.875.101

Notas:

FVTPL – ao justo valor através de resultados



BANCO SOL

O banco de todos nós

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Un: Milhares de Kwanzas

	Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
	Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 1 de Janeiro de 2017 (Proforma)	5.000.033	301.233	2.961.895	12.166.321	15.128.216	29.652.689
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2017 (Proforma)	5.000.033	301.233	2.961.895	12.166.321	15.128.216	29.652.689
Transferência do resultado de 2016	-	-	6.271.781	-	6.271.781	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(2.951.426)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	9.171.721
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (Proforma)	5.000.033	301.233	9.233.676	12.166.321	21.399.997	35.872.984
Impacto da primeira adopção da IFRS 9	-	-	-	(1.145.863)	(1.145.863)	-
Saldo reexpresso em 1 de Janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	5.000.033	301.233	9.233.676	11.020.458	20.254.134	34.727.121
Transferência do resultado de 2017	-	-	917.172	7.112.686	8.029.858	(8.029.858)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.000.033	(301.233)	-	(4.698.800)	(4.698.800)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	4.493.063
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	10.000.066	-	10.150.848	13.434.344	23.585.192	39.220.184

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Coutinho Nobre Miguel

Director de Contabilidade

Edson Costa



BANCO SOL

O banco de todos nós

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, SOBRE O EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Accionistas do Banco Sol, S.A.

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco SOL, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.
3. Analisámos o conteúdo do Relatório dos Auditores sobre o exercício 2018, emitido pela Sociedade UHY – A. Paredes e Associados – Angola Auditores e Consultores, S.A., o qual damos por reproduzido, após análise de eventuais reservas e opinião.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações dos Resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, de alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração.
6. Em face do que antecede, e tendo em conta o trabalho realizado, propomos à digníssima Assembleia que:

(pág. nº 1 de 2)

SEDE:

Rua Lourenço Mendes da Conceição, nº 7, Luanda – Angola
Tlf. 222 641 407 Fax: 222 431 959/222 431 890 www.bancosol.ao
Contribuinte nº 5410000579 D.R. nº 42 Série III



BANCO SOL

O banco de todos nós

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, SOBRE O EXERCÍCIO DE 2018

- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018,
- b. Aprove as Contas relativas a esse exercício,
- c. Aprove a proposta de aplicação de resultados, e
- d. Aprove um voto de confiança, em reconhecimento ao Conselho de Administração e aos demais colaboradores pelo dedicado desempenho e resultados alcançados no exercício em balanço.

Luanda, aos 29 de Abril de 2019.

O Conselho Fiscal

Eduardo Jorge da Silva Santana

(2º Vogal)

Noé José Baltazar

(1º Vogal)

Fiel Domingos Constantino

(Presidente)

(pág. nº 2 de 2)

SEDE:

Rua Lourenço Mendes da Conceição, nº 7, Luanda – Angola
Tlf. 222 641 407 Fax: 222 431 959/222 431 890 www.bancosol.ao
Contribuinte nº 5410000579 D.R. nº 42 Série III

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAOA)

Aos Accionistas
do Banco Sol, S.A.

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco Sol, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, que evidencia um total de 532.261.093 milhares de kwanzas angolanos e um total de capital próprio de 39.220.184 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 4.493.063 milhares de kwanzas angolanos, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Base para Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 2.9, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Banco Nacional de Angola ("BNA") expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e, conseqüentemente, a Administração do Banco decidiu continuar a não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras naquela data, em linha com o que havia sido a sua posição com referência a 31 de Dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2018, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproxima-se ou ultrapassa os 100%, independentemente do índice utilizado, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o Banco deveria ter apresentado, as suas demonstrações financeiras naquela data, atendendo àquela premissa e de acordo com as disposições previstas naquela Norma, as quais estabelecem também a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para efeitos comparativos. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018, que entendemos serem significativos.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas no parágrafo 6 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Sol, S.A. em 31 de Dezembro de 2018, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board (Nota 2).

Luanda, 25 de Abril de 2019

UHY – A. PAREDES E ASSOCIADOS – ANGOLA AUDITORES E CONSULTORES, SA

Representada por:

UHY-A. PAREDES E
ASSOCIADOS-ANGOLA
AUDITORES E CONSULTORES, S.A
RUA DO MACULUSSO, Nº 44
CONTRIB. 5401095465
LUANDA - ANGOLA

Armando Nunes Paredes
Managing Partner
(Membro da OCPCA nº 20152347)

INTRODUCTION

Banco Sol SA (hereinafter also referred to as “Banco Sol” or “Bank”) was established by the Public Deed of October 1st of 2000, and is located in Lourenço Mendes da Conceição #7 in Luanda.

The Bank is dedicated to obtaining third-party funds in the form of deposits or other, which applies, along with their own resources, loans, deposits at the National Bank of Angola, applications in credit institutions, the acquisition of securities and other assets for which it is duly authorized. In addition, also provides other banking services and carries out various types of foreign currency transactions.

For the purpose, on 31st December 2018, had a national network of 164 branches, 18 corporate centers, 15 advanced cases and 10 auto centers (163 branches, 17 corporate centers, 15 advanced cases and 10 auto centers on 31st December 2017).

GENERAL SUMMARY

1. Company Overview

1.1. Message from the chairman	06
1.2. Board	08
1.3. Executive Managers and Administrators.....	10
1.4. Flow chart	12
1.5. Mission, strategy and value.....	14
1.6. Communication.....	16

2. Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies

2.1. Bases of presentation	20
2.2. Translation of foreign currency balances and transactions	22
2.3. Financial assets and liabilities (IAS 32, IAS 39, IFRS 7, IFRS 9 e IFRS 13)	22
2.4. Tangible Assets (IAS 16)	29
2.5. Intangible assets (IAS 38).....	29
2.6. Retirement and survivor's pension funds (IAS 19)	30
2.7. Provisions for other charges and liabilities (IAS 37)	31
2.8. Taxes on profits (IAS 12)	31
2.9. Reserve for monetary adjustment of share capital.....	32
2.10. Key estimates and uncertainties associated with application of accounting policies	33

3. Summary of results and key indicators

3.1. Cash from central banks	36
3.2. Availability in other credit institutions	37
3.3. Applications in central banks and other credit institutions.....	38
3.4. Amortized the Cost of Investments.....	40
3.5 Financial Credit to Clients	42

4. Economic and financial environment

4.1. Other tangible assets and intangible assets	54
4.2. Investments in Subsidiaries, associates and enterprises sets	56
4.3. Deferred tax assets	58
4.4. Other assets.....	59
4.5. Resources from central banks and other credit institutions	60
4.6. Customer resources and other loans.....	62
4.7. Responsibilities Represented by Shares.....	64
4.8. Provisions	65
4.9. Subordinated liabilities.....	67
4.10. Other Liabilities.....	68

4.11. Capital.....	69
4.12. Net Interest Income	70
4.13. Revenue from Services and Commissions	71
4.14. Charges for services and commissions.....	71
4.15. Exchange Results.....	71
4.16. Other Exploration Results	72
4.17. Staff Expenses.....	72
4.18. External Supplies and Services	73
4.19. Charges on the Outcome	74

5. Summary of Activities of the Main Business areas

5.1. Disclosures related to financial instruments	78
5.2. Segment reporting	94
5.3. Balances and transactions with related parties.....	97
5.4. Currency Balance	99
5.5. Off-Balance Sheet Legends	101
5.6. Result of Discontinued and / or Discontinued Operations	101
5.7. Subsequent events	102
5.8. Application of IFRS 9 - Financial Instruments	102



Message from the Chairman of the Board of Directors

Dear Shareholders

The 2018 Financial Statements show that, despite a recessionary economic environment throughout 2018, there was a sharp worsening of the currency depreciation and a very widespread climate of difficulties for many companies to maintain. Comply with the repayments plans established with banks, Banco Sol managed to keep the line of growth and consolidation that has been following, including having a bad debt ratio of no more than 3% of total loans and managed to achieve the goals that had been set.

Thus, despite the current situation, the Bank increased their levels of “performance” and “operational efficiency” and continued to reduce the weight of operating costs, which led to the most relevant indicators showed values which are worth highlighting (values in local currency and in US dollars converted at the official exchange 31-12-2018):

- Total Assets reached 532 000 million Kwanzas, having increased 12% over the previous year when it reached 475 billion Kwanzas;
- Customer deposits amounted to around 406 billion Kwanzas, having increased 13.1% over the previous year which reached 359 billion Kwanzas;

- Loans to customers totaled Kwanza 210 billion, a 10.5% increase over the previous year, when it reached Kwanzas 190 billion, the most important item in Banco Sol's assets;
- Provisions for credit in 2018 reached 43 billion Kwanzas, which is a significant increase from previous years result in part of the strengthening of the loss calculation model for impairment under the application of IFRS 9. Provisions for credit cover at 825% loans in arrears for more than 90 days and not paid representing 3% of total loans as a result of continuing careful and selective policy to the economy credit that Banco Sol has maintained to safeguard their solidity and the measures that were being taken in dialogue with client companies to ensure recovery of the credits;
- The Securities which had been asset item with the most marked increase in recent years, increased in 2018 by 19%, reaching 132 000 million AKZ, which maintained stable its 24% weight in structure of total assets and contributed to the improvement of the financial margin value;
- Shareholders' equity grew by 9% compared to last year, standing at 39 billion kwanzas;

We intend to support the growth of Angola in a sustainable way and covering all citizens, as always advocated an inclusive economy that promotes equality, justice and development.

- Banking income grew by 61% in 2018 to Kwanza 66 billion, largely as a result of net interest income of 61 billion, which grew by 370%;

Although Banco Sol has achieved positive results and a solid balance sheet, we should look with renewed attention to the situation and the general framework affecting the Angolan banking system that requires us to take action to prevent more difficulties and properly position ourselves in phase development that Angola is entering at this point.

In fact, Angola entered a new phase of reactivation of the economy thanks to the new economic policy which gives priority to the diversification of the national production and the creation of jobs, which is already marked by the IMF that points to an expected GDP growth of 2.9 % by 2020, substantially higher than expected growth this year.

The Angolan banking system has suffered in recent years, strong pressures affecting banks with major drawbacks in terms of solvency and lack of own funds. Reflection of this are the recent decisions of the BNA be intervened or even shutdown some banks that are considered more vulnerable.

In conclusion to the above, we have entered a phase of essential consolidation of the Angolan banking system due to the gradual improvement of the macroeconomic framework, and it is imperative to analyze the current and future positioning of Banco Sol before this irreversible process that already takes place under the supervision of the IMF, ensuring soundness of own funds and an adequate return to this scenario, taking into account the modernization and development of the Bank approved by the recent General Assembly of Shareholders.

Despite this negative environment that Angolan Banks face and reduce its solvency, Banco Sol has achieved that its profitability level remains at quite acceptable level and that its solvency level is above the regulatory limit, althou-

gh it is necessary keep the strategy to strengthen Capital to have greater financial capacity to expand its business. The results achieved by the Bank reflect a prudent, careful and robust management a year of balance sheet consolidation has led to an increase in provisions for credit enable the Bank to a start of the year 2019 with a strong position in the domestic financial sector. To highlight the efforts of Bank employees, who work in the central structures and network of branches and service centers, whose dedication and motivation deserve to be recorded and allowed the continued success and sustainability of Banco Sol.

Banco Sol keeps the focus on education and training of its employees that have been made a number of initiatives both in the country and abroad, allowing, on several occasions, the sharing of knowledge among professionals of the sector present in other geographies and our employees.

In terms of social responsibility, Banco Sol has maintained its support and dedication to the people with the most varied initiatives. We intend to support the growth of Angola in a sustainable way and covering all citizens, as always advocated an inclusive economy that promotes equality, justice and development.

The Sol Bank has been preparing for the challenges that our country faces and we believe that the strategy followed to ensure the soundness and robustness of the Bank will enable to reach new horizons in the coming years with a sustained growth with the support of shareholders, management, and especially with our employees and our customers.

Our major challenge that will mobilize all our attention and effort embodied - if, in raising growth levels of the Bank, the continuous improvement of the indicators, therefore, efficiency, profitability, solvency and liquidity.

My deep appreciation and gratitude to the shareholders, employees and respected customers for their support always provided.





> 1. Company Overview

- 2. Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies
- 3. Summary of results and key indicators

4. Economic and financial environment

- 5. Summary of Activities of the Main Business areas



Executive Managers and Administrators



Dr. Coutinho Nobre Miguel

Chairman

Commercial and Fiscal Department

PBD - Private Banking Division; OD – Operations Directorate; DGE – Directorate for Large Companies and Individual Accounts; DSM– Directorate of Small & Medium Business and Individuals Accounts; DNI - Directorate of Development for International Business.



Dr. Ana Edite Teles Carreira

Administrator of the Board of Directors
Administrative area

PD – Personnel’s Directorate; CD - Compliance Directorate; HSD - Heritage and Services Directorate; MCD - Marketing and Communication Directorate; ADO - Archive and Documentation Office; ECO - Exchange Control Office.



Dr. António Manuel Graça

Director of the Board of Directors

Organizational, Legal and Fiscal Department

IAD - Internal Audit Directorate; RD - Risk Directorate; SG - Security Directorate; LD - Legal Directorate; IDD - Institutional Development Directorate.



Dr. Carla Marina Campos Van-Dúnem

Administrator of the Board of Directors
Operational area

CRD - Credit Risk Directorate, DMC - Credit Risk Directorate Microcredit, DBI - Investment Banking Division, DPC - Credit Processing and Control Department, DGR - Credit Management and Recovery Department, GAD - Support Office and Trade Promotion.



Dr. Gil Alves Benchimol

Director of the Board of Directors

Financial area

FD - Financial Department; TD - Treasury Department; AD - Accounting Directorate; ADEB - Accounting Directorate Electronic Banking; DTSI - Directorate of Technology and Systems of information.

- > 1. Company Overview
2. Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies
3. Summary of results and key indicators

4. Economic and financial environment
5. Summary of Activities of the Main Business areas

Board of Directors

Board of Directors for large
and Private companies

Mrs. Teresa Pitra

Accounting Department

Mr. Edson Costa

Heritage Directorate
and Services

Mrs. Idatina Briffel

Technology Directorate
and Information Systems

Mr. João Ribeiro

Banking Direction Electronics

Ms. Leticia Alfredo

Banking Direction of Investments

Mr. João Gonçalves

Audit Department Internal

Mr. Gerson Diniz

Risk Direction

Mr. Yuri Dias

Birth Treasury Department

Mr. João Romulo

Small Direction, Medium Business
and Private

Mr. Darius Airoso

Finance Department

Mrs. Ana Dessai

Personnel Department

Mr. Teófilo Caxeiro

Marketing Direction
and Communication

Mrs. Alice Ebo

Processing Direction credit

Mrs. Tatiana Gouveia Neves

Legal Direction

Mrs. Paula Tavares

Compliance Department

Mrs. Wisteria de Castro Lélis

File Cabinet and Documentation

Mrs. Graziela, de Almeida

Security Directorate

Mr. António, de Sousa

Credit Department

Mrs. Eliana Matondo

Operations Directorate

Mrs. Irene Cussola

Microcredit Directorate

Mr. Emerald Fence

Management Directorate
and Credit Recovery

Mrs. Maria Celeste Teixeira

Private Banking Department

Mrs. Albertina Cerca

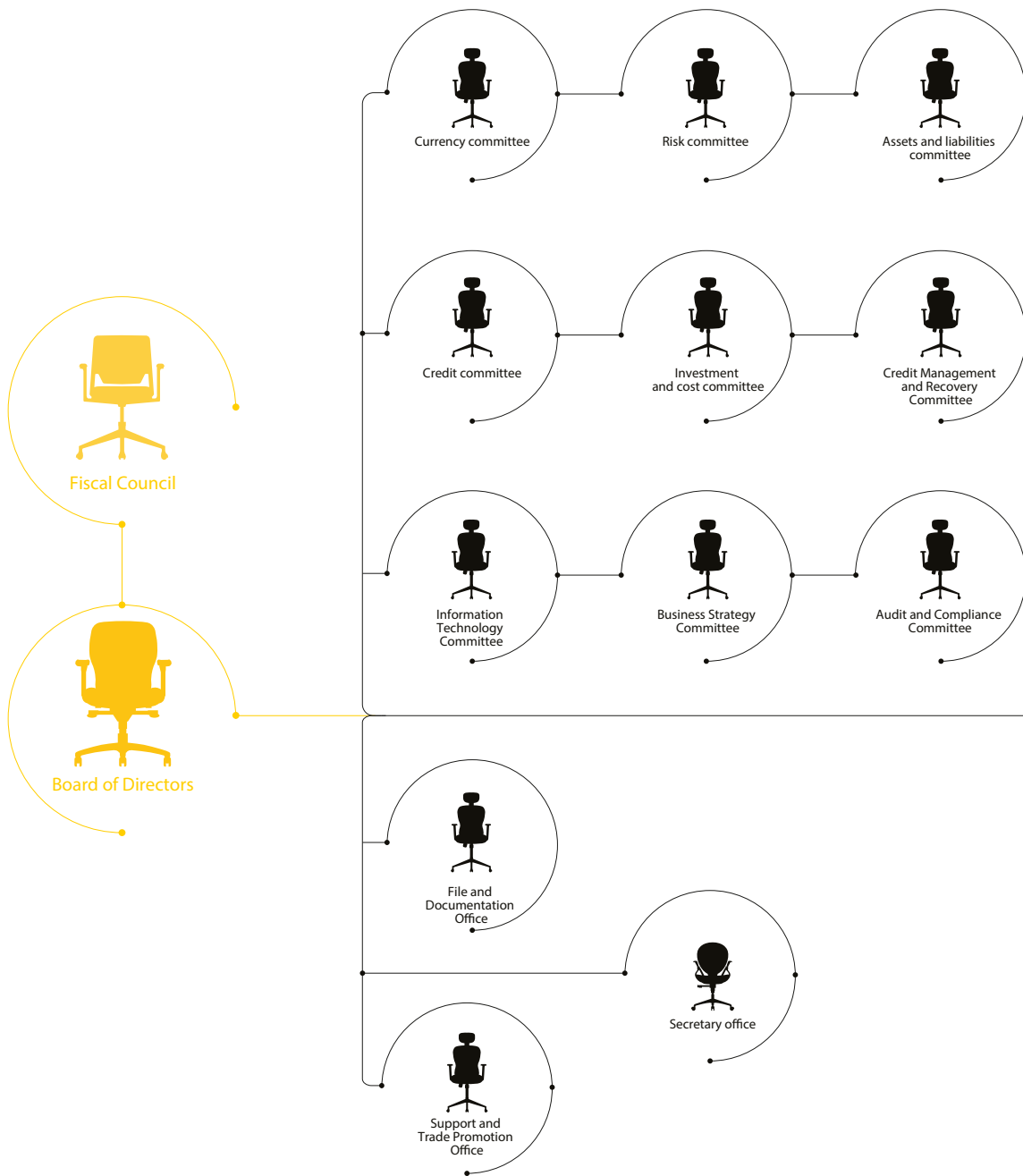
Development Directorate
of business Internationals

Mrs. Mariana Fernandes

Support Office
and Commercial Promotion

Mrs. Núria Almeida

Flow chart



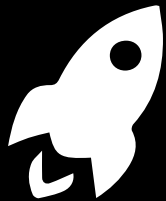
1. Company Overview

- 2. Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies
- 3. Summary of results and key indicators

4. Economic and financial environment

- 5. Summary of Activities of the Main Business areas





Missão

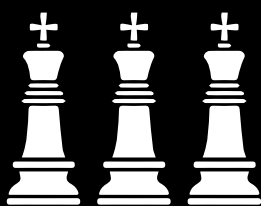
Banco Sol's mission is to make a decisive contribution to national economic development, within a framework of balanced evolution between profitability, growth and financial wisdom, accompanied by prudent risk management.

This mission also involves creating value for its clients through the commercialization of innovative and personalized financial products and services designed to meet the global financial needs and expectations of different market segments. Here, however, strict standards of conduct and accountability and, at the same time, profitable growth are observed to provide an attractive return for shareholders.

Although, Banco Sol's corporate purpose includes a universal range of classic and retail financial services, since its inception in October 2001, microcredit has been one of the strategic pillars that has guided Banco

Sol's activity, in view of its contribution to Angola's economic and social development. This continues and will continue to be one of the aspects of our mission.

- Exploring new business opportunities created by new technologies;
- Sustained improvement in the Bank's profitability and financial soundness levels;
- Equate our presence in international markets and looking for new niches of activity;
- Early preparation of appropriate and timely responses to future challenges and obstacles.

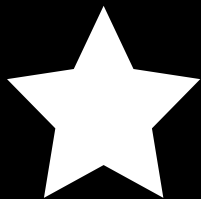


Strategy

In line with its mission, the Bank's main strategic lines include the following processes:

- Committed contribution to the relaunch of bankarization of the Angolan economy;
- Deepening the focus on core business (microcredit and retail) through the growing implementation geographic in the country;
- Maintaining high levels of customer satisfaction, loyalty and involvement;
- Promotion of new initiatives in areas with high growth potential;

- Appreciation, motivation and compensation of our employees, creating their development perspectives.
- Attractive career paths;
- Exploring new business opportunities created by new technologies;
- Sustained improvement in the Bank's profitability and financial soundness levels;
- Equate our presence in international markets and looking for new niches of activity;
- Early preparation of appropriate and timely responses to future challenges and obstacles.



Value

In this context, Banco Sol's relationship with its customers is based on trust, that is, any business or banking operation is guided by ethical, effective and responsible standards, always bearing in mind the expectations and needs of its customers.

Banco Sol is a universal bank, determined to create value in all market segments, seeking to mark its presence by the quality, excellence and innovation in the distribution of its financial products and services.

In addition, transparency and communication with clients, so that they make their decisions in a clear and simple manner, underpins the relationship between them and our bank.

Recognizing the importance of employees to the Bank's sustainability, investment in training and in development programs, as a means of achieving

new excellence and performance, will always be a duty and commitment of the Bank to keep them motivated and focused on a common vision around our institution.

The general features of our Bank's culture are management independence, organizational flexibility, teamwork, rigorous risk management and secure value creation.



SOL MAGAZINE 01

Issue No. 1, of Sol 2017 Magazine, which marked the beginning of a new communication process for the Sol Group. SOL magazine comes with a pedagogical role of dissemination, congregation and coordination of all areas of the Bank’s activity and presented as number 1 in its edition the interview with the Chairman Coutinho Nobre Miguel.



SOL MAGAZINE 02

In this issue, No. 2 of Sol 2017 Magazine, we bring as its cover theme the Importance of microcredit for the development of the national economy. The emphasis lies also to the distinction in London Banco Sol, with the “Global Banking Finance Awards” prize.



SOL MAGAZINE 03

In this issue # 3, the Sun Magazine 2017, we present a comprehensive approach on the growth and strengthening of the Banco Sol market position, funding has facilitated housing and other issues that mark the Angolan banking.



SOL MAGAZINE 04

In this issue, number 4 of Sol 2017 Magazine, we bring as its cover theme the Sol Foundation, which has transformed the Angolan reality giving meaning to solidarity. It also highlighted the internationalization strategy of Banco Sol, marked by partnerships with China.



SOL MAGAZINE 05

In this special issue of Sol 2018 Magazine, we present as a cover theme the presence of Banco Sol and associates at the Washington D.C summit, and other not least banking topics, which deserve our reflection.

Stakeholder's Structures and Organization

Stakeholders Structure

As of December 31, 2017, the Banco Sol's Share Capital, worth 5,000,033,000 kwanzas, was held by 10 shareholders, being split among the following companies and particulars:

Shareholder's Position at Banco Sol Share Capital

Shareholders	No. Of Shares Held	% (Percentage) of Held Capital
Sansul, SA	1 810 500	51,00%
Fundação Lwini	355 000	10,00%
José Noé Baltazar	192 410	5,42%
Ana Paula dos Santos	192 410	5,42%
Sociedade Comercial Martal, Lda	192 410	5,42%
Azury, SA	192 410	5,42%
Júlio Marcelino Bessa	148 035	4,17%
Coutinho Nobre Miguel	138 805	3,91%
António Mosquito	224 715	6,33%
Other Shareholders	103 305	2,91%
Total	3 550 000	100,00%

Governance Pattern

Banco Sol's governance pattern is established in its Articles of Association and comply with the Notices No. 1/2012, 16th January (entry and exit of currency) national and foreign), Notice No. 02/2013, of 19 April (internal control) and complies with the requirements of the Financial Institutions (Law No. 12/2015, of 17 June).

Social entities

As at 31 December 2017, the composition of the Entities Banco Sol's social services was as follows:

Administrative Board	
Chairman	Coutinho Nobre Miguel
	António Manuel Graça
Executive Directors	Carla Marina Van-Dúnem
	Gil Alves Benchimol
	Ana Edite Teles Carreira
General Assembly Table	
Chairman	Mário Sequeira de Carvalho
Deputy Chairman	Manuel Pinheiro Fernandes
Secretary of the Table	Francisco Domingos Furtunato
Audit Committee	
Chairman	Júlio Marcelino Bessa
1 st Vowel	Noé José Baltazar
2 nd Vowel	Eduardo Jorge Santana

Criada em Abril de 2015, a Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração tinha em 31 de Dezembro de 2017, a seguinte composição:

Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração

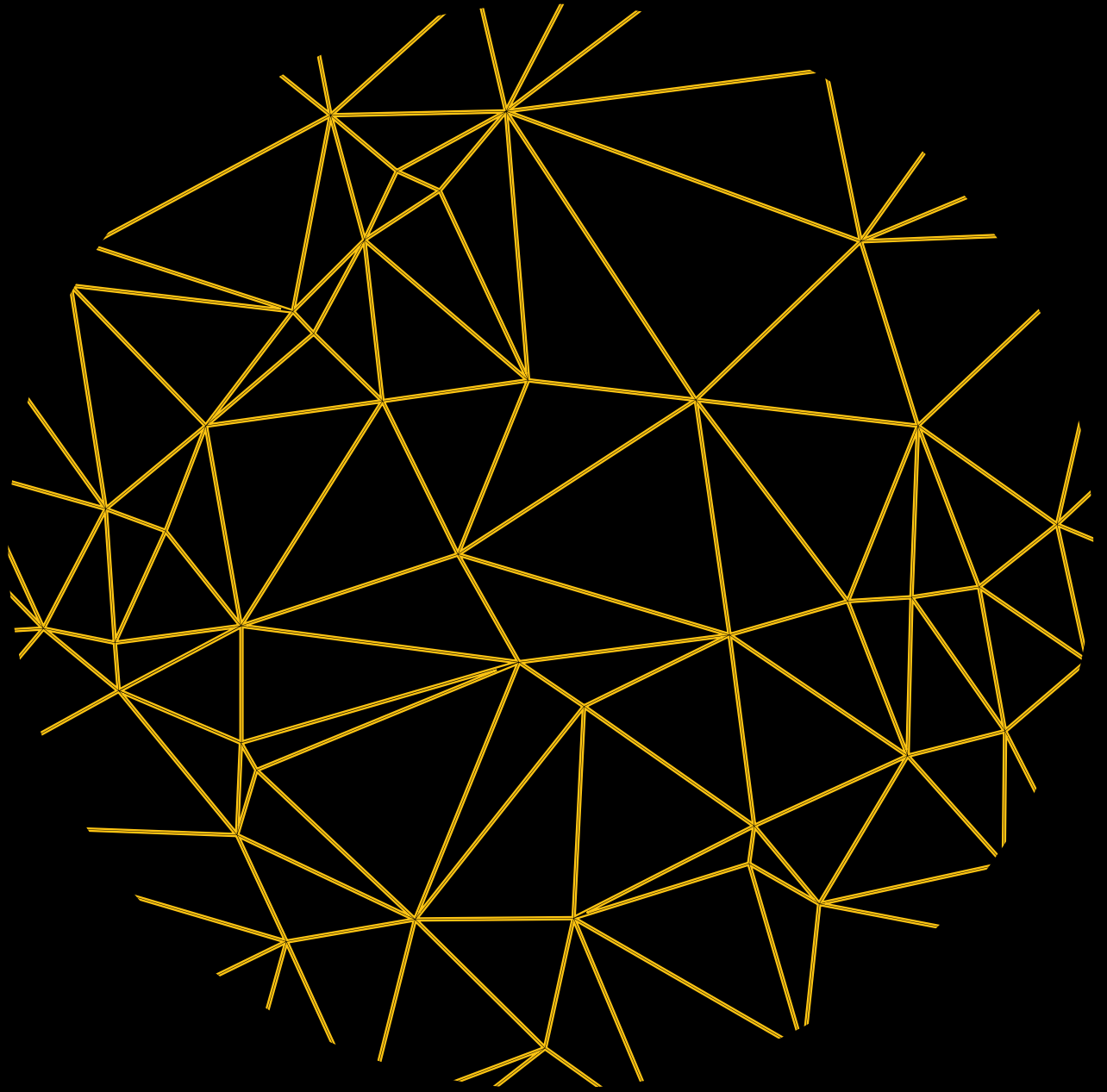
Presidente	Manuela de Ceita Carneiro
Membros	Mariano Bernardino Machado
	Manuel João Neto

The General Meeting is the highest body of the company that represents the universality of the shareholders, their liaison resolutions for all of them, when taken in accordance with terms of the law and the constitution.

The Board of Directors is the administrative body of the Bank, and shall be liable to it under the terms of the law and the most wide management and representation rights of the company. The Board of Directors has a Supervisory Committee and Monitoring (information, advice and proposal), this Commission has no decision-making rights.

The Supervisory Board is composed of a chairman and two effective vowels, they meets quarterly and whenever called by its chairman or requested by its members.

The Bank has a company of external auditors, which audits the Bank's annual accounts and whose appointment shall be made every four years by the Board of Directors.



2. Base Presentation of the Review of the Main Accounting Policies

- 2.1. Bases of presentation
- 2.2. Translation of foreign currency balances and transactions
- 2.3. Financial Assets and Liabilities (IAS 23, IAS 39, IFRS 7, IFRS9 and IFRS 13)
- 2.4. Tangible Assets (IAS 16)
- 2.5. Intangible assets (IAS 38)
- 2.6. Retirement and survival Pension (IAS 19)
- Provisions for other charges and liabilities (IAS 37)
- 2.8. Taxes on Profits (IAS 12)
- 2.9. Reserve for monetary adjustment of share capital
- 2.10. Key estimates and uncertainties associated with application of accounting policies

Base Presentation and the Summary of the Main Accounting Policies

The Bank's financial statements for the fiscal year ending 31 December 2018 have yet been the subject for approval by the General Assembly, nevertheless, had been approved by the Board of Directors on March 12th of 2018. However, the Board of Directors of the Bank admitted that it will be approved with no significant changes.

As of December 31st, 2018 and 2017, the foreign Exchange Kwanza (AKZ) against the United States Dollar (USD) and the Euro (EUR) were as follows:

Shareholders	31.12.2018	31.12.2017
1 USD =	308,607	165,924
1 EUR =	353,015	185,400

The most significant accounting policies used to prepare the financial statements were as follows:

2.1. Bases of presentation

Banco Sol's financial statements have been planed in the ongoing concerned assumption, based on the accounting books and records kept in accordance to the principles set forth in the International Standards of the Financial Reporting (NIC / IFRS), issued by the International Standards of the Accounting Board (IASB), following the Notice No. 6/2016 of the National Bank of Angola of May 16th of 2016.

The accounting policies used by the Bank in the preparation of its financial statements for year end December 31st of 2018 are consistent with those used in December, 31st of 2017, except for the first adoption of IFRS 9 on the 1st of January of 2018, as mentioned in Note 35.

IFRS 9 "Financial Instruments" replaces IAS 39 "Financial Instruments - Recognition and Measurement", which entered into force on January 1st of 2018. This standard establishes new rules for the classification and measurement of financial assets and liabilities, namely through new financial instrument classification and measurement requirements, new methodology for recognizing impairment losses on financial assets ("based on expected losses model ") and new possibilities for applying hedge accounting rules.

The Bank has adopted IFRS and mandatory interpretations for the periods beginning on or after 1 January 2015 and which, for its structure and activity, are as follows:

IFRS 1	First-time Adoption of International Regulation of the Financial Reporting
IFRS 3	Compilation of business activities
IFRS 5	Non-current assets held for sale and discontinued operations
IFRS 7	Financial Instruments: Disclosures
IFRS 8	Operating Segments
IFRS 9	Financial Instruments
IFRS 11	Accounting for acquisitions of interests in a joint operation
IFRS 12	Disclosure of Interests in Other Entities
IFRS 13	Fair Value Measurements
IAS 1	Presentation of Financial Statements
IAS 2	Inventory
IAS 7	Cash Flow Statement
IAS 8	Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors
IAS 10	Events after the relative period
IAS 12	Income Taxes
IAS 16	Tangible fixed assets
IAS 19	Employee Benefits
IAS 21	The effects of changes in exchange rates
IAS 23	Borrowing costs
IAS 24	Related Party Disclosures
IAS 26	Accounting and reporting of retirement benefit plans
IAS 28	Investments in Associates
IAS 29	Financial Reporting on Hyperinflationary Economies
IAS 32	Financial Instruments: Presentation
IAS 33	Earnings per share
IAS 36	Asset Impairment

IAS 37	Provisions, contingent liabilities and contingent assets
IAS 38	Intangible assets
IAS 39	Financial Instruments: Recognition and Measurement
IFRIC 14	IAS 19 - The limit on a defined benefit asset, minimum financing requirement and its interaction

The following standards, interpretations, amendments and revisions are mandatory for future financial years, with emphasis on those of relevance to the Bank:

- IFRS 16 - "Leases": This standard introduces the principles of recognition and measurement of leases, replacing IAS 17 - Leases. The standard defines a single lease accounting model that results in the lessee recognizing assets and liabilities for all lease contracts except for leases with a period of less than 12 months or for leases relating to low value assets. Lessors will continue to classify leases as operating or financial. It shall apply to annual periods beginning on or after 1 January 2019.

- Some improvements to the International Financial Reporting Standards (Cycle 2015-2017), applicable to financial years beginning on or after 1 January 2019:

- IFRS 3 - Concentration of business activities: with remeasurement of interests previously from obtaining control over a subsidiary in which it had joint control;

- IFRS 11 - Joint ventures: clarifies that there should be no measurement of interests already held in an entity to refrain from joint control over a joint transaction;

- IAS 12 - Income Taxes: clarifies that all tax effects of dividends should affect income, regardless of how the tax arises;

- IAS 23 Borrowing Costs: clarifies that the portion of the loan directly related to the acquisition / construction of an asset, outstanding after the corresponding asset is ready for its intended use, is for the purpose of determining the capitalization rate, considered an integral part of the financing generics of the entity. This clarification is currently irrelevant to the Bank.

Amendment to IAS 28 - "Long-term investments in and joint agreements": this amendment clarifies IFRS 9 should be applied (including the relevant impairment requirements) to investments in associates and joint

arrangements when the method of equity accounting is not applied in the measurement of the same. It is applicable to annual periods beginning on or after 1 January 2019.

- IFRIC 23 - "Uncertainties in the tax treatment of performance": this interpretation gives guidance on the determination of taxable profit, tax bases, losses taxes to be reported, tax credits to be used and rates of imposed in scenarios of uncertainty as to the treatment in withholding income tax. It is applicable in the financial years. started on or after 1 January 2019.

- Amendment to IFRS 9 - "Payment Characteristics with negative offsetting": this amendment allows financial assets with conditions which provide for their early amortization to payment of a considerable amount may be measured at amortized cost or at fair value through reserves (depending on the business model), provided that: (i) on the date of initial recognition of the asset, the fair value the early amortization component is insignificant; and (ii) the possibility of negative compensation in early amortization is the sole reason for the asset in cause is not considered an instrument that contemplates principal and interest payments only. It is applicable in the financial years. started on or after 1 January 2021.

- Amendment of references to the Conceptual Structure in IFRS Standards: Corresponds to amendments in several Standards (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 and SIC 32) in relation to to references to the revised Conceptual Framework in March 2018. The revised Conceptual Framework includes definitions asset and liability reviews and new guidelines measurement, derecognition, presentation and disclosure. It is applicable to annual periods beginning on or after January 1, 2020.

- Amendment to IAS 1 and IAS 8 - "Material Definition": Corresponds to to amendments to clarify the definition of material in IAS 1. The definition of material in IAS 8 now refers to to IAS 1. The amendment changes the definition of material in other standards to ensure consistency. The information is material if by its omission, distortion or concealment reasonably expected to influence the decisions of the primary users of the financial statements taking into based on the financial statements. It is applicable in financial years beginning on or after 1 January 2020

The Bank does not anticipate significant effects on its financial statements by adopting these new standards, interpretations, amendments and revisions above.

2.2. Translation of foreign currency balances and transactions

The Bank's accounts are prepared in accordance with the currency used in the economic environment in which the Bank operates (called the "functional currency"), which corresponds to the Kwanza (AKZ).

In preparing the individual financial statements, foreign currency transactions are recorded at the indicative exchange rates on the date they were made. At each balance sheet date, monetary assets and liabilities denominated in foreign currencies are translated into the entity's functional currency at the prevailing exchange rate. Non-monetary assets that are valued at fair value are translated based on the exchange rate prevailing at the date of the last appreciation. Non-monetary assets recorded at cost including tangible and intangible assets, remain recorded at the original exchange rate.

Exchange differences arising on currency translation are reflected in profit or loss for the period, except for those arising from non-monetary financial instruments carried at fair value.

2.3. Financial assets and liabilities (IAS 32, IAS 39, IFRS 7, IFRS 9 and IFRS 13)

On January 1, 2018, as described in Note 2.1. "Basis of presentation", the Bank adopted IFRS 9 - Financial Instruments which replaced IAS 39 -

Financial instruments: recognition and measurement, which was effective until December 31, 2017. The Bank opted not to adopt any of the provisions of IFRS 9 in prior periods in advance.

Under the transitional provisions of IFRS 9, the Bank decided not to restate the comparative balances of previous periods. Differences between the previously carrying amounts and the carrying amounts at the beginning of 2018 of financial assets and liabilities were recognized in equity (retained earnings) with reference to 1 January

2018. The impacts of the transition to IFRS 9 with January 1, 2018 are described in Note 35.

Financial assets and liabilities are recognized in the balance sheet on the date of payment or receipt, unless it is expressly stated in the contractual agreement or applicable legal or regulatory regime that the rights and obligations inherent in the traded values are transferred on a different date, in which case this will be the case. last the relevant date.

Financial assets and liabilities are initially recognized at fair value plus directly attributable transaction costs, except for assets and liabilities at fair value through profit or loss where transaction costs are immediately recognized in profit or loss.

Under IFRS 13, fair value means the amount that would be received from the sale of an asset or paid to transfer a liability in a transaction between market participants at the measurement date.

At the date of contracting or the commencement of a transaction, fair value is usually the value of the transaction.

Fair value is determined based on:

- Prices of an active market or valuation methods and techniques (when there is no active market), which have underlying:
 - Mathematical calculations based on recognized financial theories;
 - Prices calculated based on similar assets or liabilities traded in active markets or based on statistical estimates or other quantitative methods.

At the time of acquisition or origination, arising from the application of IFRS9 from 1 January 2018, the Bank classifies its financial assets into one of the following valuation categories:

- Investments at amortized cost;
- Financial assets at fair value through other comprehensive income;
- Financial assets at fair value through profit or loss.

The classification and subsequent valuation of financial assets in the previous categories is based on the following two elements:

- The Bank's business model for financial asset management.

- The contractual cash flow characteristics of financial assets.

Based on these elements, the Bank classifies its financial assets for valuation purposes into one of the following three categories:

- Financial assets at amortized cost, when the following two conditions are met:
 - It is managed with a business model whose objective is to maintain financial assets to receive contractual cash flows;
 - Contractual conditions give rise to cash flows on specific dates, which are only principal payments and interest on the principal outstanding.

In addition to debt instruments managed based on a business model whose purpose is to receive their contractual cash flows, which are recorded under "Investments at amortized cost", the category of financial assets at amortized cost also includes investments with central banks and other credit and credit institutions.

- Financial assets at fair value through other comprehensive income when the following two conditions are met:
 - It is managed as a business model whose purpose combines the receipt of contractual cash flows from financial assets and their sale,
 - Contractual conditions give rise to cash flows on specific dates, which are only principal payments and interest on the principal outstanding.

In addition, the Bank may irrevocably choose at the time of initial recognition to classify a equity instrument in the category of "Financial assets at fair value through other comprehensive income", provided that it is not held for trading or presented. contingent consideration recognized by an acquirer in a business combination to which IFRS 3 applies. This alternative is exercised investment by investment and only financial instruments that fall within the scope of the definition of equity instruments provided for in IFRS 9 and IAS 32 are eligible.

- Financial assets at fair value through profit or loss, whenever due to the Bank's business model or due to the characteristics of its cash flows it is not appropriate to classify financial assets in any of the above categories. At the transition date, to classify financial assets in this category, the Bank also considered whether it expects to recover the book value of the asset by selling it to a third party.

Also included in this portfolio are all instruments for which any of the following characteristics are met:

- Are originated or acquired for the purpose of trading in the short term.
- They are part of a group of jointly identified and managed financial instruments for which there is evidence of recent actions aimed at making short-term gains.
- Derivative instruments that do not meet the definition of a financial collateral agreement and have not been designated as hedging instruments.

Business Model Evaluation

The business model reflects the way the Bank manages its assets from a cash flow perspective. Thus, it is important to understand whether the Bank's objective is only to receive the contractual cash flows from the assets or to receive the contractual cash flows and cash flows from the sale of the assets. If none of these situations apply, then the financial assets

They are classified as part of "other" business model and recognized at fair value through profit or loss. Factors considered by the Bank in identifying the business model for a set of assets include past experience of how cash flows are received, how asset performance is assessed and reported to management, how risks are assessed and managed, how managers are remunerated and the frequency and volume of sales of financial assets in prior periods and forecast of future sales.

The assessment of the business model does not depend on the intentions of an individual instrument, but rather on a set of instruments, taking into account the frequency, value, timing of sales in previous years, the reasons for such sales and the expectations regarding them. to future sales.

Contractual conditions that, upon initial recognition, have a minimal effect on cash flows or depend on the occurrence of exceptional or highly unlikely events (such as settlement by the issuer) do not preclude their classification in the portfolios at amortized cost or at fair value through other comprehensive income.

Assessment of whether contractual cash flows correspond only to principal and interest repayments (SPPI)

The assessment of whether contractual cash flows correspond only to the repayment of principal and interest is made whenever the financial assets originate on the basis of their original contractual terms. When the business model involves holding assets in order to (i) receive contractual cash flows or (ii) receiving the contractual cash flows

Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies

and selling these assets, the Bank assesses whether the cash flows of the financial instrument correspond solely to principal payments and interest on principal outstanding (the SPPI test only).”).

For the purposes of this valuation, capital is considered to be the fair value of the financial asset at the time of initial recognition. The amount of capital may change over the useful life of the financial asset (for example, if there are capital repayments). Interest corresponds to the remuneration for the effect of the time value of money, the credit risk associated with the amount outstanding over a given period, other risks and costs relating to loan agreements and may include a profit margin. SPPI analysis is performed in the currency in which the financial asset is denominated.

In this assessment, the Bank considers whether contractual cash flows are consistent with a basic loan agreement, ie interest includes only considerations regarding the time value of money, credit risk, other normal credit risks and a profit margin, which is consistent with a basic credit agreement. When contractual terms introduce risk exposure or cash flow variability that is inconsistent with a simple loan agreement, the financial instrument is classified and measured at fair value through profit or loss.

Subsequent valuation of financial instruments

Financial assets at amortized cost are subsequently measured at amortized cost

Interest on financial assets at amortized cost is recognized in net interest income under “Interest and similar income” (Note 21), based on the effective interest rate method.

Immediately after initial recognition, an impairment is also recognized for expected credit losses (ECL), financial assets measured at amortized cost and investments in debt instruments measured at fair value through other comprehensive income, resulting in the recognition of an impairment loss, results when the asset originates.

Financial assets at amortized cost also include investments in central banks and other customer credit and credit institutions that are subject to impairment tests.

Where applicable, interest, commission and other costs and income associated with credit operations are accrued over the life of the operations, when they are operations that produce recurrent flows over a period of more than one month, regardless of the timing, where they are charged or paid. At

Commissions received for credit commitments are recognized on a deferred and straight-line basis over the life of the commitment.

Loans and receivables are stated at amortized cost, based on the effective interest rate method and subject to impairment tests.

Financial liabilities are initially recorded at fair value less transaction costs incurred and subsequently at amortized cost, based on the effective rate method, with the exception of financial liabilities designated at fair value through profit or loss, which are recorded at fair value.

Reclassification of financial assets and liabilities

Financial assets should be reclassified whenever a change in the business model of their portfolio occurs. In this situation, all financial assets that make up the portfolio whose business model has changed should be reclassified, with the classification and measurement requirements for the new category are prospectively applied from the date of reclassification, no previously recognized gains, losses or interest should be restated.

Reclassification of financial liabilities is not allowed.

Derecognition and modification of financial assets

The general principle, as in IAS 39 previously in force, is that financial assets are derecognised from the balance sheet when (i) the Bank’s contractual rights to the respective cash flows of the respective financial asset have expired, or (ii) Bank has substantially transferred all risks and rewards associated with its holding.

A renegotiation or modification of the contractual cash flows of a financial asset may lead to its derecognition and subsequent recognition of a new financial asset. Under these circumstances derecognition implies (i) the recognition of the loss or gain resulting from the difference between the amortized cost of the original asset and the net present value (NPV) of the new financial asset.

(ii) the assessment of whether the new contractual cash flow characteristics correspond only to capital and interest on the amount of capital outstanding, which may entail reclassification of the asset to a different measurement category, and (iii) the assessment, upon initial recognition, and provided that it is not classified in the category of “Financial assets at fair value through profit or loss”, of the existence of impairment in the originated asset.

If the new financial asset originates with impairment (POCI), a probability of default lifetime is applied until the maturity of the contract to calculate expected credit losses, and the effective interest rate adjusted for the credit is determined.

The Bank considers that a change in the contractual terms of the financial asset results in its derecognition and subse-

quent recognition of a new financial asset when the change results in at least one of the following conditions:

- Transfer of the credit risk of the instrument to another borrower accompanied by a very significant spread reduction;
- Change in qualitative characteristics, namely contractual cash flows is no longer linked to repayment of principal and interest only.

If a contractual cash flow renegotiation or modification of a financial asset does not result in any of the conditions described above, it is considered to be a modified financial asset, ie the financial asset is not derecognised, which implies (i) the recognition of the loss or gain resulting from the difference between the original book value of the original transaction and the NPV of the new operation in profit or loss and (ii) the application of the criteria for assessing the significant increase in credit risk.

Slaughter Policy

The Bank disposes of some or all of its financial assets when it concludes that there is no reasonable expectation of receipt. Indicators showing that there is no reasonable expectation of receipt are (i) closure and (ii) cases where recovery depends on receipt of a collateral but where the collateral value is so low that there is no reasonable expectation of recovering the asset in full.

Impairment of financial assets

The Bank determines impairment losses for debt instruments that are measured at amortized cost and fair value through comprehensive income, as well as for other exposures that have associated credit risk such as bank guarantees and commitments.

The requirements of IFRS 9 are intended to recognize expected losses from operations, assessed on an individual or collective basis, taking into account all available reasonable, reliable and reasoned information, including forward-looking information.

Impairment losses on debt instruments that are measured at amortized cost are recognized against a cumulative balance sheet item, which reduces the carrying amount of the asset, while impairment of assets measured at fair value through other comprehensive income is recognized. recognized against other comprehensive income.

Impairment losses on loans and advances to customers are recognized in the income statement under "Impairment to customers' credit net of reversals and recoveries" and other financial assets under "Impairment to other financial assets net of reversals and recoveries".

Impairment losses on exposures that have an associated credit risk and that are not assets are recorded as a provision under "Provisions" in the balance sheet liabilities. Appropriations and reversals are recorded under "Provisions net of cancellations" in the income statement.

a. Credit to customers

The methodology for calculating customer credit impairment losses currently in force at the Bank is based on an expected credit loss model ("ECL"), in accordance with IFRS 9 - Financial Instruments ("IFRS 9").

Impairment losses are recorded / recognized in the income statement and subsequently reversed in the event of a reduction in the expected loss in a subsequent year.

Credit exposures shall be classified at different stages according to the evolution of their credit risk from the initial recognition date, and not according to the credit risk at the reporting date, according to the following guidelines:

Stage 1: A credit exposure shall be classified in this Impairment Stage whenever there is no significant increase in credit risk from the date of initial recognition.

For this purpose, the expected credit loss within 12 months shall be recognized in profit or loss and interest income shall be calculated on the gross book value of the respective credit exposure.

Stage 2: A credit exposure where a significant increase in credit risk has occurred since the date of initial recognition should be classified under this Impairment Stage.

For this purpose, the expected credit loss over the term of the loan should be recognized in profit or loss and interest income should be calculated on the gross book value of the respective credit exposure.

Stage 3: A credit exposure that is in default on the reporting date as a result of one or more events already occurring that have a negative impact on the estimated future cash flows of the exposure should be classified at this stage of impairment. For this purpose, the expected credit loss over the term of the credit should be recognized in the income statement, and interest income should be calculated on the net book value of the respective credit exposure.

Thus, at each reporting date, the Bank assesses whether the credit risk associated with a credit exposure has increased significantly since initial recognition, provided that reasonable and sustainable forward-looking information is available that does not involve undue cost or effort, and should not be

Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies

based solely on information on overdue payments to determine whether credit risk has increased significantly since the initial recognition.

Credit risk assessment is performed on an individual (individual analysis) or collective (collective analysis) basis taking into account all reasonable and sustainable information, including forward-looking approaches, including the inclusion of future macroeconomic trends and scenarios. Thus, estimates of expected credit losses include multiple macroeconomic scenarios whose likelihood of occurrence is assessed considering the current macroeconomic environment as well as future macroeconomic trends.

Individual Analysis

The purpose of the individual analysis is to ensure a more thorough analysis of the situation of clients with individually significant exposures at the Bank. The significance of exposures is determined by reference to qualitative and quantitative criteria that reflect the size, the complexity and risk associated with the portfolio.

In accordance with Instruction No. 05/2016, of 8 August, on impairment losses for the loan portfolio ("Instruction No. 05/2016"), should be analyzed individually customers / economic groups whose exposure is equal to or greater than 0.5% of the Bank's own funds.

Additionally, customers / economic groups whose credit exposures are not individually significant, but for which objective evidence of impairment whenever they are equal to or greater than 0.1% of the funds Bank's own.

The analysis of each client / economic group, as well as the existence of impairment losses should take into account, among others, the following factors:

- Contractual aspects, assessing the potential breach of contractual conditions, or the existence of loans restructured due to difficulties clients' financial
- Financial aspects, assessing the potential reduction gross revenues or net income;
- The assessment of collateral received, including the nature, effective formalization, valuation and degree of coverage;
- Other aspects, assessing potential instability management / shareholder structure, or the existence of insolvency proceedings.

Collective Analysis

For customers whose exposures are not considered individually significant in accordance with the selection criteria

described above, or for which no objective evidence of impairment on an individual basis has been identified, they should be analyzed on a collective basis. Thus, these customers are grouped into homogeneous risk groups in order to determine the expected impairment losses.

b. Other financial instruments

The Bank classifies exposures at stages of impairment. In particular, stage 1 exposures to sovereign states rated investment grade by recognized agencies and exposures where the return is adjusted to the issuer's risk and within the limits Bank's risk profile, these exposures qualify for impairment losses to 12 months.

The risk factors applied are those associated with each provider defined counterparty rating level external.

The risk factors applied are those associated with each provider defined counterparty rating level external.

Regarding Angolan sovereign debt in currency the Bank considers that the expected loss is since no losses in the from the perspective of maintaining the control of issuance of currency by the current supervisory entities and the remote likelihood that they will choose to default rather than issuing currency to comply debt service in national currency.

Financial assets and liabilities (IAS 32, IAS 39, IFRS 7 and IFRS 13) - Applicable to 2017 and earlier Financial

Assets and liabilities are recognized in balance on the date of payment or receipt, unless due to express contractual stipulation or regime applicable law or regulation that the rights and obligations inherent in the traded values are transferred on a different date, in which case the latter will be the date relevant.

At the outset, financial assets and liabilities recognized at fair value plus directly attributable to the transaction, except for the assets and liabilities at fair value through profit or loss in which transaction costs are immediately recognized on results.

Under IFRS 13, fair value means amount that would be received on the sale of an asset or paid to transfer a liability in a transaction between market participants at the measurement date.

On the date of contracting or commencement of a transaction, the fair value is usually the value of the transaction.

Fair value is determined based on:

- Prices of an active market or valuation methods and techniques (when there is no active market), which have underlying:

- Mathematical calculations based on financial theories recognized;
- Asset or liability based prices traded on similar markets assets or based on statistical estimates or other quantitative methods.

At the time of acquisition or origination, the assets are classified into one of four categories provided for in IAS 39:

- Financial assets at fair value through results;
- Financial assets held to maturity;
- Available-for-sale financial assets;
- Credits and other receivables.

2.3.1. Trading and fair financial assets value through results

These items include fixed income securities and securities traded in active markets and in which the Bank has chosen to record and evaluate at fair value through results and may be classified in terms of positions held for trading or at fair value through of results.

These assets and liabilities are valued at periodically based on fair value, taking into account own credit risk and the counterparties of the operations.

In the case of bonds and other income securities the balance sheet value includes the amount of accrued interest and not charged. Gains and losses resulting from the changes in fair value are recognized in profit or loss.

2.3.2. Investments held to maturity

This caption includes non-derivative financial assets with fixed or determinable payments and defined maturities, that the bank has the intention and ability to hold until to maturity.

These investments are valued at amortized cost, based on the effective interest rate method and subject to impairment tests. Impairment losses Financial instruments held to maturity are recognized in the income statement. If in a subsequent period the amount of the impairment loss decreases, and this decrease can be objectively related to an event that occurred after recognition impairment is reversed against exercise results.

2.3.3. Credits and other receivables

Loans and receivables include credits granted by the Bank to Customers and Credit Institutions and syndicated loans that are not traded in an active market and for which there is no intention to sale.

At the initial moment the credits and amounts receivable are recorded at fair value. In general, the fair value at the moment initial value corresponds to the transaction value and includes commissions, fees or other costs and income associated with the credit operations.

Subsequently, loans and receivables are valued at amortized cost, based on the method of effective interest rate and subject to impairment tests interest, commissions and other associated expenses and income credit operations are accrued over the period life of operations, regardless of the timing where they are charged or paid. The commissions received Credit commitments are recognized deferred and linear over the life of the commitment.

In each credit operation, the Bank classifies as the total amount due in full default on one of your principal or interest, which occurs 30 days after its due date. In claims in litigation are also considered all capital installments (falling due and overdue).

The Bank writes off asset credits (write-offs) of operations that it considers unrecoverable and whose impairments are constituted by the total amount of the month prior to slaughter.

Gains and losses on the sale of credits Clients on a permanent basis are recorded in the income statement financial transactions in the profit and loss caption sale of credits to customers.

These gains or losses correspond to the difference between the sales value fixed and the book value of those assets, net of losses on impairment.

Guarantees given and irrevocable commitments

Responsibilities for guarantees provided and commitments irrevocable are recorded in off-balance sheet accounts value at risk, with interest flows, commissions or other income recorded in profit and loss accounts life of the operations. These operations are subject to impairment tests.

Impairment

Monthly, credits and amounts receivable and guarantees are subject to impairment tests. Impairment losses identified are recorded against exercise results. If, in future periods, if there is a reduction in the estimated loss, the impairment initially registered is also reversed in return of results.

In accordance with IAS 39, a financial asset is impaired when there is evidence that one or more loss events have occurred (loss event) after initial recognition of the asset, and these events have an impact on the estimated value future cash flows of the financial asset considered.

IAS 39 defines some events that may be indicators of objective evidence of impairment (non-compliance such as late payment capital or interest; become likely that the borrower will bankruptcy, etc.), but in some circumstances the Determining the amount of impairment losses implies the use of professional judgment.

The existence of objective evidence of impairment is evaluated by reference to the date of submission of the financial statements.

Impairment assessment is made on an individual basis for credits of significant amount and on the basis individually or collectively for transactions other than those of significant amount.

For the purpose of determining impairment, the portfolio credit card is segmented as follows:

- **Companies:**
 - Advance to depositors
 - Current accounts secured
 - Loans
- **Private**
 - Advance to depositors
 - Consumer Credit
 - Mortgage loans
 - Micro credit
 - Other credits

Individual Analysis

For assets for which there is evidence impairment on an individual basis, the calculation of the impairment is carried out operation by operation, having as reference to information contained in the analysis models Bank's credit risk others, the following factors:

- Customer's overall exposure and nature of responsibilities contracted with the Bank: operations financial or non-financial obligations (in particular liabilities of a commercial nature or guarantees of good execution);
- Customer rating, determined through a calculation system implemented at the Bank. This credit rating incorporates, among others, the following features:
 - Client's economic and financial situation;
 - Risk of the sector of activity in which it operates;
 - Customer management quality, as measured by experience in the relationship with the Bank and existence of incidents;
 - Quality of accounting information presented;
 - Nature and amount of guarantees associated with liabilities incurred with the Bank;
 - Non-performing loans exceeding 30 days.

In these situations, the amount of losses identified is calculated based on the difference between the book value and the estimate of the amount expected to be recovered from credit, after recovery costs, updated at the rate effective interest rate over a period corresponding to the difference between the impairment calculation date and the planned for recovery.

It should be noted that the expected recovery value of the credit reflects the cash flows that may result from collateral or collateral associated with the credit deducted from the costs inherent in the respective recovery process.

Assets assessed individually and for which no impairment losses have been determined are included in an asset group with characteristics of similar credit risk and the existence of impairment is assessed collectively.

The determination of impairment for these groups of assets is carried out as described in the following point - Collective analysis.

Assets for which impairment losses are determined individual analysis are not subject to the registration of impairment losses in the collective analysis.

Collective analysis

Future cash flows of credit groups subject to analysis impairment losses are estimated based on experience loss history for assets with characteristics of similar credit risk.

Collective analysis involves estimating the following risk factors:

- Possibility of an operation or Client in situation to show evidence of impairment manifested by delays occurring during the emergency period (period of time between the occurrence of the loss event and the identification same event by the Bank);
- As provided in IAS 39, these situations correspond to losses incurred but not yet observed, ie cases where, for part of the credit portfolio, the loss event has already occurred but the Bank has not yet identified;
- Possibility of an operation or Customer that has already reported delays default (litigation situation) during the residual term of the operation;
- Economic loss of operations if they enter in default.

The flows considered are discounted at the interest rate of the operations and compared to the exposure existing at the time of default.

The inputs for the calculation of collective impairment are determined on the basis of statistical models for credit groups and regularly reviewed to approximate the estimated values to the actual values.

For exposures with objective evidence of impairment, the amount of the loss results from the comparison between the book value and the present value of future cash flows estimated. For the purpose of updating future cash flows the interest rate of the operations on the date of each analysis.

2.4. Tangible assets (IAS 16)

Tangible assets used by the Bank for development of its activity are accounted for acquisition cost (including costs directly attributable) less accumulated depreciation and impairment losses. Depreciation of tangible assets is recorded in a systematic basis over the estimated useful life corresponding to the period in which it is expected that the asset is available for use: Investment expenses on non-recoverable works made in buildings other than Bank's property, are depreciated within a period compatible with expected utility or the lease.

The bank's tangible assets were subject to 2009 factors associated with monetary restatement hyperinflationary environment (see note 2.9). For assets still have a useful life it is assumed that the historical cost depreciated, including the effect of the monetary correction, corresponds to the cost considered at the date of transition to IFRS adoption.

2.5. Intangible Assets (IAS 38)

The Bank records under this heading the expenditure of the development phase projects implemented and to be implemented, as well as the cost of software purchased at any time cases when the expected impact has repercussions for beyond the exercise in which they are performed.

	Lifetime use
Buildings	10 a 50
Furniture and Material	10
Machines and tools	7
Equipment:	
IT Equipment	6
Interior Facilities	10
Transportation Material	3
Other Equipments	10

Intangible assets are amortized using the method constant annual quotas and twelfths over the course of estimated useful life of the asset which, in accordance with generally corresponds to a period of three years.

To date, the Bank has not recognized any internally generated intangible assets.

2.6. Retirement and survivors' pensions (IAS 19)

Bank employees are enrolled in Security Social. However, the Bank has made a voluntary commitment to grant their employees cash benefits as a supplement to retirement pensions for old age and death allowance. Defined benefit pension fund, complementary compulsory social security system. The pension of old-age retirement will be awarded to all employees who have performed at least 6 years of service from 31 July 2006, the moment from which the benefit is calculated. In this way, and as defined in the Fund's Constitution Agreement, at the time of its constitution there were no responsibilities for past services. In the exercise ended as at 31 December 2017, the Bank had constituted a provision amounting to mAKZ 1,794,134 (Note 16) to meet such responsibilities.

Bases of Presentation and Summary of Principal Accounting Policies

On 12 August 2011, the Bank initiated proceedings for the conclusion of a new contract concerning the Banco Sol Pension Fund. The main changes contemplated under that contract were:

- a. Alteration of the defined benefit pension plan for a defined contribution pension plan;
- b. Definition that participants' monthly contributions shall be effected by the delivery of a percentage of their monthly pensionable salary at which, in accordance with the "contribution table" contract shall correspond to the level of contribution to be carried out by the Bank;
- c. Definition that the Bank will have to make on the date of beginning of the new pension plan, an extraordinary contribution to the Fund for active participants equivalent to the actuarially determined amount corresponding to the value of the Responsibilities for Services Past under the Benefit Pension Plan Defined, reported on 31 December 2016; and
- d. That the start of the new contributory plan would occur on the last of the following dates: (i) on 1 January 2012; (ii) on the date of publication in Diário da República da approval of new contract or; (iii) in the celebration of the new contract by both parties.

On February 9, 2018, by Order No. 33/18 of the Hon. Mr. Minister of Finance, the amendment of the Banco Sol Pension Fund plan for the defined contribution, which is the date to be considered for point d) above.

As at 31 December 2018, the Bank had constituted a provision amounting to mAKZ 1,532,609 mAKZ (Note 16) to cover the difference between the value of the Fund Sol Pension Fund at the date of change of the plan and the initial balance to be allocated to active participants on that date.

With the entry into force of Law 7/2015 of 15 June, the provisions of Law 2/2000 were repealed, namely, defined in articles 218 and 262 of the General Labor Law, which defined the compensation payable by the Bank in the termination of employment by retirement of the determined by multiplying 25% of the worker's monthly base salary practiced

on the date the employee reaches statutory retirement age by number of years of antiquity. On the other hand, Law No. 07/04, of 15 October, which repealed Law No. 18/90 of 27 October, regulating Angola's Social Security system, provides for the provision of retirement pensions to all Angolan workers enrolled in Social Security. THE The value of these pensions is calculated on the basis of a proportional to the number of years of work applied to the average monthly gross salaries received in the periods immediately prior to the date on which the worker cease its activity. According to Decree No. 7/99, May 28, the contribution rates for this system 8% for the employer and 3% for workers.

2.7. Provisions for other charges and liabilities (IAS 37)

This caption includes provisions recorded to cover other specific risks such as contingencies tax proceedings, legal proceedings and other losses arising from Bank's activity.

2.8. Taxes on Profits (IAS 12)

Presidential Legislative Decree No. 5/11 of 30 December, introduced several legislative changes to the IAC Code, having been amended by Legislative Decree Presidential No. 2/14.

The IAC generally focuses on income Bank's financial investments, namely income from investments and interest on titles.

The generic rate is 10%, but a reduced rate of 5% (in the case of securities yields debt securities with an equal maturity or more than three years) or a rate of 15%. This tax has, in view of the current wording of the Industrial Tax Code, the nature of payment on account, operating this compensation by way of the deduction from the collection to be determined pursuant to paragraph 81 (a) of the Code of the Industrial Tax.

Current tax

Current tax is calculated based on taxable income which differs from the accounting result due to adjustments to the tax base resulting from costs or income not relevant for tax purposes, or which will only be considered in other accounting periods.

Deferred tax

Total income taxes recorded in profit or loss includes current taxes and deferred taxes. The Deferred taxes correspond to the impact on tax recoverable / payable in future periods resulting from deductible or taxable temporary differences between the book value of assets and liabilities and their tax base, used in determining taxable profit.

Deferred tax liabilities are usually recorded for all taxable temporary differences, while deferred tax assets are only recognized until the amount at which it is probable that profits will be future taxable amounts allowing the use of the corresponding deductible tax differences or the reporting of tax losses. Additionally, no assets are recorded deferred tax assets where their recoverability may be questionable due to other situations including questions of interpretation of the tax legislation in force.

2.9. Reserve for monetary adjustment of share capital

Pursuant to Notice No. 2/2009 of 8 May of the National Bank Angola on monetary restatement, the institutions should, in the event of inflation, consider monthly the effects of the change on the purchase of national currency based on the application Consumer Price Index, capital balances, reserves and retained earnings. Financial statements of an entity whose functional currency is the currency of a hyperinflationary economy should be expressed in terms of the current unit of measurement at the date of swing. Hyperinflation is indicated by the characteristics of the economic environment of a country that includes, but limit the following situations:

- i. The population in general prefers to keep their wealth in non-monetary or foreign currency assets relatively stable. The amounts of local currency held are immediately invested to maintain the power of purchase;
- ii. The general population sees monetary amounts in stable foreign currency terms. Prices may be quoted in that currency;
- iii. Credit sales and purchases take place at prices compensate for the expected loss of purchasing power during the crediting period, even if the crediting be short;
- iv. Interest rates, wages and prices are linked to a price index; and
- v. The cumulative 3-year inflation rate if, or exceeds 100%.

According to interpretations expressed by the Association Angolan Bank and the National Bank of Angola the requirements of qualify the Angolan economy as being in hyperinflation in 2018 and 2017. The National Bank of Angola stresses further that no widespread indexation of wages and prices.

Accordingly, it is the understanding of the Board of Directors that the conditions for classifying the Angolan economy as hyperinflationary under IAS 29 - Financial Reporting on Hyperinflationary Economies and for the purposes of their possible application to financial statements for the periods ended 31 December 2018 and 2017.

The amount resulting from the monetary adjustment shall be reflected on a monthly basis, as a result of monetary restatement "of the income statement, in return for the increase in fund balances with the exception of the "Share Capital" item, which should be classified under a specific heading ("Reserve for monetary adjustment of the share capital ") which can only be used for subsequent capital increase.

In 2018 and 2017, the Bank did not proceed to monetary adjustment of their own funds, as a result of inflation, as well as exchange rate developments that occurred over the period, did not expect that Angola could be considered a hyperinflationary economy, in accordance with current regulations.

During 2009, the Bank carried out the monetary restatement of its tangible asset in the amount 73,932, according to the evolution of the Index of Consumer Prices, as recommended in the previous Chart of Accounts for Financial Institutions (PCIF).

2.10. Key estimates and uncertainties associated with application of accounting policies

In preparing the Bank's financial statements estimates and expected future values are used,

namely in the following areas:

Retirement and survivors pensions

As at 31 December 2017 the liabilities for retirement and survivor pensions are estimated at based on actuarial tables, growth assumptions pensions and wages and discount rates. These assumptions are based on the Bank's expectations for the period during which the liabilities will be settled.

Credit Impairment

The amount of credit impairment is determined based on expected cash flows and value estimates recovering. These estimates are made on the basis of on assumptions determined from the information available historical information and the assessment of the situation of Customers.

Possible differences between the assumptions used and future behavior of credits, or changes in assumptions adopted by the Bank have an impact on estimates made.

Provisions and contingencies

A provision is recorded when there is an obligation to present (legal or constructive) resulting from events for which future expenditure is likely resources, and these can be determined with reliability. The amount of the provision corresponds to the best estimate of the amount to be disbur-

sed to settle the liability at the balance sheet date. If future expenditure of funds is unlikely, it is a passive contingency. The contingencies liabilities are only disclosed unless possibility of its realization is remote.

Fair value of unquoted financial assets

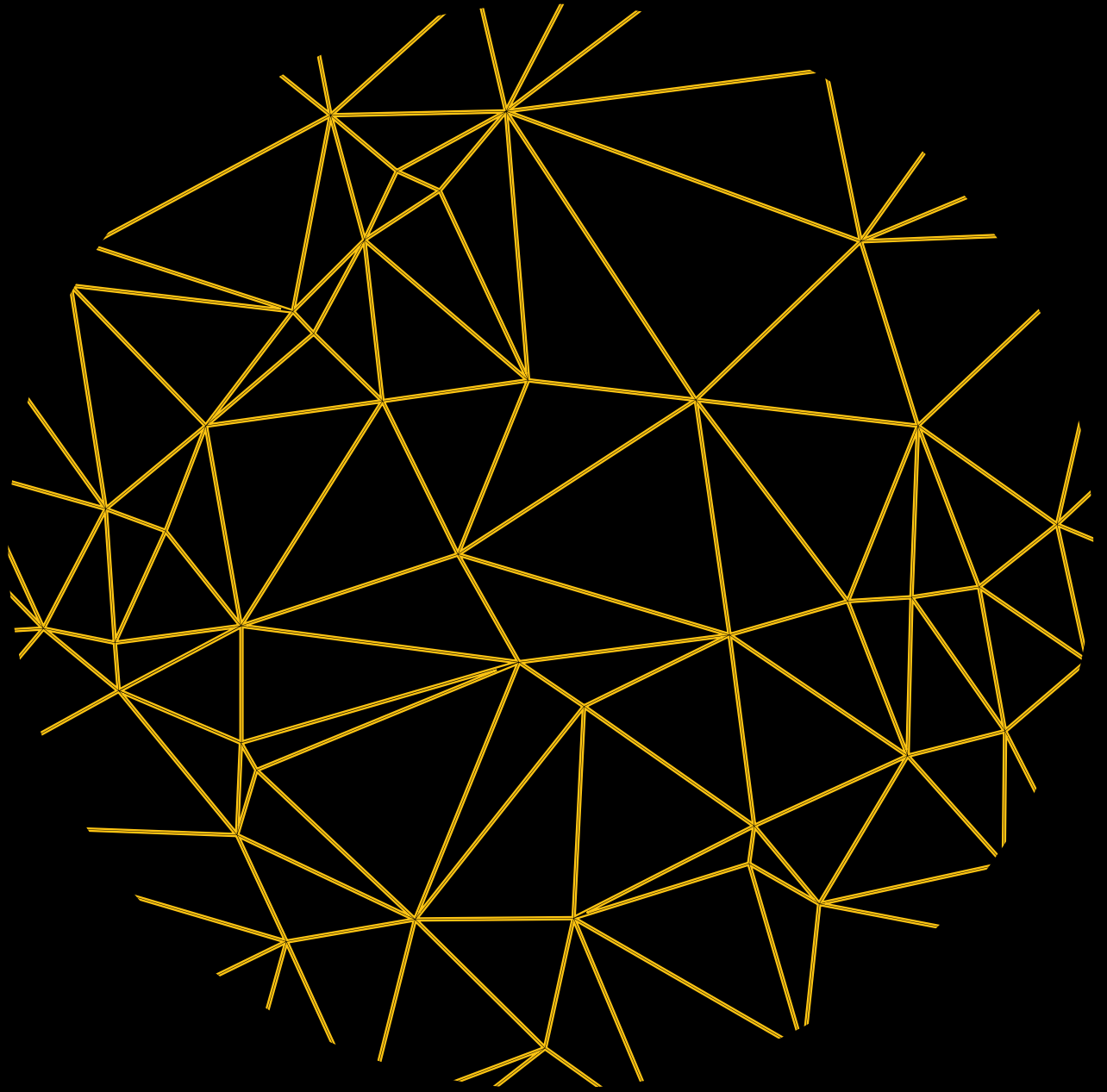
The fair value of unquoted financial assets was estimated on the basis of evaluation methods and theories whose results depend on the assumptions used. The economic situation in the financial markets, particularly in terms of liquidity, may influence the realization value of these financial instruments in some specific situations including alienation before of their maturity.

This includes Treasury Bills which are recorded at their acquisition cost, plus the respective premium or discount compared to nominal value as it is understood that this reflects the best approximation to its market value as it does not there is an active market quotation with transactions maturities of these titles are short (less than a year ago).

Profit Taxes

Current and deferred taxes were determined current tax legislation or in accordance with legislation already published for future application. Different interpretations tax legislation may influence the value of of taxes on profits. Tax Recognition deferred charges presupposes the existence of results and future taxable amount.

The Bank is subject to taxation in respect of Industrial Tax, being considered taxpayer a taxpayer Group A. The taxation of their income is made pursuant to paragraph 1 of Article 4 of Law no. 19/14 of 22 October, with the applicable tax rate 30% for the 2015 and 2014 financial years (Note 29). Angolan tax legislation allows losses to be can be used for up to 3 years.



3. Summary of results and key indicators

- 3.1. Cash from central bank
- 3.2. Availability in other credit institutions
- 3.3. Applications in central banks and other credit institutions
- 3.4. Investments at amortized cost
- 3.5 Financial Credit to Clients



BANCO SOL

O banco de todos nós

3.1. Cash and availabilities in Central Banks

As of 31st of December 2018 and 2017, the figures had the following composition:

	2018	2017
Cash:		
National banknotes and coins	12.375.779	8.512.225
Foreign Banknotes and coins		
In US Dollars	4.336.033	3.954.672
In Euros	478.337	453.961
In other currencies	43.236	31.546
	17.233.385	12.952.404
Demand deposits at the National Bank of Angola (BNA):		
In national currency	57.982.369	60.060.042
In US Dollars	4.330.890	3.968.902
	62.313.259	64.028.944
Total	79.546.644	76.981.348

Demand deposits with BNA in local currency comply with the current maintenance provisions reserves and are unpaid. On 31 December 2018, the compulsory reserves are cleared pursuant to the provisions of Instruction No. 10/2018 of 19 July and Directive No. 04 / DSP / DRO / 2018 of 19 July. As of December 31, 2017, they were determined pursuant to the provisions of Instruction No. 06/2017, of 1 December. The compulsory reserves are constituted in national and foreign currency, depending on the denomination of the liabilities constituting the its base of incidence.

As at 31 December 2018, the enforceability of maintenance of compulsory reserves was determined through of a coefficient of 17% on liabilities eligible in local currency and 15% in foreign currency. As of December 31, 2017, the maintenance requirement compulsory reserves has been established by applying a coefficient of 21% on eligible liabilities in local currency and 15% in foreign currency.

3.2. Availabilities with other Credit Institutions

As of the 31st of December of 2018 and 2017, the figures had the following composition:

	2018	2017
Availabilities at other credit institutions:		
Byblos Bank Europe, SA	17.695.207	8.045.727
Commerzbank	12.198.071	27.887.242
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	11.763.984	2.430.560
Visa Mastercard	8.556.773	2.596.876
Banco BPI	6.948.242	534.979
Millennium BCP	3.683.250	9.628
Visa Settlement	3.489.366	5.230.493
BIC Portuguese Bank	2.848.057	3.179.639
First National Bank, SA	24.592	11.964
Novo Banco	265	-
	67.207.807	49.927.108
Accumulated impairment losses	(416.430)	-
	66.791.377	49.927.108

	2018	2017
Credits of the payment system		
VISA and MASTERCARD compensation	1.060.638	633.259
Values Remittance	1.050.761	589.859
ATM's	148.203	136.927
Regulation of expired Kumbu Visa cards	-	-
MONEYGRAM compensation	184.484	76.331
Checks to collect	12.488	6.714
Others	22.405	162.025
	2.478.979	1.605.115

As of 31st December 2018 and 2017, the balance of caption "Cash at other credit institutions – Visa Settlement" includes mAKZ 997,941 and mAKZ 1,166,067, respectively, relating to deposits by the Bank under the so-called Visa Kumbu Card product.

VISA and MASTERCARD compensation at 31st December 2018 and 2017 refers to outstanding balances multi-box network, whose compensation will be following business day (s).

As of 31st December 2018 and 2017, demand deposits held with other credit institutions were not paid.

3.3. Applications in Central Banks and other Credit Institutions

The item under consideration at the end of 2018 and 2017 was as follows:

	2018	2017
Applications in foreign credit institutions		
Transactions Overseas	30.396.184	10.699.167
Receivable interests	77.547	666
Accumulated impairment losses	(28.030)	-
	30.445.701	10.699.833

As of December 31st, 2018 and 2017, liquidity investments, excluding interest on receivable, have the following structure by currency and average interest rate:

	2018		
	Average interest rate	Foreign Currency amount	Amount in AKZ
In US dollars	2,00%	49.788.021	15.364.954
In Euros	0,04%	42.579.520	15.031.230
			30.396.184

	2017		
	Average interest rate	Foreign Currency amount	Amount in AKZ
In kwanzas	0,00%	-	-
In US dollars	1,50%	4 012	665 743
In Euros	0,04%	54 118	10 033 424
			10 699 167

As of 31st December 2018 and 2017, liquidity investments, excluding interest receivable, presented following structure according to residual maturity:

	2018	2017
Up to 3 months	30.396.184	633.259
From three to six months	-	589.859
From six months to a year	-	136.927
	30.396.184	10.699.167

3.4. Amortized the Cost of Investments

As of the 31st of December of 2018 and 2017, the figures had the following following composition:

	Country	Currency	Nominal Value	Purchase cost
Treasury bonds in national currency:				
- Indexed to US Dollar	Angola	AKZ	94.662.240	93.760.567
- Not Readjustable	Angola	AKZ	19.250.200	18.512.851
Treasury bonds in foreign currency (USD):				
	Angola	USD	17.717.128	17.711.017
			131.629.568	129.984.435

	Country	Currency	Nominal Value	Purchase cost
Treasury bonds in national currency:				
- Indexed to US Dollar	Angola	AKZ	87.919.866	87.338.700
- Not Readjustable	Angola	AKZ	9.272.900	8.531.068
Treasury bonds in foreign currency (USD):				
	Angola	USD	9.744.716	9.741.431
			106.937.482	105.611.199

As of 31 December 2018 and 2017, the distribution of debt securities by index is as follows:

	2018		
	Balance Value		
	Fixed rate	Luibor 6M	Total
Treasury bonds in national currency:			
- Indexed to US Dollar	95.657.144	-	95.657.144
- Not Readjustable	19.101.269	-	19.101.269
Treasury bonds in foreign currency (USD):			
	17.087.895	397.208	17.485.103
	131.846.308	397.208	132.243.516

2018						
Prize / Discount run	Accrued interest	Balance Sheet Values	Impairment	Net Value	Average Rate	
373.122	1.523.455	95.657.144	-	95.657.144	7,57%	
298.029	290.389	19.101.269	-	19.101.269	12,00%	
2.954	57.971	17.771.942	(286.839)	17.485.103	5,01%	
674.105	1.871.815	132.530.355	(286.839)	132.243.516		

2017						
Prize / Discount run	Accrued interest	Balance Sheet Values	Impairment	Net Value	Average Rate	
205.703	1.302.026	88.846.429	-	88.846.429	7,33%	
103.228	70.311	8.704.607	-	8.704.607	12,00%	
3.076	34.157	9.778.664	-	9.778.664	4,62%	
312.007	1.406.494	107.329.700	-	107.329.700		

2017		
Balance Sheet Value		
Fixed rate	Luibor 6M	Total
88.846.429	-	88.846.429
8.704.607	-	8.704.607
9.337.436	441.228	9.778.664
106.888.472	441.228	107.329.700

As of December 31st, 2018 and 2017, the investments amortized cost have the following structure, as follows according to residual maturities:

	2018	2017
Up to three months	8.680.263	-
From three to six months	1.536.774	-
From six months to a year	-	-
From one to three years	73.717.234	45 324 442
From three to five years	35.244.553	40 154 143
Over six months	13.064.691	21 851 115
	132.243.516	107 329 700

3.5 Financial Credit to Clients

As of December 31st, 2018 and 2017, this caption is as follows:

		2018	2017
Uncovered Demand deposits:	In national Currency	6.626.055	2.010.736
	In foreign currency	145.429	71.634
		6.771.484	2.082.370
Loans	In national Currency	97.963.358	101.121.178
	In foreign currency	10.648.814	6.174.710
		108.612.172	107.295.888
Other Loans	In national Currency	71.859.042	63.739.130
	In foreign currency	229.951	608.220
		72.088.993	64.347.350
Total Credit winning		187.472.649	173.725.608
Overdue Loans and interests	Interests and Capital	5.210.494	1.476.634
Total Loan Granted		192.683.143	175.202.242
Income from granted loan		17.422.645	14.929.424
		210.105.788	190.131.666
Loan Impairment		(42.984.415)	(16.672.458)
		167.121.373	173.459.208

The structure of the customer loan portfolio in 2018 and 2017 is as follows:

		2018	2017
Companies	Foreign Currency		
	Loans	13.433.220	7.931.887
	Advances to depositors	32.217	14.122
	National Currency		
	Loans	88.276.489	111.976.334
	Guaranteed current accounts	67.151.778	37.363.397
	Advance to depositors	4.466.739	1.099.052
	Microloan	69.642	106.931
		159.964.648	150.545.714
	Total loan to companies	173.430.085	158.491.723
Individuals	Foreign Currency		
	Housing	229.947	167.371
	Advance to depositors	112.596	57.513
	Other Loans	982.106	537.809
		1.324.649	762.693
	National Currency		
	Housing	6.766.676	20.815.668
	Consumption	2.278.995	2.193.923
	Microloan	2.488.576	1.336.945
	Advance to depositors	1.225.517	911.684
	Other Loans	22.591.290	5.619.030
		35.351.054	30.877.250
	Total loan to individuals	36.675.703	31.639.943
Total Customers loans	210.105.788	190.131.666	
Impairment to credit risk	(42.984.415)	(16.672.458)	
	167.121.373	173.459.208	

The movement in impairment of loans to customers, occurred in 2018 and 2017, was as follows:

	2018	2017
Balance on January 1 st	16.672.458	13.662.676
Adoption of IFRS 9 (January 1 st 2018)	703.165	-
Appropriation for the financial year	28.621.343	4.349.713
Replacements and Cancellations	(2.835.470)	(1.339.931)
Impairment Usage	-	-
Exchange differences	(177.081)	-
Balance on 31 st of December	42.984.415	16.672.458

Summary of results and key indicators

As of December 31, 2018 and 2017, the largest customer of Bank's credit represented 17.40% and 7.10% of the total loan portfolio of credit respectively. Additionally, the set of the Bank's twenty largest clients represented, in those approximately 59.8% and 61.10% of the loan portfolio, respectively.

As of December 31, 2018 and 2017, the credit granted to customers, excluding advances to depositors, matured interest at the average annual rate of 16.44% and 14.96%, respectively, for credit in local currency and 10.44% and 8.46%, respectively, for credit expressed in foreign currency.

As at December 31, 2018 and 2017, the credit granted to Bank related entities amounted to mAKZ 23,377,533 and mAKZ 32,727,146, respectively (Note 29).

On December 31, 2018 there are financing guaranteed by financial instruments, in particular by Debt Instruments issued by the Angolan State, whose value amounts to about 26.9 billion Kwanzas.

During 2018 and 2017, no amounts were received by donation in fulfillment any real assets associated with customer defaults.

In December 31st, 2018 and 2017, the operations of granted subject to changes in contractual conditions have the following composition:

	2018			
	Loans			Impairment
	Winning	Overdue	Total	
Companies	34.456.878	2.247	34.459.125	(8.107.114)
Individuals				
Housing	26.466	-	26.466	(4.988)
Consumption	133.167	-	133.167	(8.993)
Other Purposes	3.096.169	205.003	3.301.172	(143.507)
	3.255.802	205.003	3.460.805	(157.488)
	37.712.680	207.250	37.919.930	(8.264.602)

	2017			
	Loans			Impairment
	Winning	Overdue	Total	
Companies	30.250.047	1.590	30.251.637	(4.158.598)
Individuals				
Housing	-	136.038	136.038	(304.039)
Consumption	225.715	1.605.287	1.831.002	(10.400)
Other Purposes	62.070	1.003.131	1.065.201	(243.627)
	287.785	2.744.456	3.032.241	(558.066)
	30.537.832	2.746.046	33.283.878	(4.716.664)

The breakdown of customer loans and impairment according to the individual and collective analysis, as of December 31, 2018 and 2017, was as follows:

2018						
Winning Loan	Default Class				Total	
	Loan overdue up to 30 days	Loan Overdue between 30 to 90 days	90 to 180 day loans overdue	More than 180 days loans Overdue		
With impairment attributed based on individual analysis						
Client Loans	180.989.544	2.641.164	83.800	54.431	129.748	183.898.687
impairment	(41.093.500)	(27.809)	(5.567)	(544)	(6.683)	(41.134.103)
	139.896.044	2.613.355	78.233	53.887	123.065	142.764.584
With impairment attributed based on collective analysis						
Credit Loans	23.976.602	1.282.250	259.039	213.596	475.614	26.207.101
impairment	(1.306.720)	(42.231)	(5.445)	(129.357)	(366.559)	(1.850.312)
	22.669.882	1.240.019	253.594	84.239	109.055	24.356.789
	162.565.926	3.853.374	331.827	138.126	232.120	167.121.373

2017						
Winning Loan	Default Class				Total	
	Loan overdue up to 30 days	Loan Overdue between 30 to 90 days	90 to 180 day loans overdue	More than 180 days loans Overdue		
With impairment attributed based on individual analysis						
Client Loans	178.128.493	417.357	41.636	156.628	126.322	178.870.436
impairment	(16.095.646)	(126.016)	(26.462)	(43.641)	(70.318)	(16.362.083)
	162.032.847	291.341	15.174	112.987	56.004	162.508.353
With impairment attributed based on collective analysis						
Credit Loans	10.526.539	348.938	109.413	83.324	193.016	11.261.230
impairment	(147.104)	(97.727)	(23.829)	(3.233)	(38.482)	(310.375)
	10.379.435	251.211	85.584	80.091	154.534	10.950.855
	172.412.282	542.552	100.758	193.078	210.538	173.459.208

It should be noted that, according to the Bank's policy, a credit is considered a total default, either in the overdue or in default, when the customer defaults on the payment of any installment principal or interest is overdue past 30 days.

Summary of results and key indicators

As of the 31st December 2018 and 2017, loans granted to customers, disaggregated by rating levels practiced by the Bank, in accordance with Notice 11/2014, of 17th December, concerning specific requirements for credit operations, are as follows composition:

Rating Source	Level rating	2018		
		Gross Exposure	Impairment	Net Exposure
Clients Loans				
Internal Rating	Minimum	2.384.370	(73.803)	2.310.567
	Very Low	167.329.561	(31.988.589)	135.340.972
	Low	9.457.409	(785.182)	8.672.227
	Moderate	9.681.543	(1.352.325)	8.329.218
	High	621.100	(200.763)	420.337
	Very high	3.538.695	(781.336)	2.757.359
	Maximum	17.093.110	(7.802.417)	9.290.693
			210.105.788	(42.984.415)

Rating Source	Level rating	2017		
		Gross Exposure	Impairment	Net Exposure
Clients Loans				
Internal Rating	Minimum	1.584.175	(64.615)	1.519.560
	Very Low	158.644.449	(5.710.481)	152.933.968
	Low	191.466	(58.101)	133.365
	Moderate	3.014.905	(2.094.829)	920.076
	High	5.604.080	(1.854.353)	3.749.727
	Very high	7.527.572	(3.012.173)	4.515.399
	Maximum	13.565.019	(3.877.906)	9.687.113
			190.131.666	(16.672.458)

On December 31st, 2018, the detail of loans to customers, including guarantees, according to the credit risk categories (Stage 1, Stage 2 and Stage 3) is as follows:

	2018							
	Exhibition				Impairment			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Clients Loans	47.778.991	101.235.167	61.091.631	210.105.788	1.833.001	10.786.535	30.364.879	42.984.415
Provided Guarantees	40.879.416	18.435.925	11.141.462	70.456.803	1.084.297	433.238	434.129	1.951.664
	88.658.407	119.671.092	72.233.092	280.562.591	2.917.298	11.219.773	30.799.008	44.936.079

Summary of results and key indicators

On December 31st, of 2018 and 2017 the sector concentration of loans for clients, provided guarantees and impairment had the following structure:

	2018						
	Credito a Clientes		Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição Total
Companies							
Services	87.458.327	86.362	35.227.874	122.772.563	43,8%	(30.836.957)	25,1%
Public Administration, Defense and Compulsory social Security	49.976.447	100.699	22.317.265	72.394.411	25,8%	(4.970.591)	6,9%
Wholesale trade and retail	13.366.309	13.185	1.920.553	15.300.047	5,5%	(3.160.056)	20,7%
Education	7.404.891	2.419.162	362.727	10.186.780	3,6%	(1.590.050)	15,6%
Construction	5.289.345	-	1.295.095	6.584.440	2,3%	(1.190.666)	18,1%
Extractive Industry and Processing	1.636.897	-	3.552.930	5.189.827	1,8%	(157.211)	3,0%
Transportation and communication	2.359.002	845	961.360	3.321.207	1,2%	(163.255)	4,9%
Agriculture, Animal Production Fisheries and Forestry	1.539.996	-	-	1.539.996	0,5%	(15.403)	1,0%
Health and Social Activities	506.724	-	-	506.724	0,2%	(30.081)	5,9%
Real State activities	174.724	1.005	65.224	240.953	0,1%	(19.905)	8,3%
Other purposes	1.084.324	11.841	4.739.021	5.835.186	2,1%	(264.302)	4,5%
	170.796.986	2.633.099	70.442.049	243.872.134	86,9%	(42.398.477)	17,4%
Particulares							
Housing	25.992.859	1.399.900	14.754	27.407.513	9,8%	(2.069.567)	7,6%
Consumption	6.449.340	548.068	-	6.997.408	2,5%	(297.993)	4,3%
Other Purposes	1.656.109	629.427	-	2.285.536	0,8%	(170.042)	7,4%
	34.098.308	2.577.395	14.754	36.690.457	13,1%	(2.537.602)	6,9%
	204.895.294	5.210.494	70.456.803	280.562.591	100,0%	(44.936.079)	16,0%

	2017						
	Crédito a Clientes		Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição Total
Companies							
Services	71.497.196	34.921	48.090.027	119.622.144	46,4%	(9.810.316)	8,2%
Public Administration, Defense and Compulsory social Security	1.768.045	-	-	1.768.045	0,7%	(43.583)	2,5%
Wholesale trade and retail	53.562.047	124.224	15.300.566	68.986.837	26,8%	(3.528.055)	5,1%
Education	1.150.245	3.486	-	1.153.731	0,4%	(24.929)	2,2%
Construction	17.075.335	1.325	86.836	17.163.496	6,7%	(1.604.809)	9,4%
Extractive Industry and Processing	7.021.535	12.083	86.269	7.119.887	2,8%	(217.100)	3,0%
Transportation and communication	4.443.466	-	1.419.343	5.862.809	2,3%	(533.761)	9,1%
Agriculture, Animal Production Fisheries and Forestry	1.031.237	211	395.967	1.427.415	0,6%	(41.270)	2,9%
Health and Social Activities	18.650	1.388	-	20.038	0,0%	(979)	4,9%
Real State activities	737.934	-	-	737.934	0,3%	(173.070)	23,5%
Other purposes	8.394	-	2.088.197	2.096.591	0,8%	(21.434)	1,0%
	158.314.084	177.638	67.467.205	225.958.927	87,7%	(15.999.306)	7,1%
Particulares							
Housing	20.642.150	414.407	-	21.056.557	8,2%	(1.375.599)	6,5%
Consumption	1.034.126	232.477	-	1.266.603	0,5%	(111.749)	8,8%
Other Purposes	8.664.672	652.112	27.377	9.344.161	3,6%	(34.997)	0,4%
	30.340.948	1.298.996	27.377	31.667.321	12,3%	(1.522.345)	4,8%
	188.655.032	1.476.634	67.494.582	257.626.248	100,0%	(17.521.651)	6,8%

Summary of results and key indicators

On December 31, 2018 and 2017, the amounts relating to credit and impairment on the subject of restructuring operations by companies and individuals was as follows:

	2018			
	Loans			Imparidade
	Winning	Overdue	Total	
Companies	34.456.878	2.247	34.459.125	(8.107.114)
Individuals				
Consumption	26.466	-	26.466	(4.988)
Housing	133.167	-	133.167	(8.993)
Other purposes	3.096.169	205.003	3.301.172	(143.507)
	3.255.802	205.003	3.460.805	(157.488)
	37.712.680	207.250	37.919.930	(8.264.602)

	2017			
	Loans			Impairment
	Winning	Overdue	Total	
Companies	30.250.047	1.590	30.251.637	(4.158.598)
Individuals				
Consumption	-	136.038	136.038	(304.039)
Housing	225.715	1.605.287	1.831.002	(10.400)
Other purposes	62.070	1.003.131	1.065.201	(243.627)
	287.785	2.744.456	3.032.241	(558.066)
	30.537.832	2.746.046	33.283.878	(4.716.664)

The basic principles of the credit granting and credit impairment assessment policy can be summarized as follows:

– The granting of credit is subject to strict procedures that ensure compliance with the defined strategy and the rules established by the Supervision of the National Bank of Angola;

– In the credit risk assessment process, the aspects considered intend to analyze the various components of Credit Risk, by identifying the marginal impact of each credit, namely by sector (sector and / or country exposure) and client. (economic and financial stability and collateralization);

– With a view to enhancing mitigation effects, particularly with regard to the reduction of credit risk losses, the Board of Directors has betting on the consolidation of the control environment, in accordance with its prudent risk profile.

When considering Credit Risk, the main aspects to evaluate are:

- a. In terms of default / counterparty:
 - i. Level and trend of non-performing loans;
 - ii. Default by counterparties to the financial system;

iii. Degree of accounting recognition of accumulated impairment

b. In terms of concentration:

i. Concentration on a limited number of counterparties, or excessive exposure to business sectors and / or countries;

ii. High number of borrowers for which the Bank is the largest creditor;

iii. Exposure concentration at certain maturities.

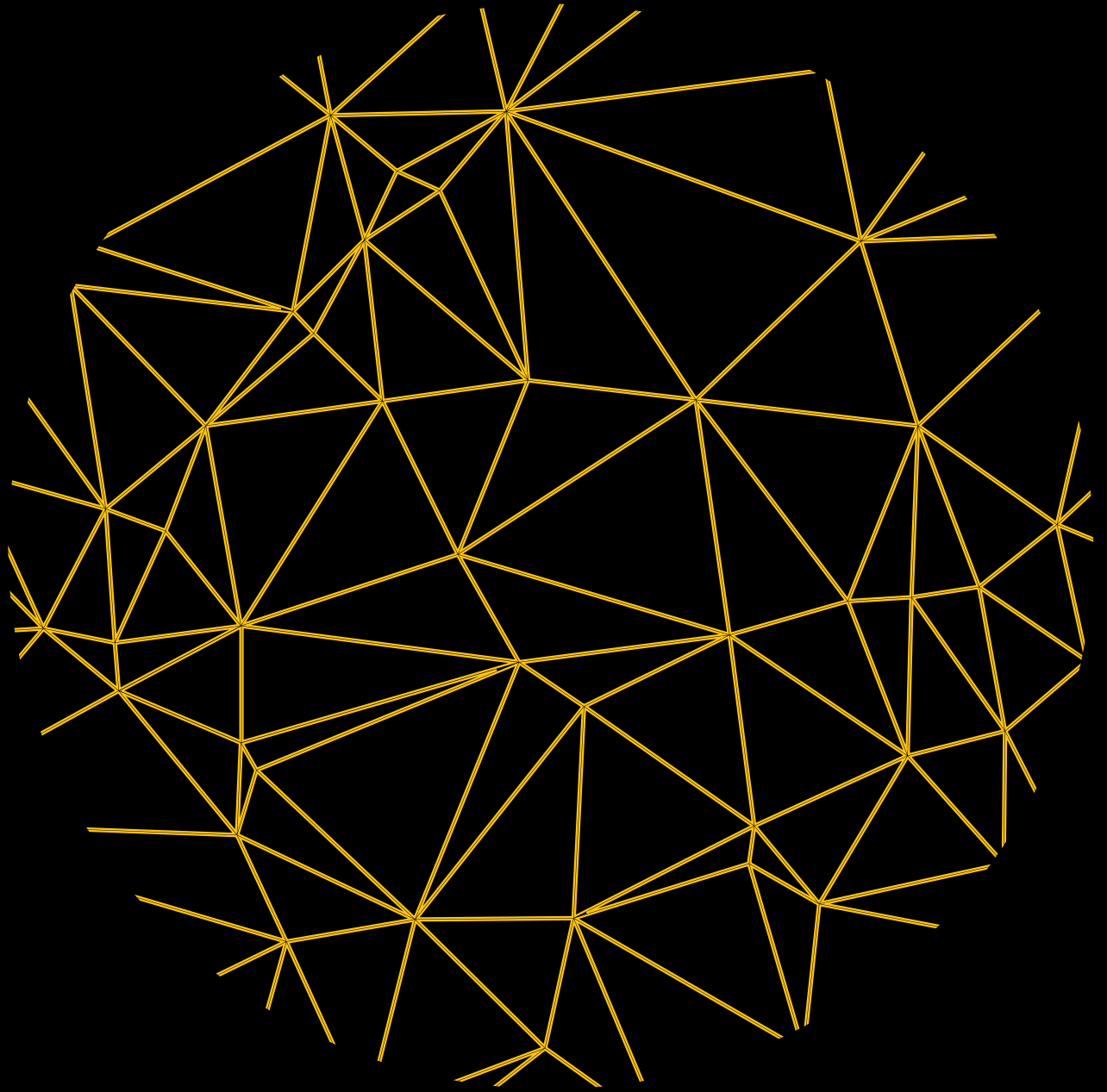
Credit assets have a strong focus on monitoring. The size and typology of its operations lead to significant levels of concentration, which deserve special attention at risk management level across the board.

Thus, the defined tolerance levels go through:

a. create extraordinary action plans (follow-up / monitoring / recovery) for overdue loans with an increase of more than 5% over the previous year;

b. Prohibit credit for risk remuneration (by type / amount) below the interest rate equivalent to the 90-day Luibor rate;

c. Prohibit credit when exposure to a particular entity exceeds 25% of own funds.



4. Economic and financial environment

- 4.1. Other tangible assets and intangible assets
- 4.2. Investments in Subsidiaries, associates and enterprises sets
- 4.3. Deferred tax assets
- 4.4. Other assets
- 4.5. Resources of Central Banks and other Credit Institutions
- 4.6. Customer resources and other loans
- 4.7. Responsibilities Represented by Shares
- 4.8. Provisions
- 4.9. Subordinated liabilities
- 4.10. Other Liabilities
- 4.11. Capital
- 4.12. Net Interest Income
- 4.13. Revenue from Services and Commissions
- 4.14. Charges with Services and Committees
- 4.15. Exchange Results
- 4.16. Other Exploration Results
- 4.17. Staff Expenses
- 4.18. External Supplies and Services
- 4.19. Charges on the Outcome



BANCO SOL

O banco de todos nós

4.1. Other tangible assets and intangible assets

The changes in the caption of other tangible assets, intangible assets and ongoing during the 2018 and 2017 financial years was as follows:

	Balance on 31-12-2017			Increases
	Gross Value	Accumulated Depreciation	Net Value	
Other tangible assets				
Buildings in use	25.388.720	(1.900.165)	23.488.555	3.404.255
Furniture, utensils, facilities and equipment	13.939.437	(6.704.441)	7.234.996	1.818.782
Ongoing Assets	4.832.817	-	4.832.817	1.926.486
	44.160.974	(8.604.606)	35.556.368	7.149.523
Intangible assets				
Automatic data processing system	1.242.017	(1.079.318)	162.699	369.841
Trespassing	550.358	(550.358)	-	-
	1.792.375	(1.629.676)	162.699	369.841
	45.953.349	(10.234.282)	35.719.067	7.519.364

	Balance on 31-12-2016			Increases
	Gross Value	Accumulated Depreciation	Net Value	
Other tangible assets				
Buildings in use	19.304.571	(1.688.859)	17.615.712	3.595.847
Furniture, utensils, facilities and equipment	10.528.951	(4.515.776)	6.013.175	4.156.977
Ongoing Assets	4.701.542	-	4.701.542	1.873.086
	34.535.064	(6.204.635)	28.330.429	9.625.910
Intangible assets				
Automatic data processing system	1.164.990	(832.913)	332.077	77.027
Trespassing	550.358	(550.358)	-	-
	1.715.348	(1.383.271)	332.077	77.027
	36.250.412	(7.587.906)	28.662.506	9.702.937

2018						
Transfers	Regularizations and disposals		Yearly Depreciation	Sales in 31-12-2018		
	Gross Value	Depreciation		Gross Value	Average Rate	Net Value
1.279.186	-	-	(1.005.198)	30.072.161	(2.905.363)	27.166.798
355.261	-	(23.620)	(1.814.282)	16.113.480	(8.542.343)	7.571.137
(1.634.447)	-	-	-	5.124.856	-	5.124.856
-	-	(23.620)	(2.819.480)	51.310.497	(11.447.706)	39.862.791
-	-	-	(150.467)	1.611.858	(1.229.785)	382.073
-	-	-	-	550.358	(550.358)	-
-	-	-	(150.467)	2.162.216	(1.780.143)	382.073
-	-	(23.620)	(2.969.947)	53.472.713	(13.227.849)	40.244.864

2017						
Transfers	Regularizations and disposals		Yearly Depreciation	SalDOS em 31-12-2017		
	Gross Value	Depreciation		Gross Value	Average Rate	Net Value
2.488.302	-	-	(211.306)	25.388.720	(1.900.165)	23.488.555
(746.491)	-	-	(2.188.665)	13.939.437	(6.704.441)	7.234.996
(1.741.811)	-	-	-	4.832.817	-	4.832.817
-	-	-	(2.399.971)	44.160.974	(8.604.606)	35.556.368
-	-	-	(2.399.971)	1.242.017	(1.079.318)	162.699
-	-	-	-	550.358	(550.358)	-
-	-	-	(246.405)	1.792.375	(1.629.676)	162.699
-	-	-	(2.646.376)	45.953.349	(10.234.282)	35.719.067

On December 31, 2018 and 2017, there were no real estate revalued own use. There, on December 31, 2017, in the Capital a valuation allowance of AKZ 301 233 value, the result of monetary revaluation carried out in the past alluded to the notes 2.4 and 2.9. The depreciated cost of fixed assets of the bank incorporates this appreciation which was assumed as the considered cost dated of January 1, 2015.

On December 31, 2018 and 2017, sub-heading of the “current assets” was as follows:

	2018	2017
Expenses incurred with branches to be inaugurated	2.806.401	2.331.226
Miscellaneous furniture	1.678.136	1.760.480
Electrical equipment	364.930	482.224
Informativ equipment	275.389	168.428
Other fixed assets in progress	-	90.459
	5.124.856	4.832.817

On December 31st, 2018 and 2017, the balance of items “Miscellaneous furniture” and “Computer equipment” refer to the acquisition of furniture and computer equipment, respectively, for allocation to future branches of the Bank, whose inauguration is scheduled take place in the next Exercises.

During the years of 2018 and 2017 exercises, the main investments made by the Bank in terms of other tangible and intangible assets corresponded mainly to works carried out in branches (property) of third parties and the purchase of computer equipment:

4.2. Investments in Subsidiaries, associates and enterprises sets

On December 31, 2018 and 2017, this caption has the following composition:

	2018	2017
Investments in other companies:		
In the country	1.863.029	2.135.599
Abroad	167.538	87.989
	2.030.567	2.223.588
Other investments:		
In the country	5.100	4.407
	2.035.667	2.227.995
Impairment	(648.724)	(569.175)
	1.386.943	1.658.820

On December 31, 2018 and 2017, the Bank had the following investments recorded at cost:

Subsidiary
Other tangible assets
EMIS - Interbanking Services companies, S.A.
BVDA - Stock exchange and derivatives Angola
SOPRI'S - Angolan Mall Promotion Society, S.A.
Insurance SOL
Participation of other companies abroad
Galilei, SGPS, S.A.
Onther investments in the country
Sodecom, S.A.
Suninvest, S.A.
SOL Viagens

Porated in Angola with the function of managing electronic means and payments, as well as providing complementary services. December 31st 2018 and 2017, the Bank holds a holding of 3.08% in the capital of this company.

SOPRO'S was incorporated in Angola with the function of mall management and operation. On December 31, 2018 and 2017, the Bank holds an 8% interest in the capital of this company. The movement that occurred in the period mAKZ 414,398 runs on all supplies by the Bank.

In 2007, the Bank acquired an interest in corresponding to 1,419 shares in the capital stock Securities and Derivatives of Angola, S.A. for the amount of AKZ 14,255.

SOL Seguros, incorporated on May 31, 2016 in Angola, has as its object the provision of services in the life and non-life insurance, co-insurance, reinsurance and all services related activities, with extensions permitted by law and in the manner in which it is authorized.

SOL Seguros is 100% owned by Banco SOL.

The amount at the end of 2018 of mAKZ 971,853 results in the realization of the capital stock being the amount of interest calculated using the equity method patrimonial. Galilei,

SGPS, S.A. is a holding company constituted by public deed of 11 December to September 1998 under the name "SLN – Sociedade Lusa de Negócios, S.A.," having as its objective the management of shareholdings in other companies as an indirect form engaging in economic activities. This amendment of the company name took place on 20 July 2010. According to information obtained this subsidiary entered into liquidation in August 2016.

Impairment movements in subsidiaries associated with and joint ventures in 2018 and 2017, was as follows:

	2018	2017
Balances on January 1 st	569.175	422.563
New shares	-	-
Appropriations for the year	-	146.603
Impairment uses	-	-
Exchange difference	79.549	9
	648.724	569.175

Headquarters	Activities	Currency	Shared Capital (in thousands)	% of Shares	2018	2017
Luanda	Bank Services	AKZ	1.116.812	3,08%	124.631	124.631
Luanda	Financial services	AKZ	1.343.000	0,95%	14.255	14.255
Luanda	Management and Operation of Shopping Centers	AKZ	n.d.	8,00%	752.291	337.893
Luanda	Insurance activity	AKZ	1.658.820	100,00%	971.853	1.658.820
					1.863.030	2.135.599
Lisboa	Financial services	EUR	470.925.000	0,07%	167.537	87.989
					2.030.567	2.223.588
					4.000	4.000
					-	407
					1.100	-
					5.100	4.407
					2.035.667	2.227.995

Economic and financial environment

The latest available financial information of the affiliates is as follows:

Associate	Currency	Net As-sets	Own capital	Net In-come	Statement Value
Galilei, SGPS, S.A. (**)	mEUR	434.838	51.416	(947)	-
EMIS - Interbanking services company, S.A. (*)	mEUR	5.595.471	1.551.051	32.813	-
SOPROS - Angolan Society to promote malls, S.A. (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	415.090
BVDA - Derivatives Stock exchange (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	-
Sodecom, S.A. (***)	mEUR	n.a.	n.a.	n.a.	-
SOL Insurance (****)	mEUR	1.482.199	971.853	(1.029.373)	971.853
Participações em outras sociedades no estrangeiro					1.386.943

Galilei, SGPS, S.A.

n.a. - non-applicable / available

(*) - Values reported in December of 2015

(**) - Values reported in December of 2014

(***) - informação não disponível

(****) - Values reported in December of 2018

On December 31, 2018 and 2017, for the subsidiary EMIS - Interbank Company SA Services BVDA - Stock Exchange and Derivatives of Angola Galilei SGPS, SA, there were no receivables and payables between the Bank and such subsidiaries.

4.3. Deferred Tax Assets

The deferred tax assets at the end of December 31, 2018 and 2017, amounting to AKZ 1,534,026 and tAKZ 918,092, relate to costs with provisions that are not fiscally accepted, constituting deductible temporary differences.

4.4. Other Assets

On December 31, 2018 and 2017, this caption is as follows:

	2018	2017
Debtors:		
Other Applications - General Government		
. Circulation tax	1.732	964
. Others	4.888.483	3.571.456
Other Applications - Private Sector		
. Advances to suppliers	1.172.929	697.322
	6.063.144	4.269.742
Deferred cost expenses:		
Employee Sharing - Real Estate Acquisition	142.603	254.479
Incomes and rents	478.064	350.718
Others	19.863	103.497
	640.530	708.694
Other active accruals:		
. Cashier failures	124.384	64.927
. Suspended costs	3.557.573	11.813.694
. Others	40.545	37.032
	3.722.502	11.915.653
Others	41.494	83.652
	41.494	83.652
	10.467.670	16.977.741

On December 31st of 2018 and 2017, the balance for "Debtors - Other investments - General government - Traffic tax" refers to motor vehicle circulation stamps issued by the Angolan State, which are traded by the Bank. These stamps are purchased at a discount and are recorded at their sale value. The difference between this and the acquisition cost is recorded as deferred income and is from the date of acquisition to the date of sale to the public of such stamps, regardless of the sales that the Bank may make.

On December 31st of 2018 and 2017, the balance of "Debtors - Other investments - General government - Other" includes the amount of 2,127 thousand mAKZ and 2,607 thousand mAKZ, respectively, related to commissions charged to the Port of Luanda Customs scope of services

rendered by the Bank at the level of revenue collection. As of December 31, 2018 and 2017, this caption also includes mAKZ 889 thousand mAKZ and 964 thousand mAKZ, respectively referring to commissions charged in connection with services rendered at the level of collection of customs revenues made at other branches of the Bank.

On December 31st of 2018 and 2017, the caption "Deferred cost expenses - Employee reimbursement - Real estate acquisition" corresponds to the Bank's reimbursement to some of its employees for the acquisition of their own housing in the so-called Solarium Vereda das Flores condominium. The contribution made by the Bank corresponded to 50% of the acquisition value of the properties, which is being recognized

in the income statement caption "Personnel costs - Other costs - Employee contributions" over the minimum period (10 years) during which the employee must be contractually linked to the Bank (Note 26). Additionally, during 2012, the Bank also decided to fully reimburse air conditioning and heating equipment kitchen in the abovementioned dwellings in the total amount of mAKZ 237,402. These additional expenses are being amortized over a period of 10 years if the employee ceases to work before the minimum period mentioned above, he / she shall be liable to the Bank for the contribution awarded.

As at 31 December 2018, the caption "Other assets settlement accounts - Costs in suspense" includes the amount of mAKZ 1,123,315 related to outstanding settlement transactions with correspondents, which are currently being analyzed by the services. Bank and whose regularization should take place during the following.

On December 31st, 2017, the caption "Other Settlement Accounts - Suspended Cost" includes the amount of mAKZ 1,403,744, relating to payments made by Banco Sol on behalf of third parties, which are expected to be settled during 2018. In addition, on 31 December As of 2017, mAKZ 10,152,038 correspond to captives of cash and cash equivalents recorded here, which will be offset by settlement of open items. They result from CDIs whose settlement occurred with the counterparty, but the settlement movement did not occur at the Bank

4.5. Resources of Central Banks and other Credit Institutions

On December 31, 2018 and 2017, this caption has the following composition:

	2018	2017
Central Bank and OIC Resources	49.871.721	54.142.994
Payment system obligations	7.962.575	4.222.043
	57.834.296	58.365.037

The amounts above are decomposed as follows:

	2018	2017
Funds from credit institutions in the country:		
Development Bank of Angola	47.500.000	2.800.000
Prestigio Bank	-	2.300.000
Keve	-	2.000.000
BFA	-	1.000.000
BAI	-	8.500.000
BCA	-	2.000.000
National Bank of Angola	-	35.215.970
	47.500.000	53.815.970
Interest payable	2.371.721	327.024
	49.871.721	54.142.994
Relations between institutions:		
Clearing Checks and Other Documents		
Certified checks	360.114	373.451
Checks payable	24.684	24.684
Other operations pending settlement		
Mastercard Compensation	2.712.960	1.054.616
Expired VISA Cards	1.318.425	710.246
Compensation with VISA and EMIS	1.248.800	549.575
STC compensation	831.996	105.165
VISA Card Uploads	568.671	306.014
Securities settlement regularization	301.703	549.575
Canceled VISA	251.156	132.243
Urban property tax	122.944	113.659
Other operations	221.122	302.815
	7.962.575	4.222.043
	57.834.296	58.365.037

On December 31st, 2018 the "Funds from credit institutions in the country" bear interest at an average rate of 20.09%.

4.6. Customer Funds and other loans

On December 31, 2018 and 2017, these headings are as follows:

	2018	2017
Current Accounts	230.395.193	208.999.364
Term Deposits	169.609.149	145.535.201
Other deposits	2.660.563	1.366.919
Interest payable	3.359.576	3.365.124
	406.024.481	359.266.608

What has been detailed by currency and sector as follows:

	2018	2017
Deposits at Resident Order:		
In local currency		
Public sector	1.023.728	1.634.691
Companies	146.956.471	123.760.020
Individuals	48.582.440	44.957.561
	196.562.639	170.352.272
In foreign currency		
Public sector	182.659	781.767
Companies	19.248.016	29.731.635
Individuals	14.389.479	8.051.063
	33.820.154	38.564.465
Demand deposits of non-residents		
In local currency	982	29.925
In foreign currency	11.418	52.702
	12.400	82.627
Total Demand Deposits	230.395.193	208.999.364
Resident term deposits:		
In local currency		
Public sector	1.020.105	1.269.672
Companies	92.027.871	81.097.436
Individuals	18.972.690	13.965.722
	112.020.666	96.332.830

In foreign currency		
Public sector	-	-
Companies	45.538.471	43.112.085
Individuals	12.050.012	6.090.285
	57.588.483	49.202.370
Demand deposits of non-residents		
In local currency	-	-
In foreign currency	-	-
Total Time Deposits - Capital	169.609.149	145.535.200
Interest payable	3.359.576	3.365.124
Total time deposits	172.968.725	148.900.324
Other deposits		
VISA cards Kumbu	2.026.544	1.166.067
Protocol agricultural campaign	167.610	167.610
BDA Protocol	-	31.707
Others	466.409	1.535
Other deposits	2.660.563	1.366.919
Total customer deposits	406.024.481	359.266.608

On December 31, 2018 and 2017, the caption "Other deposits - Visa Kumbu Cards" includes the amounts deposited by the Bank's customers in the context of shipments made at the level of VISA "Kumbu" cards.

As at 31 December 2017, the caption "Other deposits - BDA Protocol" refers to the guarantee fund deposited with the Bank under the Protocol entered into with the Development Bank of Angola ("BDA") for the purpose of conducting credit operations. micro credit to support small and medium farmers.

Under the financial agreement concluded between the Ministry of Finance and the Bank, dated 28 July 2005, regarding the availability of financial resources to ensure the implementation of a micro credit grant program, the interest rate associated with the financing of the program corresponded to 21% (16% directly supported by the Ministry of Finance and 5% by their clients).

On December 31, 2018 and 2017, the caption "Other deposits - agricultural campaign Protocol" refers to deposits by the Ministry of Finance to address the subsidization of the above interest rate.

On December 31st, of 2018 and 2017, time deposits from customers, excluding the related interest payable, had the following structure by currency and average interest rate:

	2018			2017		
	Interest rate	Currency Amount	Currency in mAKZ	Interest rate	Currency Amount	Currency in mAKZ
In Angolan Kwanza	12,55%	-	112.020.666	12,37%	-	96.332.830
In US Dollars	2,20%	175.081.878	54.032.060	2,40%	100.861.813	16.735.395
Indexed to Kwanzas	0,00001%	11.181.628	3.450.765	1,20523%	195.328.848	32.409.744
In Euros	0,03%	299.299	105.658	0,50%	309.195	57.231
		186.562.805	169.609.149		296.499.856	145.535.200

On December 31, 2018 and 2017, time deposits from customers, excluding interest payable, had the following structure according to residual maturity:

	2018	2017
Up until three months	105.373.720	27.085.580
From three to six months	23.350.251	91.514.898
from six months to a year	40.573.840	26.554.201
More than a year	311.338	380.521
	169.609.149	145.535.200

On December 31, 2018 and 2017, the majority of deposits to customers order were not paid, except for specific situations, defined according to the guidelines of the Board of the Bank.

4.7. Responsibilities Represented by Shares

On December 31st, 2018 and 2017, this caption had the following composition:

	2018	2017
Debt securities:		
Certificates of deposit		
In US dollars	4.717.410	10.376.884
Payable Interests	283.908	339.764
	5.001.318	10.716.648

On December 31st, 2018 and 2017, deposit certificates, excluding the related interest payable, had the following structure by currency and average interest rate:

	2018			2017		
	Interest rate	Currency Amount	Currency in mAKZ	Interest rate	Currency Amount	Currency in mAKZ
Debt securities:						
Certificates of deposit						
In US dollars	4,67%	15.286.138	4.717.409	5,00%	62.539.981	10.376.884
			4.717.409			10.376.884

On December 31, 2018 and 2017, certificates of deposit, excluding interest payable, had the following structure according to residual maturity:

	2018	2017
From three to six months	941.771	1.605.762
from six months to a year	630.543	7.342.329
More than a year	-	1.006.699
	4.717.410	10.376.884

These securities are remunerated at the agreed interest rate according to the subscription amount and repayment term. The full maturity of these bonds is 540 days, and they are amortized at par, at once, not being allowed the early repayment of the issue by customer initiative.

4.8. Provisions

On December 31, 2018 and 2017, this caption has the following composition:

	2018	2017
Provision for retirement and pension fund compensation	1.532.609	1.794.134
Provision for guarantees and commitments		
. Guarantees provided	281.597	488.478
. Documentary credits on imports	1.670.068	360.715
Provision for tax contingency	25.708	25.708
Other provisions	2.112.065	1.061.556
	5.622.047	3.730.591

The changes in provisions for the years ended December 31, 2018 and 2017 were as follows:

	2018					Balance on 12/31/2018
	Balance on the 12/31/2016	Reinforcement	Utilizations	Currency Revaluation	Replacements and cancellations	
Provision for retirement pension liabilities	1.794.134	-	-	-	(261.525)	1.532.609
Provision for warranties and commitments						
. Guarantees provided	488.478	-	-	-	(206.881)	281.597
. Documentary credits on imports	360.715	1.000.861	-	308.492	-	1.670.068
Provision for tax contingency	25.708	-	-	-	-	25.708
Other provisions	1.061.556	891.497	-	159.012	-	2.112.065
	3.730.591	1.892.358	-	467.504	(468.406)	5.622.047

	2017					Balance on 12/31/2018
	Balance on the 12/31/2016	Reinforcement	Utilizations	Currency Revaluation	Replacements and cancellations	
Provision for retirement pension liabilities	1.794.134	-	-	-	-	1.794.134
Provision for warranties and commitments						
. Guarantees provided	367.033	121.415	-	30	-	488.478
. Documentary credits on imports	164.724	195.962	-	29	-	360.715
Provision for tax contingency	25.708	-	-	-	-	25.708
Other provisions	772.598	288.958	-	-	-	1.061.556
	3.124.197	606.335	-	59	-	3.730.591

Economic and financial environment

On December 31st of 2018 and 2017, the balance of the caption "Provisions for retirement pension liabilities" includes the amounts of mAKZ 1,532,609 and mAKZ 1,794,134, respectively, referring to the estimated liability payable to the Pension Fund. from the Sun Bank.

As at December 31, 2018 and 2017, the caption "Other provisions" included the amounts of mAKZ 896,281 and mAKZ 461,988, respectively, to cover a number of items that were outstanding in the current deposit accounts held by the Bank. Banco Nacional de Angola and other credit institutions.

This caption also included, at 31 December 2018 and 2017, an amount of mAKZ 1,091,401 and mAKZ 555,517, respectively, to cover outstanding amounts in the caption "Other assets". As at 31 December 2018 and 2017, the above mentioned caption also included a provision for cash failures in the amount of mAKZ 124,684 and mAKZ 44,051, respectively.

In the Income Statement, the caption "Provisions net of cancellations", arises from the reinforcement made in the year in provisions for guarantees and commitments assumed, in other provisions and in financial provisions.

As mentioned in Note 2.6, as at 31 December 2018, the Bank had set aside a provision of mAKZ 1,532,609 mAKZ to cover the difference between the value of Banco Sol's Pension Fund at the date of plan change and the initial balance to be allocated to active participants on that date.

In 2017, the Bank requested the management company of Banco Sol's Pension Fund for an actuarial study on Banco Sol's employees' pension plan, with reference to 31 December 2017, with the objective of quantifying the liabilities associated with the Banco Sol as well as to determine the level of contribution to be made in that exercise. For the purposes of such actuarial valuation, in the absence of any other available information, the responsible Actuary used the official Angola mortality table (ANGV-2020P). As a result of that study, the Bank recorded a provision of mAKZ 1,794,134 to comply with the accounting policy. During 2017 there was no reinforcement of the contribution to the fund, maintaining the level of provision from 2016.

As of December 31, 2017, the past service liabilities associated with Banco Sol's Pension Fund amounted to mAKZ 2,580,593, for which the Bank had a Pension Fund amounting to mAKZ 786,459 and a provision made for the purpose of mAKZ 1,794,134.

The assumptions and technical bases used in the preparation of the study, as at 31 December 2017, were as follows:

	2017
Actuarial Method	Unit Credit Project
Mortality Board	ANGV – 2020P
Disability Board	Not used
Salary growth rate	1%
Interest rate	4%
Number of Employees	516

The reference currency and calculation of liabilities with Banco Sol Pension Fund was the Angolan Kwanza. Additionally, according to the Pension Fund's constitution agreement, the Bank is solely responsible for deciding whether or not to update pensions. On December 31, 2017, the Bank was not considering any pension update.

4.9. Subordinated Liabilities

On December 31, 2018 and 2017, this caption had the following composition:

	2018	2017
Guarantee Funds	1.365.003	733.900
Correspondents	7.261.002	1.735.511
Others	8.099	7.833
	8.634.104	2.477.244

On the 31st of December of 2018 and 2017, the balance of the "Guarantee Fund" were associated with a financial agreement entered into effect on the 28th of July of 2005 between Banco Sol, the Savings and Credit Bank ("BPC") and the respective promoter. The purpose of the convention was to provide financial resources to ensure the implementation of a micro-credit program for small and equivalent agricultural producers and consumer credit to teachers, nurses and other professionals in rural and sub-rural areas. by these banks. The amount was made available by the promoter of the program in cooperation with BPC and Banco Sol, amounting to USD 10,000,000, of which USD 8,000,000 would be for lending, USD 1,000,000 for microcredit and consumer credit. and the remainder to set up a guarantee fund for uncollectible credit coverage. Under the agreement, banks would charge interest at a rate of up to 8% with a grace period of not less than one year and no more than two, depending on the nature of the projects.

The amount intended for the granting of credit should be repaid by banks without interest. Reimbursement would be made in ten equal and consecutive half-yearly installments, the first of which should be paid within 24 months of disbursement.

During 2010, in view of the high levels of uncollectibility, the Bank used most of the "Guarantee Fund" (mAKZ 418.193) to settle the arrears of various creditors, which was replaced during 2014. In addition, the Bank is awaiting formal consent from the program sponsor.

4.10. Other Liabilities

On December 31, 2018 and 2017, this caption has the following composition:

	2018	2017
Resources linked to foreign exchange operations		
Resources in cash	6.244.652	1.002.933
Tax on bank transactions		
Special levy on bank transactions	-	-
Tax stamp	173.686	158.178
Others	373.481	85.627
Dependent income tax	194.452	80.472
Providers	629.117	960.322
Other creditors	1.220.569	771.166
Salaries and other remuneration:	603.261	887.169
Contribution to social security:		
Employer	43.202	41.393
Employees	16.201	15.522
Quotations	-	-
Other administrative costs:		
Warranty Awards	33.499	34.025
Others	11.358	151.868
	9.543.478	4.188.675

On December 31, 2018 and 2017, the “Suppliers” caption corresponded to services provided to the Bank by various entities, the settlement of outstanding amounts will occur in accordance with the contractually established dates.

On December 31, 2018 and 2017, the balance of “Other creditors” includes the amount AKZ 700 224 and 482 204 tAKZ, respectively, deferred income.

On December 31, 2018 and 2017, the caption “Salaries and other remuneration” is the holiday and holiday pay values whose right was acquired by employees in the respective years, and whose settlement occurred in 2018 and 2017, respectively.

4.11. Capital

Share capital

The Bank was incorporated with a capital of mAKZ 49,400 (equivalent to the equivalent of USD 4,000,000 at the date of incorporation), represented by 4,000,000 nominative shares of US \$ 1 each, which was fully subscribed and paid up in cash.

During 2005 and 2007, the Bank increased its share capital by mAKZ 89,204 and mAKZ 80,264, respectively (equivalent to USD 1,000,000), fully paid up in cash, to 6,000,000 nominative shares of one Dollar. American each.

Additionally, at the General Meeting of March 27, 2008, the Bank's capital increase from USD 6,000,000 to USD 14,811,070 equivalent was approved mAKZ 1,111,171.

By order dated 24 November 2010, of the Governor of the National Bank of Angola, the post-settlement regularization of Banco Sol's capital increase occurred in 2008 was authorized. However, the amount of said capital increase included in the Certificate Luanda's First National Registry Office, dated March 15, 2011, was not in agreement with the deliberation drawn up in the minutes of the Bank's General Meeting of Shareholders, nor with the respective ratification of the Governor of the National Bank of Angola.

Accordingly, on April 13, 2011, Banco Nacional de Angola again certified the total amount of the share capital increase deliberated at the General Meeting of 27 March 2008, with the Bank's share capital, after the increase made, for mAKZ 1,377,573 (equivalent to USD 18,362,013).

At the General Meeting of December 12, 2011, the par value of each share was set at AKZ 400.6, with the Bank's share capital being represented by 3,438,775 shares. That operation was registered on 23 March 2012 at the First Notary Office of the District of Luanda.

In order to comply with BNA's new normative instruction, which obliges commercial banks to disclose a share capital, equivalent in Kwanzas, to USD 25 million, the Bank decided at the General Meeting of April 11, 2014 to increase capital in mAKZ 3,622,460, the same represented by 3,550,000 shares with a par value of AKZ 1,406.46. This operation was registered on December 9, 2014 at the First Notary Office of Luanda, passing the Bank's share capital to mAKZ 5,000,033.

As a result of BNA Notice No. 02/2018 of 21 February, which established the minimum capital stock of Banking Financial Institutions at mAKZ 7,500,000, in 2018 the Bank increased

its share capital to mAKZ 10,000,000. through the incorporation of reserves and retained earnings, the same represented by 7,100,000 shares with a nominal value of AKZ 1,408.46.

Accordingly, as at 31 December 2018, the Bank's shareholder structure is as follows:

	Number of Shares	Percentage
Sansul, S.A.	3.621.000	51
Fundação Lwini	710.000	10
António Mosquito	449.430	6,33
Martal Trade Society	384.820	5,42
Azury, S.A.	384.820	5,42
Noé José Baltazar	384.820	5,42
Ana Paula dos Santos	384.820	5,42
Others with less than 5%	780.290	10,99
	7.100.000	100
Share capital		10.000.066.000
Nominal value per share		1.408,46

On December 31, 2018 and 2017, there were no shares with different rights.

Economic and financial environment

In compliance with paragraph 3 of Article 446 of Law No. 1/2004 of 13 February, which falls to the Companies Act, in which it is required that the members of the management and supervisory boards of public companies to disclose the number of shares and bonds they hold, we present below the equity shares held by members of the governing bodies:

Shareholders	Job title	Acquisition value	Number of Shares	%
Coutinho Nobre Miguel	Chairman of the Board of Directors	Nominal value	277.610	3,91

In accordance with the existing shareholder structure, earnings per share for 2018 and 2017 are AKZ 632.83 and AKZ 1,291.79, respectively.

By unanimous decision of the General Meeting of April 6, 2018, it was decided to apply the full amount of the results for 2017 under the caption "Retained earnings" and "Reserves and funds".

Legal reserve

Under current legislation, the Bank must set up a legal reserve fund until its capital is in competition. To this end, a minimum of 10% of the previous year's net income is trans-

ferred to this reserve. This reserve can only be used to cover accumulated losses when the remaining reserves have been exhausted.

Revaluation reserves of tangible assets

Correspond to revaluation reserves of fixed assets pending settlement, but probable realization under the terms of Decree-Law no. 6/96, of 26 January, to reflect the effect of the devaluation of the national currency.

4.12. Net Interest Income

For the years ended 31 December 2018 and 2017, these captions are as follows:

	2018	2017
Income assets financial instruments		
Bonds and other securities:		
. Held to maturity	68.419.370	8.545.035
. Kept for trading	-	854
Of interbank money market operations	116.322	145.257
Credits granted	20.555.318	22.468.139
	89.091.010	31.159.285
Costs of financial liabilities		
Customer deposits	17.582.105	12.968.375
Of interbank money market operations	10.622.734	5.233.870
	28.204.839	18.202.245
Financial margin	60.886.171	12.957.040

In 2018 and 2017, the item "Costs of financial instruments liabilities - of interbank money market operations" includes the amount of AKZ 617 621 and 878 869 tAKZ, respectively, related to IAC withholding on income from Treasury Bills and Treasury Bonds.

4.13. Revenue from Services and Commissions

In the years ended December 31, 2018 and 2017, this caption is as follows:

	2018	2017
Income from financial services provided		
Commissions received:		
. Electronic compensation (VISA and MASTERCARD)	2.675.626	1.213.959
. Credit Commissions	2.673.564	2.657.688
. By charging amounts	1.236.237	-
. TPA's Commissions	1.186.577	666.610
. By commitments to third parties	842.063	1.916.599
. Maintenance Costs	336.019	1.396.909
. Payroll Processing	154.353	143.428
. By guarantees and sureties	124.801	22.514
. By foreign exchange operations	79.113	1.192.302
. Other expenses	674.583	920.574
	9.982.936	10.130.583

4.14. Charges with Services and Committees

For the years ended December 31st, 2018 and 2017, this caption is as follows:

	2018	2017
Charges for Services Fees		
Commissions paid:		
For electronic compensation	995.722	629.248
For foreign exchange transactions	39.300	48.569
Other services	376.423	110.811
	1.411.445	788.628

4.15. Exchange Results

For the years ended December 31, 2018 and 2017, this caption is as follows:

	2018	2017
Revaluation Result	11.117.927	(6.891.205)
Income from foreign exchange operations	(13.835.951)	25.907.039
	(2.718.024)	19.015.834

4.16. Other Exploration Results

For the years ended December 31st, 2018 and 2017, the captions had the following composition:

	2018	2017
Taxes		
Special Contribution on Banking Transactions	-	(2)
Stamp tax	(132.453)	(14.521)
Urban property tax	(25.699)	(22.050)
Penalties imposed by regulatory authorities	(158.253)	(20.903)
Other income and expenses	1.263	(29.261)
	(315.142)	(86.737)

4.17. Staff Expenses

For the years ended December 31st, 2018 and 2017, this caption is as follows:

	2018	2017
Wages and salaries:		
. Compensation of employees	9.851.682	7.975.568
. Remuneration of management and supervisory entity	492.362	354.786
	10.344.044	8.330.354
Mandatory social charges:		
. Employees	509.589	417.521
Optional social charges:		
. Employees	586.619	338.401
	1.096.208	755.922
Other costs		
. Reimbursements - Employees	111.876	75.377
	111.876	75.377
	11.552.128	9.161.653

In the period ended December 31, 2018 and 2017, the caption "Other costs - Employee reimbursements" refers to the Bank's reimbursement to its employees for the acquisition of their own housing in the Condominio Solarium Vereda das Flores (Note 13).

As of December 31st, 2018 and 2017, the Bank's number of employees increased from 1,704 and 1,649, respectively.

4.18. External Supplies and Services

For the years ended December 31, 2018 and 2017, this caption is made up as follows:

	2018	2017
Specialized Services		
.Audits and consulting	3.157.990	3.812.229
.IT Services	2.236.086	1.306.009
.Security and surveillance	1.471.152	1.417.120
.ATM Maintenance Services	626.507	552.875
.Communication services	373.987	221.261
.Visa Card Services	289.347	83.280
.Other specialized technical services	2.357.677	1.416.676
Miscellaneous	3.267.130	2.429.108
Rentals	1.786.041	1.645.231
Transport, travel and stops	909.772	901.352
Publication, Publicity and advertising	667.868	374.256
Communications	449.058	249.780
Insurances	267.709	27.104
Working capital	155.896	136.276
Energy and Water	78.423	63.140
Other third party supplies	847.240	785.392
	18.941.883	15.421.089

In 2018 and 2017 the legend "Specialized Services – Auditing and Consulting" includes the amount of mAKZ 3.002.685 and mAKZ 3.182.229 related to consulting and partnership services established with suppliers in the scope of the bank's business strategy.

In 2018 and 2017, the legend "Specialized Services – IT Services" corresponds essentially to the costs of the computer equipment rental and its maintenance.

In 2018 and 2017 the caption "Rent" includes the amount of AKZ 829 620 and tAKZ 829,420 for the lease of seven floors of the building "Luanda Inn", located in Luanda, Maculusso Subdivision (Bank headquarters) started on 1 January of 2011.

In 2018 and 2017, the heading "Working capital" is the running costs incurred by the Bank's branches by using a ceiling assigned for this purpose.

4.19. Charges on the Outcome

The Bank is subject to industrial taxation under the terms of the tax law in force in Angola and is considered to be a Group A taxpayer. The applicable tax rate is 30%, pursuant to the changes introduced by Law no. No. 19/14 of October 22.

On December 31, 2018 and 2017, the reconciliation between accounting profit and profit for the calculation of industrial tax is as follows:

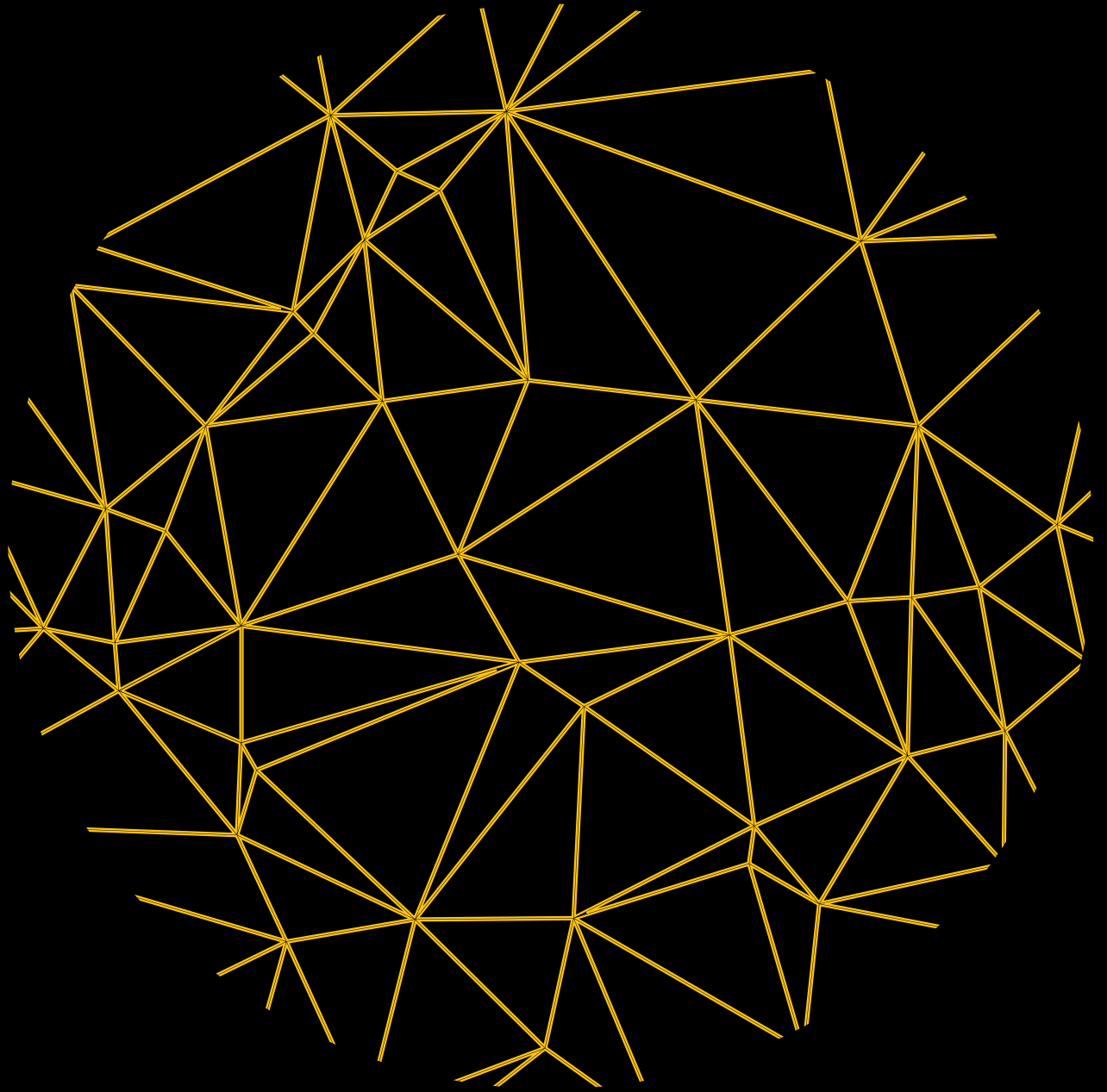
	2018	2017
Profit before taxes and other charges	4,548.719	9.059.922
Tax penalties (Article 40)	158.253	20.903
Other additions	1.155.744	1.448.694
Settlements:		
Income subject to IAC (Note 21)	9.890.855	8.064.155
Tax Profit / (Loss) 2018	(4.028.139)	2.465.364
Tax loss offset		
Nominal Tax Rate	30%	30%
Tax at the standard rate	-	1.509.636
Provisional Settlements	-	-
Tax payable	-	-
Deferred Tax Assets	338.875	(111.798)
Total taxes on results	338.875	(111.798)

In addition, pursuant to paragraph c) of paragraph 1 of Article 23 of the Industrial Tax Code, are not considered as income for purposes of determining the Industrial Tax payable, income that come from any securities of the Angolan public debt.

For the year ended December 31, 2018 and 2017, the Bank recorded deferred tax assets in the amount of AKZ 338 875 and 111 798 tAKZ, respectively, for the reinforcements made in provisions temporarily not accepted for tax purposes.

The tax authorities have the possibility to review the tax position of the Bank for a period of five years and may result due to different interpretations of tax law, any corrections to established taxes. Given the tax amnesty scheme, as regards the industrial tax IAC working tax revenue, stamp duty and tax.

Urban land, the tax authorities may review the tax position of the Bank for 2015 years to 2017. The Bank's Board of Directors believes that any additional assessments that may result from these revisions are not significant to the accompanying financial statements.



5. Summary of Activities of the Main Business areas

- 5.1. Disclosures related to financial instruments
- 5.2. Segment reporting
- 5.3. Balances and transactions with related parties
- 5.4. Currency Balance
- 5.5. Off-Balance Sheet Legends
- 5.6. Result of Discontinued and / or Discontinued Operations
- 5.7. Subsequent events
- 5.8. Application of IFRS 9 - Financial Instruments



BANCO SOL

O banco de todos nós

5.1. Disclosures Relating to Financial Instruments

In terms of financial instruments, the carrying value of assets and liabilities is stated as follows:

	Valued at Fair Value
Assets	
Cash and deposits at central banks	79.546.644
Deposits in other credit institutions	69.686.786
Applications at central banks and other credit institutions	-
Investments at amortized cost	-
Loans to customers	-
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	-
	149.233.430
Liabilities	
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	233.055.756
Responsibilities represented by titles	-
Subordinated liabilities	8.634.104
	299.524.156
	Valued at Fair Value
Assets	
Cash and deposits at central banks	76.981.348
Deposits in other credit institutions	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	-
Investments at amortized cost	-
Loans to customers	-
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	-
	128.513.571
Liabilities	
Resources from central banks and other credit institutions	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	210.366.283
Responsibilities represented by titles	-
Subordinated liabilities	2.477.244
	271.208.564

2018			
Valued at amortized cost	Valued at historical cost	Impairment	Net value
-	-	-	79.546.644
-	-	(416.430)	69.270.356
30.473.731	-	(28.030)	30.445.701
132.530.355	-	(286.839)	132.243.516
210.105.788	-	(42.984.415)	167.121.373
-	2.035.667	(648.724)	1.386.943
373.109.874	2.035.667	(44.364.438)	480.014.533
-	-	-	57.834.296
172.968.725	-	-	406.024.481
5.001.318	-	-	5.001.318
-	-	-	8.634.104
177.970.043	-	-	477.494.199
2017			
Valued at amortized cost	Valued at historical cost	Impairment	Net value
-	-	-	76.981.348
-	-	-	51.532.223
10.699.833	-	-	10.699.833
107.329.700	-	-	107.329.700
190.131.666	-	(16.672.458)	173.459.208
-	2.227.995	(569.175)	1.658.820
308.161.199	2.227.995	(17.241.633)	421.661.132
-	-	-	58.365.037
148.900.325	-	-	359.266.608
10.716.648	-	-	10.716.648
-	-	-	2.477.244
159.616.973	-	-	430.825.537

Summary of Activities of the Main Business areas

Broken down in charts another analytical breakdown of fair value measurements of financial instruments, assets and liabilities as of December 31, 2018 and 2017:

	Accounting book (Net)	In the balance sheet at fair value
Assets		
Cash and deposits at central banks	79.546.644	76.981.348
Deposits in other credit institutions	69.270.356	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	30.445.701	-
Investments at amortized cost	132.243.516	-
Loans to customers	167.121.373	-
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1.386.943	-
	480.014.533	128.513.571
Liabilities		
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	406.024.481	233.055.756
Responsibilities represented by titles	5.001.318	-
Subordinated liabilities	8.634.104	8.634.104
	477.494.199	299.524.156

	Accounting book (Net)	In the balance sheet at fair value
Assets		
Cash and deposits at central banks	76 981 348	76 981 348
Deposits in other credit institutions	51 532 223	51 532 223
Applications at central banks and other credit institutions	10 699 833	-
Investments at amortized cost	107 329 700	-
Loans to customers	190 131 666	-
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1 658 820	-
	438 333 590	128 513 571
Liabilities		
Resources from central banks and other credit institutions	58 365 037	58 365 037
Customer Resources and Other Loans	359 266 608	210 366 283
Responsibilities represented by titles	10 716 648	-
Subordinated liabilities	2 477 244	2 477 244
	430 825 537	271 208 564

2018					
Fair value of financial instruments		Distinction	Assets valued at historical cost	Total Accounting Value	
Recorded at amortized cost	Total				
-	76.981.348	-	-	76.981.348	
-	51.532.223	-	-	51.532.223	
10.699.833	10.699.833	-	-	10.699.833	
107.329.700	107.329.700	-	-	107.329.700	
167.121.373	167.121.373	-	-	173.459.208	
-	-	-	2.035.667	1.658.820	
285.150.906	413.664.477	-	2.035.667	421.661.132	
-	57.834.296	-	-	58.365.037	
172.968.725	406.024.481	-	-	359.266.608	
5.001.318	5.001.318	-	-	10.716.648	
-	8.634.104	-	-	2.477.244	
177.970.043	477.494.199	-	-	430.825.537	
2017					
Fair value of financial instruments		Distinction	Assets valued at historical cost	Total Accounting Value	
Recorded at amortized cost	Total				
-	76.981.348	-	-	76.981.348	
-	51.532.223	-	-	51.532.223	
10.699.833	10.699.833	-	-	10.699.833	
107.329.700	107.329.700	-	-	107.329.700	
173.459.208	173.459.208	16.672.458	-	173.459.208	
-	-	-	2.227.995	1.658.820	
291.488.741	420.002.312	16.672.458	2.227.995	421.661.132	
-	58.365.037	-	-	58.365.037	
148.900.325	359.266.608	-	-	359.266.608	
10.716.648	10.716.648	-	-	10.716.648	
-	2.477.244	-	-	2.477.244	
159.616.973	430.825.537	-	-	430.825.537	

Summary of Activities of the Main Business areas

The financial instruments recorded on the balance sheet at December 31st, 2018 and 2017 at fair value, were classified by levels, according to the expected hierarchy in IFRS 13 and is disclosed in the table below:

	2018			
	Level 1 - Quotes on Active Market	Level 2 - Ob- servable Market Data	Level 3 - Other Enhancement Techniques	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	-	79.546.644	-	79.546.644
Availability at other credit institutions	-	69.270.356	-	69.270.356
Total assets measured at fair value	-	148.817.000	-	148.817.000
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	-	57.834.296	-	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	-	233.055.756	-	233.055.756
Subordinated liabilities	-	8.634.104	-	8.634.104
Total liabilities measured at fair value	-	299.524.156	-	299.524.156

	2017			
	Level 1 - Quotes on Active Market	Level 2 - Ob- servable Market Data	Level 3 - Other Enhancement Techniques	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	-	76.981.348	-	76.981.348
Availability at other credit institutions	-	51.532.223	-	51.532.223
Total assets measured at fair value	-	128.513.571	-	128.513.571
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	-	58.365.037	-	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	-	210.366.283	-	210.366.283
Subordinated liabilities	-	2.477.244	-	2.477.244
Total liabilities measured at fair value	-	271.208.564	-	271.208.564

Risk management policies and accrual limits set

The risk management policy of Banco Sol, is based on the strategic objectives and the expectations of the Board of Directors on the adequacy of its risk management system. In this context, the Board of Directors is considered to be responsible for:

- Define assumptions and quantitative analysis of processes and / or qualitative for identification / tracking /

monitoring and control of exposure to risks relevant to the Bank;

- Implement a risk monitoring process, with adequate quantitative support, with the objective of linking risk exposure with its capital impacts; and

- Define tolerance levels for the various risks / risk factors, as well as their linkage with the implementation of mitigation and / or risk transfer mechanisms and initiatives, according to defined alert levels.

The Bank's risk management is formalized and communicated through the "Risk Committee" to ensure that the guidelines are communicated across the board, using institutional power, and are fully reflected in the granting and acceptance of risks.

As well as the measurement, monitoring and control of the various exposures. High-level control of risk management processes and functions is ensured by such advisory body, established by the Board of Directors, to assist in decision-making on risk

Currency risk

The Bank incurs this risk resulting from the maintenance of a particular open position in foreign currency, because any adverse market changes in exchange rates may cause actual losses or potential. In this case, the Bank considers open position any situation where the global responsibilities of the Bank outstanding in a given currency, are not equal to their total amount that the Bank has to receive in that currency.

The following is the sensitivity analysis of the equity value of financial instruments to exchange rate variations in 2018 and 2017:

	2018					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Currency						
US Dollar	(12.438.113)	(6.219.056)	(3.109.528)	3.109.528	6.219.056	12.438.113
Euros	(10.954.592)	(5.477.219)	(2.738.532)	2.738.532	5.477.219	10.954.592
Other currency	(167.776)	(109.096)	(79.756)	79.756	109.096	167.776
	(23.560.481)	(11.805.371)	(5.927.816)	5.927.816	11.805.371	23.560.481

	2017					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Currency						
US Dollar	(4.200.038)	(2.100.019)	(1.050.009)	1.050.009	2.100.019	4.200.038
Euros	(11.936.293)	(5.968.146)	(2.984.073)	2.984.073	5.968.146	11.936.293
Other currency	(49.337)	(24.681)	(12.353)	12.353	24.681	49.337
	(16.185.668)	(8.092.846)	(4.046.435)	4.046.435	8.092.846	16.185.668

Risk of interest rate

The Bank incurs this risk resulting from adverse changes in interest rates and, concomitantly, the premiums or discounts term exchange of the currencies concerned. This risk results from the mismatch of maturities of receipts and payments in one currency, increasing the growth of the "gap" - the difference between total receipts and total payments, maturing during the period.

Summary of Activities of the Main Business areas

In the tables below is detailed the financial instruments in 2018 and 2017, with exposure to the risk of interest rate depending on the date of maturity or contractual reattachment:

	Up until 1 month	Between 1 and 3 months	Between 3 and 6 months	
Assets				
Cash and deposits at central banks	79.546.644	-	-	
Deposits in other credit institutions	69.686.786	-	-	
Applications at central banks and other credit institutions	18.160.476	12.313.255	-	
Investments at amortized cost	1.466.528	7.710.404	1.124.981	
Loans to customers	79.716.706	12.180.136	10.037.276	
	248.577.140	32.203.795	11.162.257	
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	26.311.775	18.000.000	
Customer Resources and Other Loans	406.024.481	79.956.208	23.640.062	
Responsibilities represented by titles	5.001.318	2.903.758	996.144	
Subordinated liabilities	8.634.104	-	-	
	477.494.199	109.171.741	42.636.206	
	(35.261.133)	(76.967.946)	(31.473.949)	
Assets				
Cash and deposits at central banks	76.981.348	-	-	
Deposits in other credit institutions	51.532.223	-	-	
Applications at central banks and other credit institutions	9.818.627	881.206	-	
Investments at amortized cost	223.367	28.827.669	78.278.664	
Loans to customers	63.790.446	3.781.082	6.476.353	
	202.346.011	33.489.957	84.755.017	
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	58.365.037	-	-	
Customer Resources and Other Loans	248.706.561	52.066.306	41.124.123	
Responsibilities represented by titles	357.536	711.533	95.748	
Subordinated liabilities	2.477.244	-	-	
	309.906.378	52.777.839	41.219.871	
	(107.560.367)	(19.287.882)	43.535.146	

2018					
Date of reattachment / Maturity Date					
Between 6 months and 1 year	Between 1 and 3 years	Between 3 and 5 years	More than 5 years	Undertermined	Total
-	-	-	-	-	79.546.644
-	-	-	-	-	69.686.786
-	-	-	-	-	30.473.731
-	74.001.802	35.143.768	13.082.872	-	132.530.355
14.447.305	14.646.091	17.093.032	61.985.242	-	210.105.788
14.447.305	88.647.893	52.236.800	75.068.114	-	522.343.304

-	-	-	-	-	57.834.296
40.889.670	273.790	38.703	-	-	406.024.481
645.816	-	-	-	-	5.001.318
-	-	-	-	-	8.634.104
41.535.486	273.790	38.703	-	-	477.494.199
(27.088.181)	88.374.103	52.198.097	75.068.114	-	44.849.105

2017					
Date of reattachment / Maturity Date					
Between 6 months and 1 year	Between 1 and 3 years	Between 3 and 5 years	More than 5 years	Undertermined	Total
-	-	-	-	-	76.981.348
-	-	-	-	-	51.532.223
-	-	-	-	-	10.699.833
-	-	-	-	-	107.329.700
18.214.510	15.746.877	25.605.457	56.516.941	-	190.131.666
18.214.510	15.746.877	25.605.457	56.516.941	-	436.674.770

-	-	-	-	-	58.365.037
17.140.996	212.187	16.386	50	-	359.266.608
7.321.043	2.230.788	-	-	-	10.716.648
-	-	-	-	-	2.477.244
24.462.039	2.442.975	16.386	50	-	430.825.537
(6.247.529)	13.303.902	25.589.071	56.516.891	-	5.849.233

Summary of Activities of the Main Business areas

On December 31, 2018 and 2017, the impact on fair value of financial instruments sensitive to risks of parallel shifts interest rate on the curve of the reference rates of 50, 100 and 200 basis points (bp), respectively, can be demonstrated by the following tables:

	2018					
	Change of interest rate					
	-200bp	-100bp	-50bp	+50bp	+100bp	+200bp
Assets						
Applications at central banks and other credit institutions	79.546.644	-	-	-	-	-
Investments at amortized cost	69.686.786	-	-	-	-	-
Loans to clients	18.160.476	12.313.255	-	-	-	-
	248.577.140	32.203.795	11.162.257	14.447.305	88.647.893	52.236.800
Liabilities						
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	26.311.775	18.000.000	-	-	-
Customer Resources and Other Loans	406.024.481	79.956.208	23.640.062	40.889.670	273.790	38.703
Responsibilities represented by titles	5.001.318	2.903.758	996.144	645.816	-	-
	477.494.199	109.171.741	42.636.206	41.535.486	273.790	38.703
	(35.261.133)	(76.967.946)	(31.473.949)	(27.088.181)	88.374.103	52.198.097
2017						
Change of interest rate						
	-200bp	-100bp	-50bp	+50bp	+100bp	+200bp
Assets						
Applications at central banks and other credit institutions	78.012	39.006	19.503	(19.503)	(39.006)	(78.012)
Investments at amortized cost	353.846	176.923	88.462	(88.462)	(176.923)	(353.846)
Loans to clients	1.790.956	895.478	447.739	(447.739)	(895.478)	(1.790.956)
	2.222.814	1.111.407	555.704	(555.704)	(1.111.407)	(2.222.814)
Liabilities						
Resources from central banks and other credit institutions	(34.405)	(17.202)	(8.601)	8.601	17.202	34.405
Customer Resources and Other Loans	(784.493)	(392.246)	(196.123)	196.123	392.246	784.493
Responsibilities represented by titles	(135.905)	(67.953)	(33.976)	33.976	67.953	135.905
	(954.803)	(477.401)	(238.700)	238.700	477.401	954.803
	1.268.011	634.006	317.004	(317.004)	(634.006)	(1.268.011)

Liquidity risk

In terms of liquidity risk management (including asset and liability, interest rate and exchange rate management), the objective is to ensure that Banco Sol has sufficient net own funds to meet its financial obligations as they arise mature and that this is done in accordance with the business objectives.

Systematizing the process of management of liquidity risk integrates the key areas of business management, with inherent risk, such as the management of assets and liabilities, liquidity management and treasury management. These areas treat all the risk of the Bank's liquidity, considering respectively the overall management of the balance sheet structure, the management of net capital and operational management of "cash flow" implicit business.

From the functional point of view, the objective of the management of liquidity risk involves the production of management information, which enables a more comprehensive the expected behavior analysis of financial assets and liabilities of the balance sheet of Banco Sol.

Operational risk

The bases assumed for purposes of operational risk are closely linked to the internal control of a joint approach finding the bank to develop procedures and controls to assess:

- Practices with clients, products and business (including failure to comply with internal and external constraints);
- Execution, delivery and management of processes;
- Damage to physical assets;
- Business interruption and system failures;
- Employment practices and workplace safety;
- Internal fraud; and
- External fraud.

Credit risk

Corresponds to the risk that the Bank incurs due to the breach of the obligations of the counterparty, one of the most significant risks in the Bank's activity.

Thus, the provision of credit is subject to strict procedures to ensure compliance with the defined strategy and also the rules established by the National Bank of Angola.

In order to enhance the effects of mitigation, particularly with regard to the reduction of losses from credit risk, the Board of Directors has been focusing on consolidating the environment and control activities.

Summary of Activities of the Main Business areas

Banco Sol's maximum exposure to this risk is as follows:

	2018		
	Accounting Gross Value	Impairment	Accounting Net Asset Value
Equity			
Cash and deposits at central banks	79.546.644	-	79.546.644
Availabilities at other credit institutions	69.686.786	(416.430)	69.270.356
Applications in central banks and other credit institutions	30.473.731	(28.030)	30.445.701
Investments at amortized cost	132.530.355	(286.839)	132.243.516
Loans to clients	210.105.788	(42.984.415)	167.121.373
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	2.035.667	(648.724)	1.386.943
	524.378.971	(44.364.438)	480.014.533
Off-balance sheet			
Guarantees Provided	70.456.803	(1.951.664)	68.505.139
	594.835.774	(46.316.102)	548.519.672

	2017		
	Accounting Gross Value	Impairment	Accounting Net Asset Value
Equity			
Cash and deposits at central banks	76.981.348	-	76.981.348
Availabilities at other credit institutions	51.532.223	-	51.532.223
Applications in central banks and other credit institutions	10.699.833	-	10.699.833
Investments at amortized cost	107.329.700	-	107.329.700
Loans to clients	190.131.666	(16.672.458)	173.459.208
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	2.227.995	(569.175)	1.658.820
	438.902.765	(17.241.633)	421.661.132
Off-balance sheet			
Guarantees Provided	67.494.582	849.193	68.343.775
	506.397.347	(16.392.440)	490.004.907

On December 31st, 2018 and 2017 the risk of loans to customers according to their geographical concentration was as follows:

	2018			
	Geographical area			
	Angola	Other African Countries	Europe	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	79.546.644	-	-	79.546.644
Deposits in other credit institutions	1.418.341	17.368.773	50.483.242	69.270.356
Applications at central banks and other credit institutions	-	-	30.445.701	30.445.701
Investments at amortized cost	132.243.516	-	-	132.243.516
Loans to customers	167.121.373	-	-	167.121.373
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1.386.943	-	-	1.386.943
	381.716.817	17.368.773	80.928.943	480.014.533
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	-	-	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	406.024.481	-	-	406.024.481
Responsibilities represented by titles	5.001.318	-	-	5.001.318
Subordinated liabilities	8.634.104	-	-	8.634.104
	477.494.199	-	-	477.494.199
	2017			
	Geographical area			
	Angola	Other African Countries	Europe	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	76.981.348	-	-	76.981.348
Deposits in other credit institutions	1.528.784	11.964	49.991.475	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	10.699.833	-	-	10.699.833
Investments at amortized cost	107.329.700	-	-	107.329.700
Loans to customers	173.459.208	-	-	173.459.208
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1.658.820	-	-	1.658.820
	371.657.693	11.964	49.991.475	421.661.132
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	58.365.037	-	-	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	359.266.608	-	-	359.266.608
Responsibilities represented by titles	10.716.648	-	-	10.716.648
Subordinated liabilities	2.477.244	-	-	2.477.244
	430.825.537	-	-	430.825.537

Summary of Activities of the Main Business areas

In 2018 and 2017 exercises, net gains and losses on financial instruments were as follows:

	In return for results		
	Earnings	Casualties	Net
Assets			
Deposits in other credit institutions	-	(187.540)	(187.540)
Applications at central banks and other credit institutions	144.272	-	144.272
Investments at amortized cost	68.419.370	(129.012)	68.290.358
Loans to customers	20.555.318	(25.785.873)	(5.230.555)
	89.118.960	(26.102.425)	63.016.535
Liabilities			
Resources from central banks and other credit institutions	-	(10.622.734)	(10.622.734)
Customer Resources and Other Loans	-	(17.582.105)	(17.582.105)
	-	(28.204.839)	(28.204.839)
	89.118.960	(54.307.264)	34.811.696
Off-balance sheet			
Guarantees provided	279.967	-	279.967
Documentary Credits	124.801	(1.309.353)	(1.184.552)
	404.768	(1.309.353)	(904.585)
In return for results			
	Earnings	Casualties	Net
Assets			
Deposits in other credit institutions	145.257	-	145.257
Applications at central banks and other credit institutions	854	-	854
Investments at amortized cost	8.545.035	-	8.545.035
Loans to customers	22.468.139	(4.349.713)	18.118.426
	31.159.285	(4.349.713)	26.809.572
Liabilities			
Resources from central banks and other credit institutions	-	(5.233.870)	(5.233.870)
Customer Resources and Other Loans	-	(12.968.375)	(12.968.375)
	-	(18.202.245)	(18.202.245)
	31.159.285	(22.551.958)	8.607.327
Off-balance sheet			
Guarantees provided	98.522	-	98.522
Documentary Credits	22.514	-	22.514
	121.036	-	121.036

2018			
	By contrast equity		
	Earnings	Casualties	Net
	-	(228.890)	(228.890)
	-	(55.980)	(55.980)
	-	(157.828)	(157.828)
	-	(703.165)	(703.165)
	-	(1.145.863)	(1.145.863)
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	(1.145.863)	(1.145.863)
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-

2017			
	By contrast equity		
	Earnings	Casualties	Net
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-

Summary of Activities of the Main Business areas

On December 31, 2018 and 2017, the detail of financial instruments for risk exposure to interest rate made up as follows:

	2018			
	Exposure to		Not subject to interest rate risk	Total
	Flat rate	variable rate		
Assets				
Cash and deposits at central banks	-	-	79.546.644	79.546.644
Deposits in other credit institutions	-	-	69.270.356	69.270.356
Applications at central banks and other credit institutions	30.445.701	-	-	30.445.701
Investments at amortized cost	131.846.308	397.208	-	132.243.516
Loans to customers	100.729.537	66.391.836	-	167.121.373
Other assets	-	-	53.633.503	53.633.503
	263.021.546	66.789.044	202.450.503	532.261.093
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	49.871.721	-	7.962.575	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	172.968.725	-	233.055.756	406.024.481
Responsibilities represented by titles	5.001.318	-	-	5.001.318
Other liabilities	-	-	24.180.814	24.180.814
	227.841.764	-	265.199.145	493.040.909
	35.179.782	66.789.044	(62.748.642)	39.220.184

	2017			
	Exposure to		Not subject to interest rate risk	Total
	Flat rate	variable rate		
Assets				
Cash and deposits at central banks	-	-	76.981.348	76.981.348
Deposits in other credit institutions	-	-	51.532.223	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	10.699.833	-	-	10.699.833
Investments at amortized cost	106.888.472	441.228	-	107.329.700
Loans to customers	108.889.729	64.569.479	-	173.459.208
Other assets	-	-	55.273.720	55.273.720
	226.478.034	65.010.707	183.787.291	475.276.032
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	54.142.994	-	4.222.043	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	148.900.324	-	210.366.283	359.266.608
Responsibilities represented by titles	10.716.648	-	-	10.716.648
Other liabilities	-	-	11.054.755	11.054.755
	213.759.966	-	225.643.081	439.403.048
	12.718.068	65.010.707	(41.855.790)	35.872.984

5.2. Segment Reporting

For the purposes of the disclosures provided for in IFRS 8, the Bank SOL adopted business segments below that describe:

- Trading and sales: comprises banking activity related to its own portfolio management securities, money and foreign exchange trader operations, reception and transmission of orders in relation to one or more financial instruments and execution of orders on behalf of clients;
- Retail Banking: includes the banking activity from private and individual entrepreneurs. It also includes the total amount owed to the Bank by clients or group of connected clients;
- Commercial banking: lending activities and raising funds from companies;

- Other: Includes all business segments that were not included in the previous business lines.

The distribution of the main assets and liabilities by the above business segments and by geographical markets, in 2018 and 2017 is as follows:

Business Segments

	2018				Total
	Negotiation and sales	Retail Banking	Commercial Banking	Others	
Assets					
Cash and deposits at central banks	79.546.644	-	-	-	79.546.644
Deposits in other credit institutions	69.270.356	-	-	-	69.270.356
Applications at central banks and other credit institutions	30.445.701	-	-	-	30.445.701
Investments at amortized cost	132.243.516	-	-	-	132.243.516
Loans to customers	-	34.138.274	132.983.099	-	167.121.373
Other assets	-	-	-	53.633.503	53.633.503
Total Net Assets	311.506.217	34.138.274	132.983.099	53.633.503	532.261.093
Liabilities					
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	-	-	-	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	-	94.510.004	311.514.477	-	406.024.481
Other liabilities	-	-	-	29.182.132	29.182.132
Total Liabilities	57.834.296	94.510.004	311.514.477	29.182.132	493.040.909

	2017				
	Negotiation and sales	Retail Banking	Commercial Banking	Others	Total
Assets					
Cash and deposits at central banks	76.981.348	-	-	-	76.981.348
Deposits in other credit institutions	51.532.223	-	-	-	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	10.699.833	-	-	-	10.699.833
Investments at amortized cost	107.329.700	-	-	-	107.329.700
Loans to customers	-	28.865.468	144.593.740	-	173.459.208
Other assets	-	-	-	55.273.720	55.273.720
Total Net Assets	246.543.104	28.865.468	144.593.740	55.273.720	475.276.032
Liabilities					
Resources from central banks and other credit institutions	58.365.037	-	-	-	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	-	73.755.473	285.511.135	-	359.266.608
Other liabilities	-	-	-	21.771.403	21.771.403
Total Liabilities	58.365.037	73.755.473	285.511.135	21.771.403	439.403.048

Summary of Activities of the Main Business areas

Geographic markets

	2018			
	Angola	Other African Countries	Europe	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	79.546.644	-	-	79.546.644
Deposits in other credit institutions	1.418.341	17.368.773	50.483.242	69.270.356
Applications at central banks and other credit institutions	-	-	30.445.701	30.445.701
Investments at amortized cost	132.243.516	-	-	132.243.516
Loans to customers	167.121.373	-	-	167.121.373
Other assets	53.633.503	-	-	53.633.503
Total Net Assets	433.963.377	17.368.773	80.928.943	532.261.093
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	57.834.296	-	-	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	406.024.481	-	-	406.024.481
Other liabilities	29.182.132	-	-	29.182.132
Total Liabilities	493.040.909	-	-	493.040.909

	2017			
	Angola	Other African Countries	Europe	Total
Assets				
Cash and deposits at central banks	76.981.348	-	-	76.981.348
Deposits in other credit institutions	1.528.784	11.964	49.991.475	51.532.223
Applications at central banks and other credit institutions	10.699.833	-	-	10.699.833
Investments at amortized cost	107.329.700	-	-	107.329.700
Loans to customers	173.459.208	-	-	173.459.208
Other assets	55.273.720	-	-	55.273.720
Total Net Assets	425.272.593	11.964	49.991.475	475.276.032
Liabilities				
Resources from central banks and other credit institutions	58.365.037	-	-	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	359.266.608	-	-	359.266.608
Other liabilities	21.771.403	-	-	21.771.403
Total Liabilities	439.403.048	-	-	439.403.048

5.3. Balances and Transactions With Related Parties

On December 31st, 2018 and 2017, the main balances and transactions with related parties are as follows:

	2018				
	Shareholders or common shareholders	Board Members	Associate	Other related parties	Total
Assets					
Clients Loans	15.748.951	2.099.762	5.528.820	-	23.377.533
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	-	-	1.386.943	-	1.386.943
	15.748.951	2.099.762	6.915.763	-	24.764.476
Liabilities					
Customer Resources and Other Loans	2.810.197	497.705	39.294	-	3.347.196
Other liabilities	1.838	528	-	-	2.366
	2.812.035	498.233	39.294	-	3.349.562

	2017				
	Shareholders or common shareholders	Board Members	Associate	Other related parties	Total
Assets					
Clients Loans	25.381.666	1.985.302	4.089.156	1.271.022	32.727.146
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	-	-	-	-	-
	25.381.666	1.985.302	4.089.156	1.271.022	32.727.146
Liabilities					
Customer Resources and Other Loans	2.184.636	429.323	129.682	24.632	2.768.273
Other liabilities	10.399	20	-	686	11.105
	2.195.035	429.343	129.682	25.318	2.779.378

Summary of Activities of the Main Business areas

On December 31st, 2018 and 2017, the main related parties are as follows:

Shareholders or common shareholders:

Consultoria e Participações, S.A.
 Falcon Oil Holding Angola, S.A.
 Imosol Comércio Geral, Prestação de Serviços e Imobiliária, S.A.
 N-Gestão e Participações Financeiras, Lda.
 On Shore – Serviços, Lda.
 Sansul, S.A.
 Fundação Lwini
 Noé José Baltazar
 Ana Paula dos Santos
 Sociedade de Comércio Martal
 Júlio Marcelino Bessa
 António Mosquito

Board Members:

António Graça
 Coutinho Nobre Miguel
 Carla Marina Van-Dúnem
 Gil Alves Benchimol
 Ana Edite Teles Carreira

Associates:

Bolsa de Valores e Derivados de Angola
 EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L.
 Galilei, SGPS, S.A.
 Sodecom, S.A.
 Suninvest, S.A.
 SOPROS, S.A.
 Sol Seguros, S.A.
 Sol Viagens, S.A.

On December 31, 2018 and 2017, loans to related parties, excluding advances to depositors, bore interest at an average annual rate of 12.42% and 24.57%, respectively, for transactions denominated in national currency and the rate 11.52% and 11.43% respectively for operations expressed in foreign currency (USD).

During the year of 2018, about 618,610 tAKZ of loans granted to related entities were subject to changes in contractual terms.

On the other hand, during the years ended December 31, 2018 and 2017, the Bank supported an income of about 829,620 and tAKZ tAKZ 829,420, respectively, with its headquarters, charged by a related party (Note 26).

On December 31st, 2018 and 2017, the loans granted to related parties presented the following guarantees associated with:

	2018	2017
Pledge of Financial Instruments	7.108.038	4.801.614
Real Estate Mortgage	1.413.963	2.342.344
Promissory notes	3.690.824	3.963.107
Promissory Notes and Irrevocable Power of Attorney	10.212.884	20.658.334
Bank share pledge	951.824	677.320
Others	-	284.427
	23.377.533	32.727.146

5.4. Currency Balance

On December 31, 2018 and 2017, the balance of bank money was as follows:

	2018		
	National Currency	Foreign Currency	Total
Cash and deposits at central banks	70.358.148	9.188.496	79.546.644
Cash at other credit institutions	-	69.270.356	69.270.356
Applications in central banks and other credit institutions	-	30.445.701	30.445.701
Investments at amortized cost	114.758.413	17.485.103	132.243.516
Credit Loans	157.869.995	9.251.378	167.121.373
Other tangible assets	39.862.791	-	39.862.791
Intangible assets	382.073	-	382.073
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1.386.943	-	1.386.943
Deferred Tax Assets	1.534.026	-	1.534.026
Other assets	8.838.974	1.628.696	10.467.670
Total Assets	394.991.363	137.269.730	532.261.093
Resources from central banks and other credit institutions	54.849.628	2.984.668	57.834.296
Customer Resources and Other Loans	312.262.955	93.761.526	406.024.481
Responsibilities represented by titles	-	5.001.318	5.001.318
Provisions	3.615.470	2.006.577	5.622.047
Current tax liabilities	381.185	-	381.185
Subordinate liabilities	1.373.102	7.261.002	8.634.104
Other liabilities	3.273.465	6.270.013	9.543.478
Total Liabilities	375.755.805	117.285.104	493.040.909
(Assets - Liabilities)			39.220.184

Summary of Activities of the Main Business areas

	2017		
	National Currency	Foreign Currency	Total
Cash and deposits at central banks	68.572.267	8.409.081	76.981.348
Cash at other credit institutions	1.491.320	50.040.903	51.532.223
Applications in central banks and other credit institutions	-	10.699.833	10.699.833
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Investments at amortized cost	8.704.607	98.625.093	107.329.700
Credit Loans	165.230.762	8.228.446	173.459.208
Other tangible assets	35.556.368	-	35.556.368
Intangible assets	162.699	-	162.699
Investments in subsidiaries, associates and joint ventures	1.658.820	-	1.658.820
Deferred Tax Assets	918.092	-	918.092
Other assets	6.338.600	10.639.141	16.977.741
Total Assets	288.633.535	186.642.497	475.276.032
Resources from central banks and other credit institutions	56.637.693	1.727.344	58.365.037
Customer Resources and Other Loans	270.026.784	89.239.824	359.266.608
Responsibilities represented by titles	-	10.716.648	10.716.648
Provisions	3.184.963	545.628	3.730.591
Current tax liabilities	658.245	-	658.245
Subordinate liabilities	7.833	2.469.411	2.477.244
Other liabilities	3.173.224	1.015.451	4.188.675
Total Liabilities	333.688.742	105.714.306	439.403.048
(Assets - Liabilities)			35.872.984

5.5. Off-Balance Sheet Legends

On December 31st, 2018 and 2017, the captions had the following composition:

	2018	2017
Guarantees and other contingent liabilities:		
. Open Documentary Credits	68.855.885	65.601.495
. Guarantees and sureties	1.600.918	1.893.087
	70.456.803	67.494.582
Limits of secured current accounts to use	12.507.019	63.353.302
Credits transferred to prejudice	6.975.549	4.772.098
Guarantees received	195.749.726	121.744.127
Responsibility for the provision of services:		
. Securities Custody	68.026.681	29.793.074
. Bill collection	20.865	11.841
	68.047.546	29.804.915

The guarantees and sureties are banking operations that do not translate by mobilizing funds from the Bank, being related to guarantees provided to support import operations and performance of contracts by clients of the Bank. The guarantees and commitments represent amounts that may be payable in the future.

Open documentary credits are irrevocable commitments by the Bank on behalf of its clients, to pay / order to pay a certain amount to a supplier of goods or services within a stipulated period, upon presentation of shipping the related documents of the goods or provision of the service. The irrevocable condition is that it was not feasible its cancellation or alteration without the agreement of all parties involved. Notwithstanding

the particular characteristics of these contingent liabilities and commitments, the analysis of these operations follows the same basic principles of any other commercial operation, in particular the solvency customer wants both business behind them, and the Bank requires that these operations are properly collateralized when necessary. Since it is expected that the majority of them expire without being used, these amounts do not necessarily represent future cash requirements.

5.6. Result of Discontinued and / or Discontinued Operations

The recorded here boils down to credit balances, are more capital interest recoveries previously slaughter targets the asset or overcharged interest correction and then returned to customers.

5.7. Subsequent Events

No significant subsequent event has been identified that could change the presentation or analysis of these financial statements.

5.8. IFRS 9 Application - Financial Instruments

As described in Note 2.1 "Basis of presentation", the Bank first adopted IFRS 9 - Financial instruments on January 1, 2018, in replacement of IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement, which lasted until 31 December 2017.

IFRS 9 introduced new requirements relating primarily to the classification and measurement of financial instruments and determination of impairment losses of financial assets.

IFRS 9 amended the level of classification categories of financial assets, given the provisions of IAS 39. With the entry into force of IFRS 9, the Bank decided to adopt a structure of the convergent financial statements with the guidelines of the National Bank of Angola, which has the following changes, given the presented on December 31st, 2018:

Designation December 31st, 2017 (IAS 39)	Designation December 31st, 2018 (IAS 39)
Investments held to maturity	Investments at amortized cost
Financial assets available for sale	Financial assets at fair value through other comprehensive income
Net profit from investments held to maturity	Net profit from investments at amortized cost
Net income from financial assets available for sale	Net income from financial assets at fair value through other comprehensive income

The standard had no impact on the level of classification and measurement of financial liabilities of the Bank.

The Bank decided not to restate the comparative amounts as provided for in the transitional rule of IFRS 9. All adjustments made to the carrying amounts of assets and liabilities at the date of transition were recognized in retained earnings and other reserves of the current period. Consequently, the disclosure of the notes, the consequential amendments to IFRS 7 disclosures were considered only in the current period. The notes disclosed on the comparative exercise reproduce disclosures made on December 31, 2017.

The adoption of IFRS 9 resulted in changes in accounting policies for the recognition, classification and measurement of financial assets and financial assets and impairment. IFRS 9 also caused significant changes in other standards related to financial instruments, such as IFRS 7 "Financial Instruments: Disclosures".

Consequence of the first adoption of IFRS 9, the Bank did not

reclassify any financial asset measured at amortized cost for the categories of financial assets at fair value through profit or financial assets at fair value through other comprehensive income in the same way that did not reclassify financial assets of the two latter categories of fair value measurement to amortized cost.

IFRS 9 replaces the impairment model of "incurred loss" of IAS 39 by a forward-looking model of "expected credit losses (ECL)", which considers the expected losses over the life of financial instruments. Thus, in determining the ECL are taken into account macro-economic factors as well as other forward-looking information, which changes impact the expected losses.

The impact of adoption of IFRS 9 in the Bank's financial statements is detailed below.

a. Impact of adoption of IFRS 9 at the level of equity of the Bank

The adoption of IFRS 9 on January 1, 2018 was carried out, in full, by means of retained earnings and the impact of the following:

	January 1 st 2018		
	Impairment losses (IAS 39)	Impairment losses (IFRS 9)	Impact on Retained Earnings
Assets			
Cash at other credit institutions	-	(228.890)	(228.890)
Applications in central banks and other credit institutions	-	(55.980)	(55.980)
Investments at amortized cost	-	(157.828)	(157.828)
Loans to Clients	(16.672.458)	(17.375.623)	(703.165)
	(16.672.458)	(17.818.321)	(1.145.863)

Loans and advances to customers remained recorded under "Loans to customers" and the Bank considered that all contracts passed the SPPI test and consequently did not make any reclassification.

The Bank considered that the Angolan Treasury Bonds indexed to USD, previously classified as "investments held to maturity" passed the tests by SPPI that remain classified in the category of "investment at amortized cost" of IFRS 9.

The impact on the total of the first equity adoption of IFRS 9, January 1st 2018, takes place only changing the method for determining impairment losses based on the concept of expected loss, defined in IFRS 9, which implied an increased impairment for cash and investments in credit institutions, loans to customers, assets at amortized cost and commitments and guarantees in the amount of AKZ 1,145,863, compared with the method set out in IAS 39, based on the accounting for losses incurred by venture credit.

Summary of Activities of the Main Business areas

b. Reconciliation of accounting balance values in IAS 39 and IFRS 9

We present below the impact on the assets and liabilities of the Bank arising from adoption to January 1, 2018 IFRS 9:

Description (IAS 39)	Description (IFRS 9)	December 31st of 2017	Reclassification	Remeasurement	January 1 st of 2018
		IAS 39			IFRS 9
Assets	Assets				
Cash at other credit institutions	Cash at other credit institutions	51.532.223	-	(228.890)	51.303.333
Applications in central banks and other credit institutions	Applications in central banks and other credit institutions	10.699.833	-	(55.980)	10.643.853
Investments held to maturity	Investments at amortized cost	107.329.700	-	(157.828)	107.171.872
Loans to customers	Loans to customers	173.459.208	-	(703.165)	172.756.043
		343.020.964	-	(1.145.863)	341.875.101

c. Classification and measurement of financial instruments

The table below shows the measurement category and carrying amount of financial assets in accordance with IAS 39 and IFRS 9 on January 1, 2018:

Category	IAS 39		Description (IFRS 9)	IFRS 9	
	Measurements	Accounting value		Measurements	Accounting Value
Cash at other credit institutions	FVTPL	51.532.223	Cash at other credit institutions	FVTPL	51.303.333
Applications in central banks and other credit institutions	Amortized cost	10.699.833	Applications in central banks and other credit institutions	Amortized cost	10.643.853
Investments held to maturity	Amortized cost	107.329.700	Investments held to maturity	Amortized cost	107.171.872
Loan to customers	Amortized cost	173.459.208	Loan to customers	Amortized cost	172.756.043
		343.020.964			341.875.101

Note:

FVTPL - at fair value through profit



STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY CAPITAL FOR THE FINANCIAL YEAR THAT ENDED ON THE 31ST OF DECEMBER 2018 AND 2017

Un: Thousands of Kwanzas

	Other reserves and retained earnings						Total
	Capital	Reevaluation Reserve	Legal Reserve	Carried Results	Result of the financial year	Total	
Balances as of 1 January 2017 (Proforma)	5.000.033	301.233	2.961.895	12.166.321	15.128.216	9.223.207	29.652.689
First adoption of the new accounting benchmark	-	-	-	-	-	-	-
Balances as of 1 January 2017 (Proforma)	5.000.033	301.233	2.961.895	12.166.321	15.128.216	9.223.207	29.652.689
Transfer of the results for 2016	-	-	6.271.781	-	6.271.781	(6.271.781)	-
Distribution of Dividends	-	-	-	-	-	(2.951.721)	(2.951.426)
Full income of the financial year	-	-	-	-	-	9.171.721	9.171.721
Balances as of the 31st December 2015 (Proforma)	5.000.033	301.233	9.233.676	12.166.321	21.399.997	9.171.721	35.872.984
Impact of the IFRS9	-	-	-	(1.146.863)	(1.145.863)	-	(1.145.863)
Balance restated as of 1 January 2018	-	-	-	-	-	-	-
Balances as of the 31st December 2016	5.000.033	301.233	9.233.676	11.020.458	20.254.134	9.171.721	34.727.121
Transfer of 2017 results	-	-	917.172	7.112.686	8.029.858	(8.029.858)	-
Dividend distribution	-	-	-	-	-	-	-
Capital Increase	5.000.033	(301.233)	-	(4.698.800)	-	-	-
Full year's income	-	-	-	-	(4.698.800)	4.493.063	4.493.063
Balances as of the 31st December 2016	10.000.066	-	10.150.848	13.434.344	23.585.192	5.634.926	39.220.184

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Coutinho Nobre Miguel

Director de Contabilidade

Edson Costa

REPORT AND OPINION OF THE SUPERVISORY BOARD ON THE FINANCIAL YEAR 2018

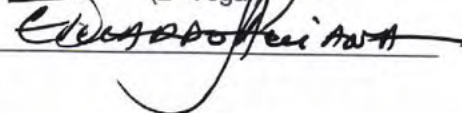
Dear Shareholders of Banco Sol, S.A.

1. In accordance with the Law and Regulations, we hereby present the report on the supervisory activity we have carried out, as well as the opinion on financial statements presented by the Board of Directors of Banco SOL, S.A. for the year ending on the 31st of December of 2018.
2. During the course of 2018, we have monitored, with the timing and extension we considered appropriate, the progress of the bank's business, the regularity of accounting records and the compliance with applicable legal and statutory rules. We have also obtained from the Board of Directors and from the Bank's various departments the information and clarifications required for our statement to be issued.
3. We have reviewed the contents of the Auditors' Report for the financial year 2018, issued by UHY -A. Paredes e Associados -Angola Auditores e Consultores, S.A., which we are deemed reproduced, after analysis of any reservations and opinions.
4. Within the scope of our duties, we examined the Balance Sheet as of the 31st of December of 2018, the Profit and Loss Account, the Statement of Profit and Loss and other comprehensive income, changes in Equity and Cash Flows for the year just ended at that date, as well as the related attachments, including the accounting policies and valuation criteria adopted.
5. In addition, we have reviewed the 2018 Management Report prepared by the Board of Directors.
6. In view of the above, and considering the work carried out, we propose to the honourable assembly that:
 - a. Approves the Management Report for the year on the 31st of December of 2018,
 - b. Approves the Accounts for that year,
 - c. Approves the proposal for application of results, and
 - d. Approves a vote of confidence, in recognition of the Board of Directors and other employees, for their dedicated performance and results achieved during the financial year.

Luanda, 29th April 2019.

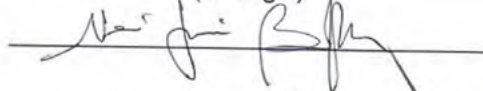
Eduardo Jorge da Silva Santana

(2º Vogal)



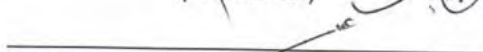
Noé José Baltazar

(1º Vogal)



Fiel Domingos Constantino

(Presidente)



(pág. nº 2 de 2)

SEDE:

Rua Lourenço Mendes da Conceição, nº 7, Luanda – Angola
Tif. 222 641 407 Fax: 222 431 959/222 431 890 www.bancosol.ao
Contribuinte nº 5410000579 D.R. nº 42 Série III

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT INDIVIDUAL ACCOUNTS

(Amounts expressed in thousands of Kwanzas - mAOA)

To
Shareholders of Banco Sol, S.A.

Introduction

1. We have audited the attached financial statements of Banco Sol, S.A., which comprises the Balance Sheet as of the 31st of December of 2018, showing a total of 532,261,093 thousand Angolan kwanzas and a total equity of 39,220,184 thousand Angolan kwanzas, including a net profit of 4,493,063 thousand Angolan kwanzas, the Income Statement, of the results and other comprehensive income, changes in equity and cash flows for the year just ended on that date and the corresponding Notes.

Responsibility of the Board of Directors for the Financial Statements

2. The Board of Directors is responsible for the suitable preparation and presentation of these financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards issued by IASB - International Accounting Standards Board, and for internal control as may be deemed necessary to allow the preparation of financial statements that are free from material misstatement due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

3. Our responsibility is to express an independent opinion on these Financial Statements based on our audit, conducted in accordance with the Technical Standards of the Order of Accountants and Chartered Accountants. Those Standards require that we comply with ethical requirements, and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the Financial Statements are free of material misstatement.
4. An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The selected procedures depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the suitable preparation and presentation of the financial statements by entity in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes assessing the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as assessing the overall presentation of the financial statements.
5. We are convinced that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit.

Base for Option with Reservations

6. As described in Note 2.9, the Angolan Banking Association ("ABANC") and the National Bank of Angola ("BNA") have expressed an interpretation that all the requirements of IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies ("IAS 29") for the Angolan economy to be considered hyperinflationary in the year just ended of the 31st of December of 2018 have not been met, Consequently, the Bank's Management decided to continue not to apply the provisions of that Standard to its financial statements on that date, in line with its position

as of the 31st of December of 2017. As of the 31st of December of 2018, the cumulative inflation rate over the last three years is close to or above 100%, regardless of the index used, which is an objective quantitative condition that leads us to consider, in addition to the existence of other conditions provided for in IAS 29, that the functional currency of the Bank's financial statements as of the 31st of December of 2018 corresponds to the currency of a hyperinflationary economy. In these circumstances, the Bank should have submitted its financial statements on that date, considering that premise and in accordance with the provisions of that Policy, which also establishes the restatement of the financial statements of the previous year, presented for comparative purposes. However, we have not obtained sufficient information to enable us to accurately quantify the effects of this situation on the Bank's financial statements as of the 31st of December of 2018, which we consider to be significant.

Opinion

7. In our opinion, except for the possible effects of the matters described in paragraph 6 above, the financial statements referred to above present fairly in all material respects the financial position of Banco Sol, S.A. as of 31st of December of 2018, the results and comprehensive income of its operations, changes in equity and cash flows for the year just ended in accordance with the International Rules in Financial Reporting issued by IASB - International Accounting Standards Board (Note 2)

Luanda, 25th of April 2019

UHY – A. PAREDES E ASSOCIADOS – ANGOLA AUDITORES E CONSULTORES, SA

Representada por:

UHY-A. PAREDES E
ASSOCIADOS-ANGOLA
AUDITORES E CONSULTORES, S.A
RUA DO MACULUSSO, Nº 44
CONTRIB. 5401095465
LUANDA - ANGOLA

Armando Nunes Paredes
Managing Partner
(Membro da OCPCA nº 20152347)

Rua Lourenço Mendes da Conceição nº 7
Município da Ingombota. Bairro Maculusso
Tel: 222 641400 / 641401 / 641402 / 641403 /
641404 / 641405 / 641406